

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO**

VÂNIA MARQUEZ SARAIVA

**COLETIVOS FEMINISTAS UNIVERSITÁRIOS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO
CENTRO-OESTE E DISTRITO FEDERAL**

São Leopoldo

2019

VÂNIA MARQUEZ SARAIVA

**COLETIVOS FEMINISTAS UNIVERSITÁRIOS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO
CENTRO-OESTE E DISTRITO FEDERAL**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Ciências
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Universidade do Vale do
Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Prof^{ta} Dr^a Miriam Steffen Vieira

São Leopoldo

2019

S243c Saraiva, Vânia Marquez.
Coletivos feministas universitários e violência de gênero no centro-oeste e Distrito Federal / por Vânia Marquez Saraiva. -- São Leopoldo, 2019.

127 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2019.

Orientação: Prof^{ta} Dr^a Miriam Steffen Vieira, Escola de Humanidades.

1.Feminismo. 2.Mulheres – Condições sociais. 3.Identity de gênero. 4.Estudantes universitárias – Estudo de casos. 5.Participação social. 6.Violência contra as mulheres – Brasil, Centro-Oeste. 7.Violência contra as mulheres – Distrito Federal (Brasil). I.Vieira, Miriam Steffen. II.Título.

CDU 396
316.35-055.2:378

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

VÂNIA MARQUEZ SARAIVA

**COLETIVOS FEMINISTAS UNIVERSITÁRIOS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO
CENTRO-OESTE E DISTRITO FEDERAL**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Ciências
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Universidade do Vale do
Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em São Leopoldo, 28 de novembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Margarete Fagundes Nunes - FEEVALE

Prof.^a Dra. Melissa Demari - UCS

Prof.^a Dra. Monika Weronika Dowbor - UNISINOS

Prof. Dr. Carlos Alfredo Gadea Castro – UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses quatro anos foi imprescindível o apoio das mais diferentes pessoas nos muitos lugares que passei. Essa é uma empreitada que não se faz sozinha. A todas elas a minha gratidão. Há algumas delas a quem eu gostaria de fazer um agradecimento em especial, posto que marcaram essa parte da minha história.

À minha mãe que sempre foi o exemplo de mulher guerreira, e que mesmo fora do seu tempo, sempre me ensinou a ir em frente, a não me deixar esmorecer e a ser subjugada.

À minha irmã, Márcia Diegues Leuzinger, que me colocou no caminho da docência e da pesquisa, e que sempre me inspira e instiga a continuar nessa empreitada, mesmo nos momentos de desânimos e vontade de desistir.

À minha filha, Alice, por me inspirar, por me fazer sentir forte e por fazer a diferença.

Ao meu mais que marido, um grande companheiro - Ronald - pela compreensão, pelo carinho, pelo apoio em todos os momentos alegres e difíceis dessa empreitada.

À minha amiga, sócia e irmã, Maria Cláudia Azevedo de Araújo, por estar ao meu lado todos esses anos.

Ao meu irmão, Márcio Pereira Dias, por ter me motivado a entrar nessa jornada, e por acreditar no meu trabalho e profissionalismo.

Ao meu amigo, Carlos Inácio Prates, pelo companheirismo, pelos desabafos e trocas de motivações.

Ao meu grande amigo, Professor Ricardo José Pereira Rodrigues que me motivou a fazer o estudo de caso dos Coletivos, e com sua paciência e sabedoria me fez ir em frente nessa caminhada.

À Professora, Lourdes Maria Bandeira, que abriu o universo dos estudos de violência contra mulher dentro da Universidade de Brasília.

À minha orientadora, Miriam Steffen Vieira, pela interlocução e aprendizado, e por ter me inspirado na conjugação do feminismo.

A todas a "mulheres" dos Coletivos Feministas estudados pelo carinho, pela recepção, pelo crescimento, pelo compartilhamento, e por todo o conhecimento adquirido.

RESUMO

Esta tese visa analisar o surgimento e a atuação de dois coletivos feministas em universidades da região centro-oeste do país: o Coletivo Afetadas, da Universidade de Brasília e o Coletivo Pagu, da Universidade Federal de Goiás. Em um contexto institucionalizado de violência de gênero, busquei refletir e debater as formas de organização e articulação política destas mulheres nos espaços acadêmicos, procurando entender como estes grupos combatem a violência contra as mulheres e quais as demandas e dificuldades que incidem nesta forma de ativismo. Também tentei compreender como ocorre a construção desta organização coordenada e integrada de construção dos movimentos sociais feministas nas universidades referidas. Para tanto, as seguintes questões constituíram os objetivos deste trabalho: como estes coletivos se percebem dentro das universidades? Como são decididas as suas pautas e a sua respectiva atuação? Quais são os sentidos que essas mulheres atribuem às experiências pelas quais passam? Ocorrem mudanças nas políticas ou ações da universidade por causa das atuações dos coletivos dentro e fora do espaço acadêmico? Como é que estes Coletivos articulam suas agendas, ou não, com outros movimentos sociais e de que forma o fazem? Para responder tais questionamentos foi utilizado o método de pesquisa de estudo de caso múltiplo, desenvolvidos com base em orientação etnográfica, a partir das técnicas da observação participante, da realização de conversas informais e de interações online, no período de três anos (2015-2018). O trabalho de campo desta pesquisa permite perceber o papel da mulher no espaço acadêmico e como este ainda tem sido desrespeitado, até mesmo pelos representantes e diretores das instituições, que são coniventes e permissivos em diversos contextos, colaborando para a perpetuação de uma cultura do estupro nas universidades. Nesse aspecto, esse estudo evidencia a capacidade e a potencialidade dos coletivos para mobilizar e se mobilizarem perante à sociedade em defesa dos direitos das mulheres. Diante desse cenário, compreende-se a necessidade e a relevância da organização espontânea em coletivos feministas como uma forma de resistência destas mulheres que sofrem diariamente a consequência da perpetuação do machismo nas instâncias abordadas aqui e fora delas.

Palavras-chave: Feminismo. Coletivos feministas. Violência de gênero.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the emergence and action of two feminist collectives in different universities in the Midwest region of Brazil: *Coletivo Afetadas*, at University of Brasília, and *Coletivo Pagu*, at Federal University of Goiás. In an institutionalized context of gender violence I seek to reflect and debate the forms of organization and political articulation of these women in academic spaces, understand how these groups combat violence against women, and describe what the demands and difficulties that affect this form of activism are. I also aim to understand the construction of this coordinated and integrated organization of feminist social movements in the referred universities. How do these collectives perceive themselves in the universities? How do they decide their agendas and actions? What are the meanings these women attribute to the experiences they go through? Are there changes in the policies or actions of the universities due to the actions of the collectives inside and outside the academic space? Do these collectives articulate their agendas with other social movements? To answer such questions, I use the multiple-case-study methodology based on ethnographic research, making use of participant observation techniques and informal conversations and interactions online over a three-year period (2015-2018). The fieldwork shows the important role of women in academic spaces, and how representatives and directors of the institutions have disrespected it by being conniving and permissive in various contexts, contributing to the perpetuation of an environment of rape culture in the universities. This study highlights the potential of the collectives to mobilize themselves in the defense of women's rights. The conclusion focuses on the relevance of spontaneous organization in feminist collectives as a form of resistance by these women who suffer daily the consequence of the perpetuation of sexism at universities and outside them.

Keywords: Feminism; Feminist collectives; Gender violence.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular Base Nacional Comum Curricular
BSA Norte	Bloco Setor Asa Norte
CAEP	Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos
Caxim	Centro Acadêmico 21 de Maio
CCM	Centro de Convivência de Mulheres
CDMB	Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira
CEAM	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FD	Faculdade de Direito
FEMIVIDA	Grupo de Pesquisa sobre Femicídio
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
JECrim	Juizados Especiais Criminais
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros/Transsexuais
LGBTQI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais/Travestis, Queer e Interssexo
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
NAJUP	Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular
NEPEM	Núcleo de Estudos Avançados sobre Mulheres
NEPeM	Núcleo Especial de Pesquisa sobre a Mulher
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCDF/CORIE/DATE/SEC	Polícia Civil do Distrito Federal – Departamento de Gestão da Informação – Divisão de Apoio Técnico e Estratégia – Seção de Estatística Criminal

PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PL	Plano de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SAM	Semana de Arte Moderna
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS FEMINISTAS NO BRASIL	17
2.1 ATIVISMOS FEMINISTAS E GARANTIA DE DIREITOS	17
2.1.1 Considerações sobre a Entrada das Mulheres no Ensino Superior e Equidade de Gênero	27
2.1.2 Movimentos Sociais na Contemporaneidade	34
2.1.3 Feminismos em Movimento no Ciberespaço.....	37
2.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO	38
2.2.1 Violência Sexual.....	39
3 COLETIVO FEMINISTA PAGU.....	51
3.1 SOBRE O INGRESSO NO CAMPO	52
3.2 SOBRE O SURGIMENTO DO COLETIVO FEMINISTA PAGU	54
3.3 AS ATIVIDADES, INTERAÇÕES E REUNIÕES DO COLETIVO PAGU	57
3.3.1 O Feminismo, o Aborto e os Direitos Fundamentais.....	58
3.3.2 Sexismo e o Racismo.....	62
3.3.3 As Interações Via <i>WhatsApp</i> do Coletivo Pagu.....	64
3.3.4 As Reuniões do Grupo de Estudos Feministas.....	67
3.4 DIFICULDADES E O PROCESSO SOFRIDO PELAS COMPONENTES DO COLETIVO PAGU	69
3.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	75
4 DESENVOLVIMENTO E ATUAÇÃO DO COLETIVO FEMINISTA AFETADAS.79	
4.1 SOBRE A INSERÇÃO NO CAMPO	79
4.2 O COLETIVO AFETADAS	83
4.3 SOBRE AS ATIVIDADES, INTERAÇÕES E REUNIÕES DO COLETIVO FEMINISTA AFETADAS	86
4.4 SOBRE AS DIFICULDADES DO COLETIVO FEMINISTA AFETADAS	88
4.5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O COLETIVO	93
5 ENTENDENDO A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS COLETIVOS E AS SUAS NECESSIDADES	99
5.1 SOBRE AS SUBJETIVIDADES PRESENTES NOS COLETIVOS.....	99
5.2 SOBRE AS PERCEPÇÕES DAS COMPONENTES DOS COLETIVOS	105

5.2.1 Olhando para as Mulheres do Coletivo e para as suas Atuações	108
5.3 SOBRE DIFERENTES EXPECTATIVAS	111
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	119

INTRODUÇÃO

A abrangência cada vez maior de diversos estratos da sociedade nas universidades públicas do país contribui para a diversificação dos sujeitos nos espaços acadêmicos, ao mesmo passo que motiva a organização de grupos politicamente minoritários, tal como no caso das mulheres, que se unem em torno do feminismo como uma pauta política de luta para reivindicarem o seu espaço e os seus direitos. Em torno destas disputas é que desenvolvi o interesse em investigar o surgimento e a atuação dos movimentos feministas que se consolidaram nas universidades federais nos últimos anos.

O engajamento das mulheres em torno de debates pertinentes no ensino superior é acompanhado por um aumento da representatividade das discentes nas universidades, conforme os dados do Censo da Educação Superior de 2016, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira– INEP. Segundo o levantamento, divulgado em 2018, dos 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação, as mulheres são 56,4% desse índice, portanto, superando o percentual dos estudantes homens. Já na docência, dos 384.094 professores de educação superior em exercício, os homens foram maioria, pois somente 45,5% eram mulheres. (INEP, 2018). Ao observar os dados do levantamento é perceptível o aumento da presença das mulheres no ensino superior brasileiro, contudo, a soma maior das discentes não é uma garantia de permanência igualitária neste espaço, por conta das múltiplas violências sofridas no meio universitário. Em reação, as estudantes empreendem ações como a criação de coletivos feministas, que se articulam politicamente a fim de criar uma agenda e uma estratégia de visibilidade no âmbito acadêmico, com reivindicações de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos das mulheres.

Ao longo do curso de doutorado apropriei-me das teorias feministas e estudei a temática da violência de gênero, o que me instigou a analisar esta forma de violência dentro do espaço de ensino e a consequente reação da comunidade acadêmica. Logo, a questão da violência contra as discentes produzia-me incômodo e lancei-me ao desafio de refletir e debater as formas de organização e articulação política destas mulheres diante deste contexto de crescentes narrativas de violência de gênero. O contato com alunas que haviam sofrido agressões e que passaram a se amparar em coletivos despertaram o meu interesse por desenvolver uma análise sobre os núcleos feministas nas universidades em torno desta agenda política. Esse desejo também se consolidou por meio da minha experiência pessoal e profissional até o momento, a partir do meu trabalho como jurista e docente na área do Direito

junto a um centro universitário, no que se constituiu um diálogo entre diferentes áreas do saber: a jurídica e a das ciências sociais. Assim, passei a interessar-me pelo tema da violência de gênero no ambiente acadêmico, principalmente a partir do aumento de denúncias de abusos sofridos pelas estudantes, seja nas redes sociais (PINHO, 2016; PÉREZ-PEÑA, 2015; MENDONÇA, 2014) ou no próprio espaço físico da universidade, como nos chamados trotes de recepção aos calouros, por exemplo: no dia 11 de março de 2016, dentro do universidade da Universidade de Brasília (UnB), no laboratório do curso de biologia, ocorreu um feminicídio de uma aluna – Louise Ribeiro, praticado por outro estudante (NASCIMENTO; BASTOS, 2017), episódio que confirmou a minha preocupação.

Ao confrontar os relatos, notícias e demais exemplos de abusos praticados contra as alunas, inclusive noticiados pela mídia do país, é que me interessei por compreender como se organizaram coletivos de resistência em duas universidades públicas. Dentro disso, busco entender como estes grupos combatem a violência contra as mulheres e quais as demandas e dificuldades que incidem nesta forma de ativismo, bem como compreender como ocorre a construção desta organização coordenada e integrada de construção dos movimentos sociais feministas nos espaços acadêmicos. Para tanto, o desenvolvimento do trabalho buscará seguir as seguintes questões norteadoras: como estes coletivos se percebem dentro das universidades? Como são decididas as suas pautas e a sua respectiva atuação? Quais são os sentidos que essas mulheres atribuem às experiências pelas quais passam? Ocorrem mudanças nas políticas ou ações da universidade por causa das atuações dos coletivos dentro e fora do espaço acadêmico? Como é que estes Coletivos articulam suas agendas, ou não, com outros movimentos sociais e de que forma o fazem?

Como universo empírico desta pesquisa, selecionei dois Coletivos da região Centro-Oeste do país: o Coletivo Afetadas, da Universidade de Brasília (UnB) e o Coletivo Pagu, da Universidade Federal de Goiás (UFG). O trabalho de campo com o primeiro grupo foi iniciado em março de 2015, e com o segundo em julho de 2017. Ambos ocorreram até julho de 2018. O método de pesquisa utilizado foi o estudo de caso múltiplo. Para Robert K. Yin (2010), o estudo de caso pode ser tratado como uma importante estratégia metodológica para a pesquisa em ciências humanas, pois permite ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, além de favorecer uma visão holística e integrada sobre os acontecimentos da vida social, destacando-se o caráter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos. Para este autor (YIN, 2010, p. 32), as múltiplas fontes de informação são constituídas por uma ampla variedade de evidências como documentos, artefatos, entrevistas, reportagens e observações. A definição de “contexto do caso” abrange

as situações em que se encontra o caso a ser estudado, como referências históricas, sociais, econômicas, entre outras.

Na presente tese, como já mencionado, as unidades de investigação foram coletivos universitários de prevenção e combate à violência – Coletivo Feminino Afetadas e o Coletivo Feminino Pagu, para uma análise das dinâmicas de organização, atuação e denúncias. Os estudos de caso foram desenvolvidos com base em orientação etnográfica (MALINOWSKI, 1978; FAVRET-SAADA, 2005), a partir das técnicas da observação participante, da realização de conversas informais e de interações online, sendo estas últimas fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Foi realizada pesquisa documental, especialmente a partir de processos administrativos e de registros nas redes sociais. Nesta tese, partimos da necessidade de pensar sobre os referenciais de análise para a compreensão da configuração dos Coletivos que atuam no espaço acadêmico e que lançaram mão de teorias feministas para a mobilização e o recrutamento de novas integrantes, com diversos tipos de ativismos e demandas variadas, sendo que concentrarei atenção na temática da violência de gênero e violência sexual.

A tese está estruturada em seis capítulos, sendo o primeiro a presente Introdução. A segunda parte tem por objetivo colocar em perspectiva teórica a atuação dos movimentos feministas no Brasil, com ênfase para a questão da violência de gênero. No terceiro e no quarto capítulos discorro sobre os Coletivos, primeiro o Pagu e, em seguida, o Afetadas, com a finalidade de apresentar a formação e formas de atuação destes grupos, a estrutura, a articulação, as pautas e a divulgação das ações desenvolvidas em suas rotinas no período de campo. Na quinta parte deste trabalho estabeleço algumas reflexões sobre os dados coletados e as subjetividades presentes nas atividades dos Coletivos Feministas estudados. Ao encerrar, trago as considerações finais no sexto e último capítulo, apontando para um possível panorama de discussão da importância dos coletivos nos espaços mencionados.

Passo, a partir de então, a discorrer sobre os movimentos que colaboraram para o surgimento do feminismo como uma forma de ação organizada e dotada de força política nas últimas décadas, no contexto brasileiro, e sobre uma das pautas privilegiadas de ação política: violência de gênero.

2 SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS FEMINISTAS NO BRASIL

Neste capítulo, apresento um histórico do movimento feminista brasileiro, levando em consideração uma perspectiva que se tornou hegemônica por ter se institucionalizado em políticas e legalidades, especialmente no campo da violência contra mulheres. Inicialmente, recupero algumas perspectivas teóricas sobre a atuação das mulheres no país, olhando especialmente para as suas lutas, pautas de reivindicações, além da articulação entre a defesa dos direitos das mulheres e dos direitos sociais. Por ter sido a violência de gênero uma pauta privilegiada na agenda feminista brasileira (VIEIRA, 2011), de modo a se fazer presente nos Coletivos, empreendo um debate sobre a questão da violência de gênero e conceitos neste campo, com o objetivo de subsidiar a posterior análise dos dados etnográficos que foram construídos no trabalho de campo que compõem esta tese.

2.1 ATIVISMOS FEMINISTAS E GARANTIA DE DIREITOS

Para compreender a emergência e o desenvolvimento dos coletivos pesquisados nos capítulos seguintes, proponho debater alguns aspectos importantes do feminismo no contexto brasileiro que embasam a construção do movimento em suas pautas e ações.¹ Dessa forma, seguirei a leitura de Célia Regina Jardim Pinto (2003), que localiza três vertentes principais que constituem o feminismo no Brasil:

A primeira delas, a mais forte e organizada, é a liderada por Bertha Lutz, que tem como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. [...] A segunda vertente é a que se poderia chamar de feminismo difuso, o qual se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa. [...] A terceira vertente se manifesta no movimento anarquista e, posteriormente, no Partido Comunista. (PINTO, 2003, p. 14-15).

Cada vertente do movimento feminista apontada pela autora possui a sua localização na história da luta por direitos das mulheres no país. Ainda que com diferentes projeções e alcance, as três vertentes tiveram o seu contributo para a atual organização do movimento em coletivos, como buscarei argumentar adiante. Inicialmente, o feminismo brasileiro teve como foco a luta das mulheres pelos seus direitos políticos, já que esta não era considerada como sujeito dotado de direito diante da lei, portanto, era excluída de diversos processos sociais

¹ Nesta revisão da literatura sobre feminismo brasileiro estou partindo de uma construção entendida enquanto uma perspectiva hegemônica, em um contexto de pluralidade nas formas de ação e diversidades identitárias. (LOZANO LERMA, 2010).

fundamentais como o voto. A situação seria modificada somente em 1932, quando, lideradas por Bertha Lutz (1894-1976), bióloga e ativista política pioneira em terras brasileiras, as feministas conseguem assegurar o seu direito ao sufrágio. As feministas desta época também declaravam a sua insatisfação com os papéis tradicionais atribuídos pelos homens às mulheres. No entender de June E. Hahner (1981, p. 25), elas “tentaram despertar outras mulheres para seu potencial de auto progresso e para elevar seu nível de aspirações”. Cabe notar que neste período final do século XIX e início do XX o movimento pelos direitos das mulheres era representado por uma restrita classe de mulheres cultas e com trânsito contínuo por países europeus. Um exemplo foi Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), que advogava por mais oportunidades de educação e uma posição social mais alta para as mulheres na sociedade, além de ser uma defensora da abolição da escravatura e uma das primeiras feministas intelectuais que se destacou no período além de Bertha.

A primeira vertente do movimento feminista no Brasil teria o seu sucesso interrompido nos anos 1930, sendo o ápice da sua atuação o ano de 1936, quando Bertha Lutz assume a cadeira de Deputada Federal na eleição constituinte, pois havia sido suplente de um deputado que veio a falecer. Porém, com o golpe do Estado Novo no ano seguinte o grupo de Bertha perderia força e, mesmo após a redemocratização em 1945, jamais voltaria a ter a mesma importância. (PINTO, 2003, p. 28). Já a vertente que sucedeu as chamadas sufragistas se originou a partir de mulheres oriundas de outros estratos sociais, como profissionais liberais, editoras de jornais independentes e escritoras.

Bertha Lutz escreveu inúmeros artigos em jornais defendendo o voto da mulher e outros direitos civis, mas o que se enfatiza aqui é a diferença de postura entre uma mulher que escrevia na grande imprensa e as feministas [da segunda vertente] que sustentavam pequenos jornais, muitas vezes artesanais, em que eram publicados artigos e opiniões mais radicais sobre a condição da mulher. (PINTO, 2003, p. 30).

Ainda que a primeira vertente tenha sido responsável por inaugurar sérios debates públicos sobre a condição da mulher na sociedade brasileira, as sufragistas, com a obtenção do direito de voto, acabaram perdendo o seu principal símbolo em torno do qual se uniram, já que Bertha Lutz ingressa como candidata suplente na Câmara dos Deputados. No pouco tempo em que ficou no posto, a pioneira deputada ajudou a criar a Comissão do Estatuto da Mulher e impulsionou a decretação desta legislação que visava atribuir status legal aos direitos sociais das mulheres, bem como incluir determinadas regras de trabalho para estas. (HAHNER, 1981, p. 121). Cabe notar que a importância da atuação das feministas da segunda vertente na imprensa independente do país também foi relevante para a concretização destas

conquistas políticas. Dentre estas, podemos mencionar a figura de Josephina Álvares de Azevedo (1851-1905), irmã do jovem poeta romântico de mesmo sobrenome. Josephina escreveu diversos artigos na imprensa de São Paulo a época, demonstrando a sua preocupação para com a educação da mulher na sociedade brasileira. Além disso, escreveu uma comédia que debochava dos homens que não eram favoráveis ao direito de voto das mulheres. Mesmo que a peça tivesse contado com somente uma encenação pública, a autora não esmoreceu e a publicou em formato de folhetim no rodapé do seu jornal. (PINTO, 2003).

A esses dois primeiros movimentos de mobilização feminista sucedeu-se uma terceira vertente ligada às tendências anarquistas das primeiras décadas do século XX, quando da chegada dos imigrantes no país. Ligados ao operariado das fábricas, os anarquistas colaboraram para a eclosão de diversas greves no período, se utilizando em grande parte de uma imprensa independente e ativa para propagar os seus ideais revolucionários, e que incluía a participação da mulher em suas fileiras. Porém, como coloca Pinto (2003, p. 34), da mesma forma que ocorreria no comunismo, as *companheiras* anarquistas possuíam um papel ambíguo no movimento, pois, ao mesmo tempo em que eram aceitas como parceiras de revolução, não possuíam espaço para debater a opressão masculina, que ficava em segundo plano nos debates, ocultado pela questão da dominação de classe. Ainda assim, as trabalhadoras escreviam os seus manifestos denunciando enfaticamente a sujeição aos homens a que eram submetidas. Outra pauta importante era expressa na questão do trabalho, já que este se tornava frequentemente uma jornada dupla para as mulheres.

O nome mais significativo desta última vertente feminista é o de Maria Lacerda de Moura (1887-1945). Professora e escritora nascida em Minas Gerais é considerada uma das mais importantes feministas do século (PINTO, 2003, p. 36) por sua participação determinante no movimento e por escrever diversos livros sobre a causa. Inicialmente se aproxima do grupo de Bertha Lutz, se afastando mais tarde por considerar que a luta das sufragistas atingia poucas mulheres no âmbito da sociedade brasileira no período, deixando de lado as negras, as pobres e outras tantas. Oriunda de uma família modesta, Maria Lacerda defendia o estudo das causas sociais da opressão às mulheres, apontando para o capitalismo como fator principal para tal exclusão. Sendo assim, ela não via na luta pelo voto mudanças suficientes para produzir uma melhora na condição da mulher, pois ainda que o anarquismo associasse o problema ao homem, o era na figura do patrão que oprimia as mulheres no contexto capitalista que se desenhava.

O movimento feminista ganharia novo fôlego somente a partir de 1945, com a redemocratização do país e as campanhas nacionais contra o domínio dos grupos oligárquicos

que até então estavam no poder. A participação das mulheres se fez presente nesse período, no entanto, tais debates não tinham qualquer cunho feminista. (PINTO, 2003, p.44). A partir de 1964, período do golpe militar, a luta das mulheres se destacaria nos debates sobre a anistia. Contudo, o movimento enfrenta um duplo problema: se defender da opressão masculina e, ao mesmo tempo, dar conta do debate de outros problemas relevantes, como a miséria e a desigualdade social. Nesse sentido, Pinto (2003) chama atenção para o fato de que o feminismo no Brasil:

É um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados. (PINTO, 2003, p.46).

Diante desse cenário, a autora localiza que é somente a partir dos anos 1970 que as mulheres, enquanto movimento organizado, conseguem ampliar o seu espaço na esfera públicas de debates, a partir de dois eventos principais: a fundação do Conselho Nacional da Mulher e a criação de pequenos grupos privados exclusivos para mulheres. (PINTO, 2003, p. 46). A primeira conquista se deu com a participação ativa da advogada Romy Medeiros, que possuía boas relações com integrantes do governo Médici e conexões no empresariado internacional, o que influenciou diretamente nas articulações bem-sucedidas e a consequente aprovação do Conselho no Congresso. Já os primeiros grupos feministas autônomos (PINTO, 2003, p. 49) surgem no eixo Rio-São Paulo, sem possuírem uma organização formal para os debates, tratando de um universo imenso de temas pertinentes às mulheres que vão desde leituras como Virgínia Woolf (1882-1941) e Anais Nin (1903-1977) à sexualidade.

Esses grupos certamente não eram os únicos no Brasil no início da década. Eram pequenos, contando com no máximo 20 mulheres, informais, alguns muito efêmeros e privados, pois suas reuniões eram realizadas nas casas de pessoas às quais só se tinham acesso por convite. Mas o que é importante reter aqui é o caráter de pioneirismo das discussões então realizadas [...] se os grupos não cresceram ou não tiveram visibilidade, ainda assim essas mulheres e seus temas preferenciais foram fundamentais a partir de 1975 no país. (PINTO, 2003, p. 51-52).

O ano mencionado pela autora se tornaria importante na história do feminismo, pois marca a criação do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a realização de uma conferência sobre o assunto no México. Durante esse período, Pinto (2003, p. 56) argumenta que “a questão da mulher ganhava a partir daí um novo *status*, tanto diante de governos autoritários e sociedades conservadoras como em relação a projetos ditos progressistas”, proporcionando um impulso novo para a criação de novas políticas para as

mulheres, como a fundação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Atuante até o ano de 1979, o local teve um importante papel nos debates e estudos feministas, abrigando diferentes tendências do movimento em suas dependências. (PINTO, 2003, p. 58).

A década de 1970 lançou para o mundo e para o Brasil a questão da mulher. No Brasil, como vimos, a particularidade da implantação do movimento deu-se por conta de uma paradoxal situação. Por um lado, o regime militar e repressivo não via com bons olhos qualquer tipo de organização da sociedade civil, ainda mais quando se tratava de mulheres [...] mas o paradoxo se constitui na medida em que as mulheres também não encontravam guarida entre os grupos que lutavam contra a ditadura e professavam ideologias do tipo libertário [...] De qualquer forma, no fim da década havia um fato inegável: o movimento feminista existia no Brasil. (PINTO, 2003, p. 66).

A luta das mulheres prosseguiu no período do regime militar e durante a redemocratização, tendo outro importante marco com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) junto ao Ministério da Justiça, em 1985. O movimento foi impulsionado pela organização das mulheres nas *Diretas-Já* dois anos antes, culminando com a conquista do referido órgão, que possuía orçamento próprio e status de ministério. (PINTO, 2003, p. 71). No entanto, a conquista teria curta duração, existindo efetivamente por quatro anos, sendo após alguns anos desmobilizado durante o governo Collor, que passou a indicar conselheiras sem ligação alguma com os movimentos feministas responsáveis pela sua fundação. No período da Constituinte, foi elaborada a Carta das Mulheres (1988), que é considerado um dos documentos mais importantes escrito pelo feminismo brasileiro contemporâneo, de acordo com Pinto (2003). Apresentada em Brasília pelo CNDM, em conjunto com um grupo amplo de mulheres, a Carta é dividida em duas partes, tratando de um conjunto abrangente de temas relativos aos seus direitos. Ainda, foi pioneira por suas reivindicações e por tratar da questão do aborto, mesmo que de forma indireta, ao proclamar que “será garantido à mulher o direito de conhecer e decidir sobre o seu próprio corpo”. (PINTO, 2003, p. 75). Contudo, esta redação desapareceu no documento enviado à Constituinte, o que levou o CNDM a realizar uma campanha nacional para angariar assinaturas para a aprovação de ementas populares que contemplassem as suas reivindicações ignoradas. Nessa ótica, a atuação de militantes do movimento feminista brasileiro da década de 1980 teve uma característica diferente de participação política, ou seja, uma atuação “por meio de pressão organizada, capaz inclusive de ser propositiva”. (PINTO, 2003, p.76).

O resultado desse debate sobre a questão da violência contra a mulher ganhou novas proporções no país nas últimas décadas do século XX, o que pode ser visto no fenômeno da fundação das diversas organizações de apoio às mulheres vítimas de violência. Em 1981, uma

das primeiras entidades com esse objetivo foi inaugurada no Rio de Janeiro com o nome de SOSMulher, que visava se “constituir como um espaço de atendimento de mulheres vítimas de violência e também um espaço de reflexão e de mudança nas condições de vidas dessas mulheres”. (PINTO, 2003, p. 81). Tratou-se de uma das primeiras iniciativas de buscar atender, prevenir situações extremas, de repensar o papel feminino e a participação da mulher na sociedade. Os dois primeiros SOSs no Brasil – São Paulo e Campinas – deram ensejo a outros que surgiram depois. A criação de espaços femininos próprios, onde mulheres pudessem se colocar, sem censura, expondo sentimentos, medos, queixas, denúncias de maus tratos, discriminações desencadeou a necessidade das mulheres de falar e serem ouvidas com respeito e credibilidade, e ofereciam-se serviços psicológicos e jurídicos. (GREGORI, 1993).

Para Maria Filomena Gregori (1993, p. 38) “O interesse em estimular práticas do tipo SOS residia exatamente no fato de ele propiciar a mobilização de mulheres não sensibilizadas com o feminismo, através da conscientização dos problemas oriundos de suas experiências de vida”. A autora acrescenta ainda que as militantes feministas criaram o SOS em um momento onde existiam diferentes visões sobre a prática feminista.

A introjeção de condicionamentos antigos eram barreiras para o desenvolvimento dos potenciais femininos à emancipação, impunha-se a “cultura da violência” e havia um pacto do silêncio, uma resignação e negação da violência que acabavam travando as mudanças e prevenção daquelas condições, e havia entraves à cidadania e aos direitos humanos da mulher, e a criação dos SOSs quebraram o silêncio que havia em torno da violência. (TAUBE, 2002, p. 177).

Aponta ainda Maria José Taube (2002, p. 180) “Até então caladas, as mulheres ganhavam confiança ao entrar em contato com aquela prática nova e surpreendente da socialização dos problemas, do compartilhamento das angústias e medos que podiam ser colocados sem censura e julgamentos, beneficiando vítimas e atendentes”.

Entretanto, a constituição destas organizações proporcionou uma importante reflexão para o feminismo no Brasil, já que as mulheres que criavam estas entidades se depararam com uma realidade que não era a dos debates cultos ou políticos, e sim, a das classes menos favorecidas e desamparadas no estrato social. Como reação, estes movimentos buscaram uma profissionalização dos seus serviços, se aproximando daquilo que viríamos a conhecer mais adiante como as Organizações Não-Governamentais (ONGs), a partir dos anos 90.

O encontro entre essas duas realidades tão diversas fez que esse tipo de militância feminista tomasse uma nova forma, renunciando à identificação com seu grupo alvo e passando a organizar-se de forma mais profissional – surge um feminismo de

prestação de serviço, em que as mulheres vítimas de violência encontravam profissionais da saúde e da área jurídica para lhes dar apoio. (PINTO, 2003, p. 82).

Na década seguinte, esse movimento seria acompanhado pela criação de Delegacias Especializadas de Combate à Violência Contra a Mulher, que se popularizaram pelo país a partir de 1992, segundo Pinto (2003). Todo este percurso histórico de um ativismo voltado à garantia de direitos e equidade de gênero, no caso brasileiro, acabou se concentrando no combate à violência contra as mulheres, gerando uma produção de legalidades e serviços neste campo. (VIEIRA, 2011).

Nota-se que ao longo dos anos a questão da violência contra a mulher tornou-se foco para o Estado, demandando deste a promulgação de legislações e criação de mecanismos de coibição da violência, de responsabilização dos agressores, mas, principalmente de proteção da mulher. Conforme o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, instituído pela Lei n. 9.807/99,

Art. 1º As medidas de proteção requeridas por vítimas ou por testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal serão prestadas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, no âmbito das respectivas competências, na forma de programas especiais organizados com base nas disposições desta Lei. (BRASIL, 1999)

assim, coube ao Poder Público a organização e manutenção de programas e iniciativas que contribuíssem para a sua efetivação. E, em se tratando de mulheres em situação de violência que se encontram em extremo risco, a medida protetiva do acolhimento institucional é tida como a principal forma de intervenção estatal. Conforme informações da Secretaria Nacional de Políticas para as mulheres:

No Brasil a primeira Casa-Abrigo é implantada em São Paulo, em 1986 - Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (Convida). Em 1990, é criada a Casa-Abrigo de Santo André/SP; em 1991, a Casa Helenira Rezende de Souza Nazareth/SP/ em 1992, a Casa Abrigo Viva Maria/RS e a Casa do Caminho/CE/ e em 1996 a Casa-Abrigo do Distrito Federal e a Casa-Abrigo Sempre-Viva/MG. (BRASIL, 2011, p. 31).

No final dos anos 2000, a modalidade de atendimento à mulher vítima de violência passou a ser regulamentada quando o Conselho Nacional de Assistência Social que aprovou através da Resolução n. 109/2009, a tipificação dos serviços socioassistenciais, dentro dos quais, foi elencado como Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Neles, há a modalidade de acolhimento institucional voltado a populações expostas a vulnerabilidades ou risco, estando às mulheres em situação de violência incluídas nesse

público, mas o funcionamento e estrutura foram regulamentados pelas Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Violência e Risco - documento da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, que redefine as possibilidades de acolhimento provisório desse público com o intuito de promover-lhes segurança e proteção. (BRASIL, Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2011).

No âmbito do governo, a Rede de Atendimento à Mulher em situação de Violência é composta pelos seguintes serviços:

- . Centros de Referência de Atendimento à Mulher
 - . Núcleos de Atendimento à Mulher
 - . Casas-Abrigo
 - . Casas de Acolhimento Provisório
 - . Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)
 - . Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns
 - . Polícia Civil e Militar
 - . Instituto Médico Legal
 - . Defensorias da Mulher
 - . Juizados de Violência Doméstica e Familiar
 - . Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180
 - . Ouvidorias
 - . Ouvidoria da Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres
 - . Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica
 - . Posto de Atendimento Humanizado nos Aeroportos
 - . Núcleo da Mulher da Casa do Migrante
- (BRASIL, 2011, p. 30)

Ainda, pode-se observar que a situação de violência exige cautela e atendimento especializado das vítimas, o que evidencia a complexidade dos serviços de institucionalização, uma vez que

O abrigamento [...] não se refere somente aos serviços propriamente ditos (albergues, casa-abrigo, casa-de-passagem, casas de acolhimento provisório de curta duração, etc), mas também inclui outras medidas de acolhimento que podem constituir-se em programas e benefícios (benefício eventual para os casos de vulnerabilidade temporária) que assegurem o bem-estar físico, psicológico e social das mulheres em situação de violência, assim como sua segurança pessoal e familiar. (BRASIL, 2011, p. 15)

As multifacetadas e a complexidade que o fenômeno da violência contra a mulher apresenta nos seus diversos modos de expressão, levaram o movimento feminista a demandar do Estado iniciativas de prevenção e combate a tal forma de violação de direito do público feminino. Dentro desse cenário, a Política Nacional de Abrigamento direcionada a mulheres que se encontram em situação de violência com extremo risco e vulnerabilidade, se mostra como importante instrumento de operacionalização do seu atendimento com ênfase na sua

proteção. Diante do ativismo feminista ocorreu um fortalecimento de políticas públicas na prevenção, no acolhimento, e no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Para Juliana da Costa (2006), o feminismo enquanto movimento social passou por mudanças nas décadas seguintes, ingressando no universo acadêmico. Daí, na atualidade, ocorre a criação de espaços para discutir, contestar e tornar visível o problema da violência sofrida pelas mulheres dentro da universidade por meio de coletivos feministas, sendo esta uma nova forma de movimento social. A auto-organização se torna um potencial transformador da luta feminista, pois os espaços criados pelos coletivos feministas podem oferecer aos sujeitos locais de solidariedade e visibilidade, possibilitando a difusão de reivindicações incorporadas pela coletividade específica à qual sentem pertencer. A partir da atuação de cada componente do coletivo e de seus pontos em comum permite-se a construção de uma luta específica e, ao mesmo tempo, universal.

A criação dos coletivos feministas dentro da universidade pode ser mais uma forma de movimento das mulheres construídas em um ambiente marcado por impasses, negociações e conflitos oriundos do aumento das violências sofridas dentro do espaço acadêmico. Isabela Livingstone Santos (2018) coloca que os coletivos existentes dentro das universidades são “Coletivos de Mulheres” e não “Coletivos Feministas”. Já Maria Amélia de Almeida Teles (2017) diz que a expressão "movimento de mulheres" significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Enquanto "movimento feminista" refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres, e que buscam criar meios para que elas próprias sejam protagonistas da sua vida e da sua história.

Outras bandeiras importantes para os coletivos feministas que se constituem no âmbito acadêmico estão no respeito pelo feminino, na igualdade entre os sexos, na diminuição do feminicídio,² pelo fim da cultura do estupro, ao promover debates sobre e a necessidade de aprimorar o acolhimento e a formalização de denúncias de violência e machismo dentro das universidades. Berenice Bento (2017) afirma que os coletivos existentes nestes locais acadêmicos possuem diversos aportes teóricos e que as estudantes discutem feminismo e se auto declaram como feministas, havendo a proliferação destes discursos por coexistirem

² Com o advento da Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, o artigo 121, § 2º do Código Penal passou a ter o inciso VI, que trata do feminicídio como um homicídio doloso praticado contra a mulher por “razões da condição de sexo feminino”, ou seja, desprezando, menosprezando e desconsiderando a dignidade da vítima enquanto mulher, como se as pessoas do sexo feminino possuíssem menos direitos do que as do sexo masculino. Para Berenice Bento (2017), feminicídio é perpetrado contra uma mulher trans ou não-trans. A autora não apenas nomeia e se opõe ao crime, mas também se opõe a essa cumplicidade que existe entre as forças policiais e os sistemas legais para que este crime aconteça e/ou quando fracassam para processar e perseguir quem os comete.

múltiplos feminismos nestes espaços, como as feministas radicais, o transfeminismo, o feminismo da diferença, o feminismo negro, lésbico, dentre outros. Um novo olhar sobre o ativismo das mulheres, em especial no âmbito universitário, por meio da criação de coletivos busca novas possibilidades de compreender esse fenômeno. Esta é uma das formas de ação que se dá pelo agrupamento de jovens em coletivos organizados de maneira mais fluída, fragmentada e horizontal. Para Cristhiane Falchetti (2017):

Uma hipótese a ser desenvolvida é a de que o autonomismo se vincula a uma reinvenção da ação coletiva, em que os formatos são mais fluídos. Ou seja, importam menos as estruturas fixadas e mais as experiências criadoras, de modo que os movimentos estariam existindo mais na construção coletiva que circula por meio dos atores e práticas, do que nas organizações que formalizam. Portanto, é uma concepção de ação coletiva no sentido mais literal de movimento, como um fluxo de ideias, causas, práticas, experiências e agentes. Esse talvez seja o sentido da emergência cada vez mais comum de ‘coletivos’ em lugar dos ‘movimentos sociais’ estruturados, uma mudança fortalecida e muito evidente desde junho de 2013, especialmente dentro da temática urbana. (FALCHETTI, 2017, p. 18).

Para Maria da Glória Gohn (2018, p. 120), os “coletivos autodenominam-se como ativistas, vivem experiências e experimentações que podem ser tópicas ou mais permanentes, fragmentadas, ou mais articuladas”. As dinâmicas de ação são discursivas e estratégicas, e um coletivo pode se transformar em movimento social ou articular-se a um conjunto de outros grupos que configuram em um movimento social. Os coletivos universitários feministas podem ser considerados como uma nova forma de militância construída pelas mulheres. Estas se organizam no espaço acadêmico de forma autogerida, descentralizada, flexível e situacional. Para Heloisa Buarque de Hollanda (2017):

Os coletivos não se configuram por seus integrantes e sim por determinadas ações, agindo sempre num contexto de intervenção pública. Os coletivos também não são cooperativos, não são grupos, não têm número de participantes determinado, nem podem ser caracterizados como movimentos artísticos. Sua forma de organização é independente e, para cada ação ou conjunto de ações. (HOLLANDA, 2017, p. 12).

Assim, a autonomia e a auto-organização de mulheres são elementos centrais para a luta feminista nos Coletivos. Atuando em redes, elas constroem ações coletivas que emergem como resistência à exclusão nos variados contextos, lutando pela sua inclusão e por seus direitos sociais.

2.1.1 Considerações sobre a Entrada das Mulheres no Ensino Superior e Equidade de Gênero

O propósito desse tópico centra-se em torno de um breve histórico sobre a posição e ocupação das mulheres na produção de conhecimento, no intuito de averiguar por que da formação de Coletivos dentro da universidade, com atuação em redes, e tendo como pauta a reivindicação de seus direitos e a violência sofrida dentro da universidade, para entender o feminismo, a criação e atuação de Coletivos Feministas no âmbito da universidade.

Maria de Lourdes Bandeira (2008, p. 212) destaca que “É sabido que entre os grandes filósofos e pensadores na história da humanidade, as mulheres estiveram ausentes das discursividades filosóficas, históricas, científicas e culturais. Foram poucas as que conseguiram.”

As mulheres eram impedidas de serem admitidas nas universidades por causa da incapacidade e obscurantismo, permitindo-se filósofos, pensadores e cientistas homens, sendo justificada a presença deles pela objetividade. (BANDEIRA 2008, p. 212).

Bandeira (2008, p. 213) ainda menciona que "A exclusão das mulheres do campo científico foi justificada por argumentos assentados na fisiologia e psicologia femininas", e em face dessas questões, durante séculos, as mulheres foram omitidas das comunidades científicas, tendo sido as universidades estruturadas para homens, que secularmente sustentaram a dominação masculina.

Nadia Regina Loureiro de Barros Lima (2002, p. 54) menciona que historicamente no Brasil, somente em 1879, com a “Reforma Leôncio de Carvalho”, ou "Reforma do Ensino Livre", expressa no Decreto nº 7.247 de 1879, estabeleceu-se o ensino para todas as crianças e passou a permitir o ingresso de mulheres em instituições de ensino superior.

No ano de 1922 foi fundada a Federal Brasileira pelo Progresso Feminino, com sede no Rio de Janeiro, tinha como presidente Bertha Lutz, tendo como principal bandeira de luta a busca pelo sufrágio universal, e para a inserção acadêmica da mulher, entidade esta precursora de diversas iniciativas para emancipação, especialmente nos anos 1920 e 1930.(BONATO, 2011).

Já em 1929, as mulheres da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino fundaram a União Universitária Feminina, que em 1961 passou a se chamar Associação Brasileira de Mulheres Universitárias, presidida pela engenheira Carmem Velasco Portinho, que teve papel importante para a inserção e permanência das mulheres nas faculdades. O objetivo era

incentivar o estudo superior entre as mulheres, tendo inclusive no ano 1937 participado da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). (BONATO, 2011).

No período de 1945 a 1964, chamado de "Pacto Populista", surgiram grupos de pressão popular que pediam a democratização do ensino, e no ano de 1961 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 4.024/61, onde "foi garantida equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade para as mulheres que faziam magistério de disputar os vestibulares". (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 130)

Afirma Bandeira (2008) que

Embora a década de 1960 tenha representado o marco para os estudos feministas, o engajamento das mulheres nas atividades relativas ao fazer ciência e ao produzir conhecimento enfrentou o problema ainda persistente de romper com hierarquias rígidas, muitas vezes impeditivas de acesso às mulheres em certos campos disciplinares. (BANDEIRA, 2008, p. 218)

No Brasil, somente a partir da década de 1970, é que as mulheres começam a ter uma presença mais significativa na população com nível superior, conforme dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) daquele ano, as mulheres representavam 26,6%, e no ano de 1980 passaram para 45,5% (GUEDES, 2008, p. 124). O movimento feminista brasileiro, por volta do ano de 1970 aqueceu os debates e projetos legislativos voltados para a Educação Sexual, e nos anos de 1980, por iniciativa da rede privada de ensino, surgem debates sobre a gravidez na adolescência e o HIV/AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

Maria José Taube (2002, p. 171) menciona ainda que "as universidades tornaram-se *locus* privilegiado de discussões e do desenvolvimento de "novos" conceitos e de práticas inovadores, como a antropologia de cunho feminista e teorias sociais, que focalizavam a discriminação de minorias: negra, homossexual, favelados, mulheres, etc". Com a inserção das mulheres no ensino superior, as universidades como a Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Campinas (Unicamp), no Estado de São Paulo, por volta do ano de 1978, a partir de algumas disciplinas e departamentos, tiveram grupos de mulheres³ organizadas discutindo "o papel feminino, a desigualdade entre os sexos, sexualidade e saúde, discriminações, violência e outros temas que afetavam as mulheres dentro e fora da academia". (TAUBE, 2002, p. 170). À época as discentes e docentes estavam mais voltadas para a questão da violência, da objetificação das mulheres, da naturalização de valores sociais

³ No Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, a professora Verena Martinez-Allier (hoje Stolke) e a então doutoranda Mariza Corrêa.

e sobre as diversas formas de violência que as mulheres sofriam, mas não refletiam por suas próprias situações sofridas dentro do espaço acadêmico. Na universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada não se engajava nas discussões intramuros, bem como não existia espaços de debate e reflexão sobre a violência que atingia também as mulheres universitárias – docentes e discentes, não reconhecendo os estupros, às violências veladas, como assédio sexual e moral.

Em relação à violência sofrida dentro da universidade, à época, e “silenciada”, Madge Porto (2017, p. 403), bem como diversas discentes e docentes da época menciona que

...Como uma mulher que quando estudante foi abusada por um professor no início de curso de psicologia na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em meados dos anos 80 do século XXI, e não teve nenhum tipo de apoio ou mesmo qualquer ação de responsabilização do agressor. Trinta anos depois ainda ouço as mesmas queixas da época em que eu era estudante; hoje, mesmo como professora, ainda sofro violência no ambiente universitário. Todavia, mais empoderada e com todo o marco legal conquistado nos últimos anos, percebo mais possibilidades e me sinto com a responsabilidade de oferecer um espaço onde a voz das mulheres ecoem para que possamos construir uma sociedade mais igualitária e sem violência. (PORTO, 2017, p. 403)

Nesse cenário, Mariza Corrêa (2001) ao mencionar sobre a situação brasileira e sobre o movimento feminista no Brasil contemporâneo, dando um exemplo pessoal assim manifestou

A mesma euforia participativa que estava nas ruas no final dos anos setenta, estava também na universidade. Em 1976 fui trabalhar na Universidade Estadual de Campinas, então recém fundada e com um corpo docente predominantemente jovem e de esquerda — de fato, vários docentes lá contratados tinham tido um passado político de envolvimento com partidos então ilegais ou com movimentos estudantis na década anterior, e não poucos foram presos uma vez ou outra. E muitos deles voltavam de uma estadia no exterior — ou forçada ou para escapar aos maus ventos que sopravam no país. O contexto era assim favorável à discussão dos movimentos sociais que estavam presentes na sociedade mais abrangente e à discussão de idéias democráticas dentro das salas de aula. Foi nesse contexto que um grupo de alunas e professoras da área de Ciências Sociais criou um grupo de reflexão feminista, organizou três Semanas da Mulher, em 1978, 1979 e 1980, e partiu para a pesquisa com mulheres. (CORRÊA, 2001)

Eventos realizados no período de 1978 e 1979 estimularam a participação de grupos de mulheres dentro da universidade através de livretos, vídeos, filmes, conferências, artigos para jornais de manifestações ampliando a percepção de uma realidade que a cercava, inclusive "nessa época o Coletivo Feminista de Campinas se organizou para discutir teorias e militâncias, aprofundando a reflexão sobre a mulher, papéis sexuais, família, participação políticas polêmicas que ali se ousava". (TAUBE, 2002, p. 172).

As mulheres do contexto universitário e da periferia, ainda por volta do ano de 1978, se reuniam para tratar sobre a violência doméstica, pois acreditavam que era necessário falar dela e trazê-la para sociedade, no intuito de romper com o silêncio. (TAUBE, 2002, p. 174). Eram grandes a preocupação e o esforço investidos em mudanças na educação brasileira, repleto de reformas educacionais. A intersecção de gênero e educação ganhou maior visibilidade e várias foram as reivindicações que visavam à superação no âmbito do Estado e das políticas públicas, de uma série de medidas contra a discriminação da mulher. As participantes acadêmicas daquela época tinham preocupações que com a melhoria das condições da população, especificamente, a da Mulher, tendo como debates discussões sobre conceitos e preconceitos seculares sobre o papel da mulher na sociedade. Atuando na academia, as preocupações e debates eram trabalhar com conceitos e preconceitos seculares, principalmente para tratar da violência doméstica, uma vez que esse era um fator negativo ao desenvolvimento feminino.

Diversos esforços foram investidos em mudanças na educação básica brasileiras, mas principalmente no final dos anos de 1980, com a atuação do movimento das mulheres, que organizado em todo o território nacional, foi um dos líderes da campanha da constituinte, juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) que garantiram os direitos sociais e individuais, com a inclusão de aspectos específicos como gênero, raça e direitos humanos na consolidação da Constituição Federal de 1988. Cláudia Pereira Vianna e Sandra Unbehaum (2004, p. 7) chamam atenção para a falta de referência da palavra gênero na Constituição Federal, uma vez que naquele momento gênero não era um conceito familiar às mulheres, e para as “feministas daquele período a distinção entre sexo e gênero estava ainda sendo forjado”.

Eva Alterman Blay e Rosana R. Da Conceição (1991) ao tratarem sobre a questão da "Mulher como Tema de Disciplinas da USP", no intuito de observarem a origem das diferenciações ou da igualdade entre os sexos no âmbito da universidade, concluíram à época que

A incorporação dos estudos e pesquisas sobre a mulher se faz ainda timidamente na USP e nas demais universidades brasileiras. O tema é, com muita frequência, ignorado pelos programas curriculares na graduação e na pós-graduação, criando uma lacuna que distorce o conjunto de análises. Por outro lado, a mulher é focalizada, muitas vezes, numa perspectiva ideológica patriarcal, ratificando valores conservadores a respeito de seu papel na sociedade, desde o mercado de trabalho, a família até a sexualidade, criando um claro descompasso entre as transformações sociais e a ótica científica. Neste segmento do saber há um claro descompasso entre a sociedade e a universidade.

...É necessário que a universidade incorpore amplamente uma nova mentalidade relativa à mulher e às relações sociais de gênero, com o quê todos teremos a ganhar. (BLAY e CONCEIÇÃO, 1991, p. 55-56)

Percebe-se que mesmo com a inclusão das mulheres no ensino superior, como discentes, como docentes, e pesquisadoras, havia uma predominância masculina, e no ano de 1996, após a promulgação da Lei n. 9394/96, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que incorporaram os temas transversais na organização do trabalho didático, tais como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, trabalho, consumo e orientação sexual. Esses parâmetros, apesar do avanço deixaram de fora as discussões sobre as diversas formas de viver os afetos e a sexualidade, questões de identidades sexuais não heterossexuais e à diversidade de gênero. (ARAÚJO, 2018, p. 33).

No período de 2001 a 2010 vigorou o Plano Nacional da Educação - Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, e o gênero desaparece da apresentação geral do documento, e, no ano de 2010, com a finalidade de eliminar o preconceito e a discriminação em relação a orientação sexual e identidade gênero novo Projeto de Lei foi encaminhado para o decênio de 2011-2020, onde previa a criação de uma rede de proteção do LGBT contra a exclusão, tendo sido aprovada a Lei 13.0005/2014. (SOUZA JUNIOR, 2018, p. 12).

Durante o governo da presidente Dilma Rousseff, no ano de 2011, foi elaborado documento de Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, reconhecendo a diversidade de violências sofridas, tais como: "a violência doméstica, a violência sexual, o abuso e a exploração sexual de mulheres adolescentes/jovens, o assédio sexual no trabalho, o assédio moral, o tráfico de mulheres e a violência institucional". (BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República, 2011, p. 11). Só que quando da criação de o Projeto Escola Sem Homofobia, denominado "Kit Escola sem Homofobia", no ano de 2011, face à pressão da bancada de deputados cristãos, quanto à distribuição do material, a presidente Dilma Rousseff acabou cedendo e vetou a sua distribuição, recebendo muitas críticas. Por outro lado, percebe-se nesse período que as mulheres acadêmicas vinham refletindo sobre a questão da desigualdade de gênero existente dentro da universidade, e não mais só vislumbrando a violência sofrida em outros espaços, pois passaram a se afetar quanto à falta de segurança, da opressão, da discriminação, da desigualdade entre os sexos, e outros temas, as levou a criarem grupos dentro da universidade para discussões, para reflexões, para acolhimento, uma vez que não eram ouvidas pelas instituições. A tônica era a mobilização e discussão de conceitos e preconceitos seculares. E, por volta do ano de 2015, para Porto (2017, p. 403) “a violência dentro das universidades, por

muito tempo silenciada, passou a ser denunciada e coletivos feministas nas universidades surgem para pautar esse debate e exigirem políticas públicas que coíbam esse fenômeno.”

Já no governo do presidente Michel Temer, outro documento criado e homologado no ano de 2017, foi o da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esse também criticado por movimentos minoritários, uma vez que não ocorreram debates sobre "dois tópicos: objeto de conhecimento "corpo, gênero e sexualidade nas tradições religiosas" e definia que, nesse eixo, as escolas deveriam "discutir as distintas concepções de gênero e sexualidade segundo diferentes tradições religiosas e filosofias de vida", pois foi aprovada com a supressão dos termos "gênero" e "orientação sexual". (SOUZA JUNIOR, 2018, p. 17).

É possível sustentar que as últimas décadas foram marcadas por um processo de democratização do ensino superior para ambos os sexos, especialmente para as mulheres, uma vez que hoje há uma maior proporção de mulheres que completam o ensino fundamental, médio e, também, o ensino superior. Dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), as estudantes do sexo feminino são maioria absoluta nas universidades federais desde o ano de 1996, e em 2018, superaram os homens passando a corresponder 54,6% do corpo discente. Conforme demonstrado na Figura 1 abaixo, o percentual de mulheres que concluíram cursos de graduação presenciais manteve-se próximo a 60% no período de 1999 a 2019, o que comprova a tese da consolidação da inserção feminina nas instituições de ensino superior.

Figura 1 – Tabela de Sexo dos (as) estudantes das IFES - 1996 a 2018 (%)

Sexo	Pesquisa	1996 ¹	2003 ¹	2010 ¹	2014 ²	2018
Feminino	IFES	51,4	53,0	53,5	52,4	54,6
	PNAD/IBGE	51,2	51,2	51,0	51,6	51,1
Masculino	IFES	48,6	47,0	46,5	47,5	45,1
	PNAD/IBGE	48,8	48,8	49,0	48,4	48,9
Sem declaração		-	-	-	0,2	0,3

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
¹ FONAPRACE – Pesquisas do Perfil (1996, 2003 e 2010).
² CEPES/UFU. Pesquisa Perfil do Graduando IFES - 2015.

- ★ Na faixa etária “17 anos e menos” estudantes do sexo feminino perfazem 59%
- ★ Na faixa etária “18 a 24 anos” estudantes do sexo feminino perfazem 56,5%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Centro 2010. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018)

Assim sendo, as mulheres cientistas brasileiras contam apenas com quatro ou cinco gerações de atividade universitária (AZEVEDO, 1989) e, mesmo assim, 1/3 da força produtora de conhecimentos científicos é de mulheres. Atualmente, de acordo com as estatísticas de instituições de ensino superior (MEC/Inep e Capes), a situação das mulheres evolui, conforme aumenta o nível de escolaridade (VARELLA, 2001c, p.87); todavia, no degrau mais elevado da carreira acadêmica – o doutorado –, os homens voltam a ser maioria.

Diversos estudos e pesquisas mostram o quanto as mulheres têm caminhado e avançado na ocupação de espaços do mundo público, antes quase que exclusivos dos homens, a exemplo dos espaços acadêmicos. Um rápido olhar nas escolas, universidades e outros centros de atividades acadêmicas evidenciam avanços progressivos da presença das mulheres nestas instâncias institucionais das esferas públicas. Nas universidades, até poucas décadas atrás, predominavam os homens.

A desigualdade e a discriminação de gênero no ensino superior brasileiro têm sido frequentes, daí Coletivos Feministas vêm sendo criados para tirar os casos de violências sofridas da invisibilidade e exigir providências dos gestores no enfrentamento do problema existente. Nesse sentido Tânia Mara Campos de Almeida (2017) pontua que

Todas essas situações de violência contra estudantes nas universidades brasileiras revelam que o machismo da sociedade em geral é reeditado dentro dos seus muros. Nos casos de assédio e violência sexual, o sexo está sendo vivenciado como instrumento de dominação, embora se tenha um contexto discursivo de liberdade sexual. Ou seja, parece haver uma tensão entre a ordem arcaica patriarcal e a ordem individualista moderna, na qual as pessoas (homens e mulheres) seriam vistas e consideradas em suas individualidades e seus direitos individuais. Por um lado, parece se estar diante de ampla escolha pessoal e autonomia dos sujeitos. Mas, perversamente, por outro lado, emergem mentalidades misóginas, atitudes egoístas e sem cuidado com o outro, sem o sentido de pertencimento à comunidade universitária. Trata-se de um deserto ético, em que a dita liberdade sexual é realizada na chave do poder masculino e sem cuidado com o outro e sem respeito ao bem comum, em uma estrutura de dominação e subordinação. (ALMEIDA, 2017, p. 395)

As violências de gênero no ambiente acadêmico são de difícil identificação, e, conseqüentemente, há uma dificuldade de enfrentamento e prevenção, pois muitas vezes são praticadas de modo simbólico, e criam um ambiente universitário com desigualdade onde perpetuam o poder e obediência, principalmente em áreas do saber ocupadas majoritariamente por homens que colocam as mulheres em geral na passividade e na subjugação. A criação de Coletivos Feministas dentro do espaço acadêmico pode modificar a imposição de estruturas hierárquicas antigas e tradicionais entre os gêneros e as raças, daí a militância universitária

poder delinear novos caminhos com a coletivização e visibilização das desigualdades de gênero neste espaço.

2.1.2 Movimentos Sociais na Contemporaneidade

O objetivo deste item é analisar a dinâmica de ações estabelecidas nas redes sociais, bem como refletir sobre a sua utilização como uma ferramenta para a formação e a organização de grupos feministas e as suas respectivas atividades. As transformações tecnológicas e sociais ocorridas nas últimas décadas influenciaram o surgimento e o desenvolvimento de grupos diversos associados no ciberespaço por interesses em comum, tais como a militância feminista e a formação de coletivos que atuam nas universidades e que foram objeto deste trabalho. Sendo assim, a utilização desses novos meios de comunicação virtual, em especial o *Facebook* e o *WhatsApp*, modificou as formas de reunião e mobilização dos movimentos sociais na atualidade, resultando em novos ativismos e ações coletivas da parte desses grupos.

Reduzir distâncias nas formas de comunicação é um dos principais resultados da evolução da tecnologia e que proporcionou o surgimento da chamada “cultura de internet”, segundo Castells (1999). O autor argumenta que a busca por identificação e sociabilidade expuseram o surgimento de uma nova cultura que se expande no ciberespaço, eclodindo a partir do desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Como consequência, surgiram novas redes sociais virtuais que, atualmente, fazem parte do que se denomina de nova geração das redes de relacionamento.

É nesse contexto que os integrantes de movimentos sociais encontram ferramentas e condições propícias para realizar ações coletivas, organizar grupos e, especialmente, desenvolver uma consciência política a partir da dinâmica ideológica e cultural formadas nestes espaços. As redes sociais se diferenciam das relações reais em termos de objetivos e dinâmica, além de propiciarem o relacionamento entre diversas pessoas que, a partir das suas interações, podem provocar mudanças na vida destes indivíduos. A exemplo das ações sociopolíticas, muitas das relações estabelecidas no espaço concreto passam a utilizar a internet como um ambiente adicional de interação, figurando como um espaço público complementar. (AGUIAR, 2007).

Há uma necessidade dos indivíduos em se integrarem à grupos sociais específicos que tenham interesses comuns, o que expõe a intenção de se reconhecerem quando buscam conectar-se às redes com as quais se identifiquem. As pessoas estabelecem relações no

ciberespaço reduzindo a possibilidade de contatos reais entre as pessoas, mas criam laços e diversas discussões. (CASTELLS, 1999). As redes virtuais dinamizam a realidade concreta, uma vez que potencializa as conexões entre os indivíduos.

Os movimentos sociais contemporâneos foram se construindo a partir de novos atores que adotam diferentes estratégias e “atuam por meio de redes locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais e utilizam-se muitos dos novos meios de comunicação e informação, como a internet”. (GOHN, 2011, p. 334-335). Nesse sentido, como mostrado por Manuel Castells (1999), no que chama de “a sociedade de redes”, o associativismo localizado e os movimentos de base percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos, a partir das mesmas identidades sociais e políticas, para ganharem visibilidade, produzirem um maior impacto na esfera pública e conquistarem seus objetivos.

Logo, a internet é a principal ferramenta utilizada pelos movimentos sociais na contemporaneidade para se organizarem e se comunicarem de forma instantânea. No entender de Manuel Castells (2012) a internet é o meio encontrado para superar o medo, demonstrar a indignação e para o indivíduo opinar, independentemente de suas filiações organizacionais, bem como para se unirem, se mobilizarem, reivindicarem, dentre outros ativismos possíveis. A capacidade dos seres humanos de encontrar novas formas de viver e compartilhar experiências criam novas realidades sociais, pois constroem outras propostas por meio de ações coletivas, lutando pela inclusão e resistindo à exclusão. (GOHN, 2011, p.336). Os movimentos atuais possuem uma forma diferenciada de se relacionar e interagir, pois, possuem valores, princípios e formas de organização distintas de outros grupos sociais e identitários. Para Gohn (2014):

Como rejeitam lideranças verticalizadas, centralizadoras, também não há hegemonia de apenas uma ideologia ou utopia. O que os motivam é um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação contra a conjuntura ético-política dos dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas de poder estatal, as prioridades selecionadas pelas administrações públicas e os efeitos das políticas econômicas na sociedade. (GOHN, 2014, p. 123-124).

Na atualidade estes movimentos são horizontais e descentralizados, e não focam tão somente em uma causa, mas ampliam e congregam interesses que transcendem às demandas objetivas, visando mais abrangência. Tal postura é fruto de uma história de repressão, democratização, modernização, individualização e globalização. Esse movimento em rede difunde a informação em grande escala, conferindo uma característica mais fluída, espontânea e democrática, alcançando indivíduos de várias classes sociais, acarretando uma nova maneira de se configurar um movimento social.

A comunicação entre os sujeitos acontece online e em redes, atingindo diversos estratos da sociedade, sendo, portanto, difusa. Essas novas formas de se comunicar e de se articular são entendidas como características dos “novíssimos movimentos sociais”. (GOHN, 2014; CASTELLS, 2012). Os componentes destes grupos possuem identidades distintas e, às vezes, não possuem uma pauta comum. Castells (2012) caracteriza estes movimentos como coletivos e globais, não políticos, e sim, sociais, e que mudam a história em curso, pois realizam uma transformação cultural, que está na base de qualquer transformação de poder. Os movimentos sociais começam na internet, mas não são essencialmente digitais, não têm lideranças e repudiam a violência. Em entrevista à Revista Galileu, em 17 de junho de 2013, Castells comentou que:

São movimentos emocionais e que se unem pela recuperação de uma dignidade que se perdeu. Às vezes eles começam pequenos e parecem que se mobilizam por pouca coisa, mas que funcionam como apenas uma gota a mais em uma indignação que existe em todos os setores sociais, que as pessoas não aguentam mais. (CASTELLS, 2013)

Nos últimos anos, no que diz respeito às mulheres, diante da falta de reconhecimento da própria dignidade, e da necessidade de se verem identificadas como pessoas ou cidadãs, estas passaram a reivindicar de forma concreta o seu espaço, abandonando o papel de submissão para assumir o de sujeitas da sua própria história. (CASTELLS, 2012). Diante do sentimento de superar o temor e desafiar os poderes constituídos (apesar do perigo inerente a suas ações), “de fato, a mudança social envolve uma ação individual e/ou coletiva.” (CASTELLS, 2012, p. 3107). Ainda, para o autor o movimento em rede é multimodal e cria companheirismo entre os envolvidos, sendo que dessa maneira “as pessoas superam o medo e descobrem a esperança”. (CASTELLS, 2012, p. 3199).

A união destes indivíduos faz com que se atinja o ponto de partida para um fortalecimento, pois favorece a cooperação e a solidariedade, bem como cria formas de se disseminar os valores que almejam combater. A sociedade em rede faz com que as pessoas reais se conectem com outras pessoas reais e a constituição em redes serve para se estar com outras que desejam estar ou conhecer. Porém, este deslocamento não ocorre somente no mundo virtual, mas também no mundo real, e esses compartilhamentos é que originam os movimentos sociais em rede, servindo para expressarem a sua indignação, a sua esperança e a sua luta. (CASTELLS, 2012, p. 3320).

Como mencionado, os Coletivos Feministas estudados se conectam na internet por meio do *Facebook* e do *WhatsApp* para divulgarem as suas ações e pautas, assim como para

demonstrarem as suas posições políticas diante das violências sofridas dentro da universidade. Dessa maneira, estes grupos vão estabelecendo uma articulação no intuito de dar visibilidade ao ocorrido dentro desses locais, a fim de criarem formas de coibir e modificar a cultura sexista existente, além de criar uma rede de esperança para que haja uma inclusão das mulheres em qualquer departamento existente. Essa forma de ativismo, por meio da conexão online das mulheres que circulam no espaço acadêmico proporciona reflexões sobre as novas dinâmicas e mudanças dos feminismos. Para tanto, no próximo tópico será feita uma breve análise sobre o feminismo no ciberespaço.

2.1.3 Feminismos em Movimento no Ciberespaço

A utilização da internet como uma ferramenta de divulgação e organização dos movimentos feministas é algo cada vez mais comum e, não raro, as redes sociais servem como plataformas importantes para a atuação e a expressão política dos coletivos estudados, como será visto nos capítulos seguintes. Martinez (2019) aponta para a relevância destes meios de comunicação para o acesso dos sujeitos às pautas feministas e como estes meios proporcionam uma facilidade para o debate, difundindo o seu significado e colaborando para a construção de “uma nova epistemologia do conhecimento feminista, mais reticulada, fluída e multivariada”. (MARTINEZ, 2019, p. 4). Logo, o ambiente da web tem se apresentado como um espaço de ação e reflexão para os coletivos e, que, no entender do Ferreira (2015):

O uso da internet se dá como forma de tradução de termos, ideias e lutas, apostando na eficácia dessa atuação sem considerar os feminismos como consequência de uma consciência prévia e com a finalidade de atrair mais jovens ou ainda deixar mais claro o uso de determinados conceitos, temas e/ou ‘palavras de ordem’. (FERREIRA, 2015, p. 33).

Nesse cenário, Ferreira (2015) acrescenta que as discussões teóricas, bem como a atuação das feministas se dão a partir do que pode ser chamado de “feminismo interseccional”, ou seja, aquele que é atravessado por diversas pautas, como a das pessoas trans, do movimento negro ou de pessoas com deficiência, mas que também permite a aparição de feminismos mais “radicais”, como a tendência que advoga por uma centralidade na relação entre corporalidade e poder. Contudo, a atuação destes grupos não fica relegada tão somente às redes sociais, servindo estas como base para a organização de eventos e divulgação de eventos em que, presencialmente também são expressos outros feminismos, como “feminismo imperfeito”, “feminismo inclusivo”, “feminismo gracinha”, “feminismo

deboísta”, “recusados pelo feminismo”, “feministas clássicas”, dentre outros, o que amplia a investigação das noções de violência, inclusive dando uma nova dimensão à luta e à perspectiva feminista. (FERREIRA, 2015).

O campo discursivo de ação do movimento possui uma dinamicidade própria e apresenta diferenças entre as vertentes, pois desperta novos interesses entre as feministas, uma vez que há uma grande disseminação do conhecimento, produzindo novos debates e reflexões. Sendo assim, existem diversas tendências feministas que permitem e ampliam “a participação de mulheres em todos os seus recortes e interseções possíveis”. (MARTINEZ, 2019, p. 10). Em sua pesquisa sobre feminismos no ciberespaço, a autora identificou uma série de correntes que se diferenciam quanto às causas e critérios de reivindicação, os objetos em termos socioculturais e ícones ou teóricos mais citados nas discussões. Dessa forma, Martinez (2019) identificou como mais relevantes as seguintes vertentes feministas, a saber: o Feminismo Liberal, o Feminismo Radical, o Feminismo Negro, o Feminismo Interseccional, o Feminismo LGBT/*Queer*/Trans e o Feminismo de orientação Marxista/Socialista”. (MARTINEZ, 2019, p. 22-23), apontando para uma diversidade de abordagens que podem ser apropriadas situacionalmente nos ativismos contemporâneos. No caso dos Coletivos analisados nesta Tese, conforme verificaremos adiante é possível perceber tensões entre diferentes visões feministas, entretanto, a ênfase da análise não foi para as possíveis dissidências, mas para um aspecto pontual, o da violência de gênero nestes espaços e o da coletivização desta problemática nos Coletivos.

2.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A ampliação do debate sobre a violência contra a mulher apresentada no item anterior ocorre de maneira substancial nos anos 1980, com a criação de órgãos de proteção à mulher e a partir do desenvolvimento dos primeiros estudos acadêmicos sobre o tema no Brasil. Além de uma maior visibilidade, ao trazer a agressão da esfera privada para a esfera pública, os debates nessa época nos permitem estabelecer uma relação importante entre o feminismo e as formas de denúncia das violências sofrida pelas mulheres em seus mais variados contextos, já que esta pode se dar no âmbito da família, do trabalho ou da universidade, por exemplo. Ainda, as formas de manifestação dessas violências, que pode ser sexual, verbal, psicológica ou simbólica, também foram objeto de discussão para as feministas. A introdução do conceito de gênero nos estudos empreendidos nas universidades também foi fundamental para uma conceituação mais precisa acerca da violência, visando “compreender e definir o fenômeno

social da violência contra as mulheres e a posição das mulheres em relação à violência”. (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 148).

Existem algumas críticas relativas à dificuldade teórica sobre a conceituação de violência contra as mulheres e violência de gênero. Segundo Santos e Izumino (2005), a investigação sobre violência de gênero contra a mulher caminha para uma desconstrução das representações e dos mecanismos reconstitutivos da divisão social dos sexos e de outros sistemas de dominação de gênero que dispõem práticas violentas contra as mulheres. A expressão violência de gênero, introduzida nos debates acadêmicos a partir dos anos 1980, tornou-se uma categoria potencializadora da complexidade das relações sociais, que, no entender de Maria de Lourdes Bandeira (2014):

Associa-se à luta da violência contra as mulheres, bem como a outras reivindicações de valores feministas concernentes a mudanças na ordem legal, social e jurídica para interferir na estrutura patriarcal familiar vigente e avançar na implantação de políticas públicas de combate à violência de gênero, ancorada em lei específica. (BANDEIRA, 2014, p. 8).

No entender de Tânia Mara Campos de Almeida (2014, p. 329), a categoria gênero sofreu desgastes e críticas, mas, ainda assim, a opção de utilizar essa modalidade é entendida por meio das ações que são produzidas em contextos e espaços sociais relacionais, mesmo que haja resistências conservadoras. Na atualidade, a motivação de identificar as diferentes tipificações e lógicas particulares da violência de gênero demonstra que há outros modelos e categorias jurídicas que podem passar por transições produzidas pela inserção da mulher no espaço cultural-simbólico, na vida pública e no mercado de trabalho.

No caso de violência sexual essa pode assumir diferentes nuances, daí para o propósito da presente pesquisa, será feita breve referência resgatando aspectos históricos e analíticos sobre a construção do tema.

2.2.1 Violência Sexual

Para introduzirmos o debate acerca da violência sexual às mulheres se utilizará o estudo de Georges Vigarello (1998), que propõe uma leitura do assunto em sua *História do Estupro*. A obra acompanha as manifestações e mudanças ocorridas na sociedade francesa para tratar desta questão tabu, partindo do século XVI até o XX. Com a sua historicização, o autor acaba por construir um panorama que nos auxilia em uma reflexão acerca das mudanças e caminhos percorridos pela mulher na luta por direitos. Este irá servir de base para se tratar

das manifestações de resistência mais contemporâneas, tais como os Coletivos que são estudados nesta tese.

Acompanhando as trilhas do historiador, este inicia sua análise ainda nos 1500, afirmando que os crimes de violência sexual contra a mulher não despertavam interesse na sociedade da época. Neste contexto, a vítima era ignorada na averiguação das lesões sofridas, já que, naquele tempo a violência era natural e daí, portanto, havia uma tolerância quanto à prática dessa agressão. Sendo assim, as consequências (assim como os ferimentos e lesões) eram banalizadas, abrindo caminho para a impunidade, pois havia uma hierarquização entre os sujeitos que influenciava diretamente na pena, segundo Vigarello. (1998, p. 23). Este quadro só seria alterado quando a violência fosse excessivamente grave, interrompendo a paz social e acarretando em uma mobilização da sociedade em favor da vítima.

No século seguinte, os crimes violentos passaram a ser hierarquizados, como aponta Vigarello (1998). O estupro, porém, ainda era relativizado, já que havia uma preocupação menor com relação à insegurança física frente à insegurança dos bens que, quando atentados, se constituiriam em um crime mais grave do que a violação de mulheres, por exemplo. Estas, desamparadas, evitavam denunciar os seus agressores, pois o crime era considerado uma blasfêmia e a vítima poderia ser condenada e os seus gestos “reprovados, mesmo contra sua vontade”. (VIGARELLO, 1998, p. 30). Na época, a coletividade tendia a ignorar o ato da violência por diversas razões, inclusive pelo risco de vingança, já que as vítimas eram estigmatizadas fisicamente e depreciadas como um fruto corrompido. (VIGARELLO, 1998, p. 35). Daí a violência sofrida ser ocultada, pois a vítima era vista como promíscua à luz da suspeita inicial do imaginário da sociedade. Assim, segundo Vigarello (1998), a mulher era convencida de que era incapaz e a falta da denúncia se baseava na imputação social depreciativa durante anos. A discriminação a levava a ter um dos primeiros estigmas: o da inferioridade. A violência sofrida continuava ocultada, mesmo que por vezes negociada.

Ao final do século XVIII a violência passa a ser menos tolerada do que anteriormente e há um reexame jurídico acerca das brutalidades infringidas, se dissociando o ato da violência do ato de consciência, ou seja, do que é considerado falta moral. Entretanto, a mudança é quase invisível, pois é confrontada com “novas referências e com novos objetos”. (VIGARELLO, 1998, p. 71). Já no século seguinte o debate em torno da violência sexual permanece sem alterações, exceto pela vontade de se obter maior visibilidade ao crime. As agressões passam a ser menos toleradas, apesar de um julgamento desigual logo de saída e de uma estabilidade relativa dos costumes que favorecia os homens. (VIGARELLO, 1998, p.247).

É somente no século XX que a violência sexual passará a ser problematizada de fato, pois no entender de Vigarello (1998, p. 218, grifo meu) há “o reconhecimento da igualdade, o acesso da mulher ao *status de indivíduo de primeira classe* e a autonomia em relação ao seu destino biológico e aos laços conjugais”. Em contrapartida, existem outras significações em relação às novas violências sofridas pelas mulheres nesse período e que são integradas à violência sexual, como a agressão verbal. Estas recentes violências podem ser encontradas na universidade em rituais como o trote de calouros, nos quais são característicos os excessos, a embriaguez, dentre outras sujeições. (VIGARELLO, 1998, p.222). Em relação às mulheres, no contexto das demandas por igualdade de gênero, a queixa passou a ser mais legitimada e o processo mais equânime. A violência sexual passou a ser considerada como violência primeira, ou seja, a mulher passou a não aceitar a subordinação, passando assim a entrar no casamento ou na vida em comum em condições de igualdade. (VIGARELLO, 1998, p. 218).

Já nos primeiros anos do século XXI a violência sexual contra a mulher sofreu transformações significativas, tornando-se mais visível e, embora seja representada por todo ato exercido contra a vontade da mulher, por meio de ameaça, intimidação ou ataque, ela também engloba um conjunto de atitudes e fatos sociais. Para Vigarello (1998, p. 236), a violência sexual situa-se em uma relação de forças, sendo uma expressão máxima das diferenças entre os sexos sob a forma de desigualdades e, nesse espectro, a reação mais frequente tem sido o silêncio e a busca do esquecimento do fato traumático. Como demonstrou o autor, a violência tem raízes históricas e estruturais. A mulher violada sente-se portadora de estigmas indelévels, com o sentimento de aniquilamento, medo, vergonha, humilhação, confusão e raiva. Tornar tal violação um assunto público parece constituir às vítimas uma sobrecarga emocional e um aumento da experiência de humilhação. (VIGARELLO, 1998, p. 247).

A visibilidade social da violência só foi admitida e tratada como uma questão de Estado no fim do milênio, ou seja, em 1995, na Conferência das Nações Unidas para a Mulher, realizada em Beijing, na China. Na ocasião, afirmou-se o conceito de que “a violência contra a mulher viola os direitos humanos” e, conseqüentemente, diversos instrumentos e estratégias foram criados para denunciar e combater tais violações. Sob a perspectiva de Vieira (2007, p. 36) “a denúncia da violência a partir de *slogans* como *quem ama não mata*, conferiu visibilidade ao feminismo e impulsionou o ativismo social visando políticas públicas nesse campo”, e propiciou uma articulação e uma visibilidade quanto a um discurso de denúncia da desigualdade entre os sexos. Nas últimas três décadas, a violência surge associada aos conceitos de controle social e do papel do Estado. No Brasil, as pesquisas

não fogem a esta perspectiva e, nesse sentido, para Bandeira (2014, p. 2-12) esses estudos encobrem outras manifestações violentas marcadas pelas dissimetrias de poder, tanto no âmbito privado quanto no público.

Em pesquisa realizada sobre o significado de crime sexual para os moradores de Brasília (DF), Mireya Suárez, Ana Paula Silva, Danielli Jatobá França e Renata Weber (1999, p. 47) encontraram três construções discursivas principais no levantamento: a primeira é que a razão da violência se encontra no próprio cenário de sua prática, ou seja, “expressa a ideia de que violência sexual existe porque existe quem a pratica e quem a sofre”, e está associada a outra ideia, de que a existência de corpos é condição suficiente para que a violência sexual ocorra. A segunda construção encontrada na pesquisa foi a de que a violência sexual existia por causa da situação social do país, da ignorância, da desinformação, da pobreza e do desemprego da população. (SUÁREZ; SILVA; FRANÇA; WEBER, 1999, p. 47). Quanto a última discursividade, as autoras encontraram uma parcela significativa daqueles que não sabiam o porquê ocorriam esses crimes, mas acreditavam que “o não saber por que existe” podia exprimir um movimento de distanciamento extremo por parte do sujeito falante. (SUÁREZ; SILVA; FRANÇA; WEBER, 1999, p. 48).

Em outra pesquisa semelhante, Suárez (1999, p. 59) percebeu que as violências praticadas contra as mulheres raramente eram nomeadas e que a criminalidade em Brasília (DF) era sempre descrita com base nos crimes contra a pessoa, contra a propriedade e contra os costumes. Ainda, o estudo apontou que alguns crimes não eram mencionados, como, por exemplo, o estupro, uma vez que esse crime era praticado por homens contra mulheres nos domínios privados da sociedade e da pessoa. (SUÁREZ, 1999, p.68). Nesses casos, quando havia denúncias essas eram tratadas como impertinentes, principalmente porque esse tipo de assunto escapava da competência do Estado, já que ocorria na esfera íntima e privada do sujeito. No estudo de Suárez (1999, p. 104) revelou-se que o Estado transferia a responsabilidade do crime para os cidadãos, em particular para as mulheres, e que havia uma impunidade por falta da definição deste, uma vez que o crime era:

Definido apenas como fisicalidade – como ato praticado por e dano causado em qualquer um -, várias das agressões praticadas por homens contra mulheres não são nomeadas e, desse modo, não fazem parte da criminalidade reconhecida pela simples razão de que não têm nome e que, portanto, não existem. (SUÁREZ, 1999, p. 104).

Nesse cenário, cresce a importância da denúncia, pois esta, ao mesmo tempo, que traz maior visibilidade aos casos de violência contra as mulheres, também contribui para a denominação dos crimes na lei. Entretanto, é importante refletir sobre quais caminhos o

Estado tomará na sua prevenção e criminalização. E, neste processo, qual é o papel dos Coletivos Feministas? Tânia Montoro (1999) trouxe uma contribuição acerca da veiculação de notícias sobre os crimes no meio jornalístico. O trabalho apresentou sete categorias de notícias de violência para análise: 1) violência geral; 2) violência urbana; 3) violência e mulheres; 4) violência e minorias; 5) violência e cultura; 6) violência e política; 7) violência no campo. (MONTORO, 1999, p. 108-109). Com o intento de realizar uma leitura do discurso jornalístico, a autora apresentou três colocações: a primeira, de que as notícias sobre violência apareciam em diversos contextos temáticos e em lugares destinados a esse tipo de notícias; a segunda, de que “as notícias de violência são produzidas por meio de um discurso fragmentado, disperso, desvinculado do contexto social e das vozes dos envolvidos no acontecimento”; a terceira colocação é que “em virtude do privilégio concedido às versões *oficiais*, a violência é necessariamente construída na linguagem da transgressão e da marginalidade”. (MONTORO, 1999, p. 110-111, grifo meu). Nessa ótica, Montoro (1999, p. 120) concluiu que as notícias de violência espelhavam uma dramaturgia do espetáculo, selecionando, excluindo e acentuando diferentes aspectos de um acontecimento, e, por consequência, a notícia construía a realidade.

Aprimorar as dinâmicas das denúncias e queixas pode representar para as mulheres uma estratégia para o enfrentamento da discriminação e do estigma da violência sexual na atualidade. O aumento da veiculação de notícias na mídia sobre violências ocorridas contra as mulheres no espaço acadêmico possibilita uma maior visibilidade a um crime que, antes, era invisibilizado na sociedade. Nesse caminho, os movimentos sociais também alcançam maior reconhecimento na luta por igualdade, e suas pautas e reivindicações servem, portanto, para observar essas dinâmicas, por meio da atuação dos Coletivos Feministas no espaço da universidade, bem como nesses meios de comunicação. Adriana Carvalho Lopes (1999, p. 143) acrescenta às colocações de Montoro (1999) que a percepção da veiculação de notícias de violências praticadas contra as mulheres era moldada conforme os comportamentos desiguais, legitimados e naturalizados pela sociedade. Por essa razão, raramente o relato noticioso leva em conta acontecimentos como: a natureza das relações sociais, a condição de gênero e a distribuição de poderes e prestígio.

Além desses olhares da construção da violência, dos atores envolvidos e dos discursos de diferentes pessoas e da mídia impressa, foi realizada pesquisa sobre a compreensão das narrativas da violência por Bandeira e Almeida (1999), também no contexto de Brasília (DF). O estudo apontou que o discurso evocado sobre a violência era outro quando ocorria um estupro incestuoso, pois o drama atingia os familiares em conjunto. Nenhum membro das

famílias e comprometia com a violência presente, mas entendia que deveriam ser praticadas ações no intuito de se reprimir essas violências, a fim de coibir a reconstrução de outra ordem simbólica e sacrificial. (BANDEIRA; ALMEIDA, 1999, p. 171). Segundo Machado (1999, p. 313), nesse imaginário do estupro há outros discursos, tais como o da sedução, da provocação e da prostituição, todos considerando a mulher como objeto sexual. Além disso, o estupro foi preponderantemente tratado como uma transgressão de um código de moralidade interpessoal baseado na honra, ignorando a vítima nesse contexto.

Decorridos quase vinte anos desde o estudo acima, a questão da violência contra as mulheres, apesar dos avanços, ainda é considerada um “fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física”. (BANDEIRA, 2014, p. 460). Essas manifestações de violência ainda persistem, pois estabelecem uma relação de submissão da mulher ao poder e/ou dominação masculina. No entender de Rita Laura Segato (2014, p. 342), apesar das conquistas de leis e políticas públicas de proteção a violência contra às mulheres, a vulnerabilidade ainda existe, bem como a violência. Portanto, o tema não se esgota, bem como as construções das formas e modalidades desta na atualidade, inclusive porque as ações violentas são produzidas em contextos e espaços sociais relacionais, ou seja, nas mais variadas maneiras e locais. Há uma hibridação no campo cultural dos diversos tipos de violência contra a mulher, o que, no entender de Tânia Mara Campos Almeida (2014, p. 333) “é expressão de uma resposta emocional reativa, instrumentalizada, dos homens para manter ou recuperar as fronteiras de gênero socialmente estabelecidas”.

No ano de 2015, o Instituto Avon do Brasil encomendou ao Data Popular pesquisa sobre violência sofrida por mulheres em universidades, e em 03 de dezembro daquele ano foi divulgado o levantamento feito com 1.823 universitários de cinco regiões do país, sendo que 60% dos ouvidos eram mulheres, e 67% já haviam sofrido algum tipo de violência (sexual, psicológica, moral ou física) no ambiente universitário. E, entre os homens, 38% dos estudantes admitiram já ter praticado pessoalmente algum tipo de violência contra mulheres em espaços acadêmicos. (COSTA, 2105). Para 27% dos homens, não é violência abusar sexualmente de uma garota alcoolizada/ para 35% deles, não há violência no ato de coagir uma mulher a participar de atividades degradantes, por exemplo, nos trotes e em *rankings* sexuais; e 31% deles não veem problema em repassar fotos ou vídeos das colegas sem autorização delas. De modo geral, essas ações não são vistas como violentas e não deveriam ganhar a exposição que tem sido feita pelas alunas e os coletivos feministas.

Na Capital brasileira não é diferente. Segundo levantamento feito pela Subsecretaria de Gestão da Informação, vinculada à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz

Social, do Governo do Distrito Federal, no período de 01/01/2011 a 31/10/2015, conforme tabela abaixo, as estatísticas de violência contra mulher nos campi universitários aumentaram do ano de 2011 para o ano de 2015. De 02 (dois) casos de tentativa de estupro e estupro para o ano de 2011, os registros para o ano de 2015 apresentam um total de 22 casos, sendo 11 destes casos cometidos na Universidade Federal de Brasília, e 7 casos cometidos nas proximidades daquela instituição, números estes de casos registrados nas delegacias de Brasília, foram levantados pela Polícia Civil dos Distrito Federal – Departamento de Gestão da Informação – Divisão de Apoio Técnico e Estratégia – Seção de Estatística Criminal (PCDF/CORIE/DATE/SEC), conforme Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Registro de estupro nas modalidades (tentadas e consumadas)

Violência sexual contra mulheres no campus universitário						
Distrito federal: 01 de jan de 2011 a 31 de out de 2015						
NATUREZAS	2011	2012	2013	2014	2015	Total
TENTATIVA DE ESTUPRO	1	2	-	-	-	3
ESTUPRO	1	9	2	2	5	19
Total	2	11	2	2	5	22

FONTE: PCDF/CORIE/DATE/SEC (78122-3)

Ao se considerar o espaço acadêmico e as violências sofridas pelas mulheres nesse ambiente, deve-se ressaltar o papel dos Coletivos Feministas, que passaram a se mobilizar e a sensibilizar a sociedade pela criação de políticas de enfrentamento e de penalização dos agressores. Logo, para este estudo interessa identificar as formas de enfrentamento do fenômeno da violência contra as mulheres na universidade por meio dos Coletivos.

Sendo assim, esta revisão da literatura intentou auxiliar na compreensão de como os referidos Coletivos identificam a violências e os valores de gênero, bem como as violências sofridas por elas; também auxilia na percepção das formas de denúncia, motivações e discursos dos atores implicados, e os contornos que circundam a queixa, o registro e o acompanhamento dos casos de violência sexual no espaço acadêmico.

Sobre a questão da política de combate à violência contra a mulher esta é uma das modalidades de ações afirmativas pautada nas discussões da comunidade internacional relacionada aos direitos humanos, tendo como base normativa para assimilação da universalidade dos direitos humanos a Declaração de Viena, de 1993. No plano jurídico

nacional, a Constituição Federal de 1988 significou um marco no tocante aos direitos humanos e da mulher e ao reconhecimento de sua cidadania plena. Contudo, há que se considerar uma longa trajetória até a implementação de políticas mais recentes. Neste item, farei algumas colocações sobre o debate na área do Direito no país.

No início do século XX, os tipos penais⁴ dos principais crimes sexuais previstos no Código Penal brasileiro de 1890 eram o de defloração e de estupro. Vieira (2007, p. 19-20) chama a atenção quanto à ausência de narrativas sobre as violências sofridas pelas vítimas, pois eram enfatizados nos processos que chegavam à justiça o “consentimento para a relação e o debate concentrava-se na virgindade e, principalmente, na honestidade das mulheres”. Vieira (2007) afirma que é possível fazer uma análise das legalidades constitucionais no âmbito dos direitos das mulheres no Brasil. Para a autora, a percepção da violência sexual como uma violação aos direitos individuais das mulheres é recente, já que “o foco dos crimes sexuais estava no casamento e na família e não na garantia dos direitos das mulheres, suas violações e nuances”. (VIEIRA, 2007, p. 25).

Já no Código Penal brasileiro de 1940, o legislador restringiu-se a tratar o crime de estupro como a violência do homem praticada contra a mulher, com exigência da conjunção carnal. Outras formas de contato sexual foram enquadradas no crime de atentado violento ao pudor, tais como o sexo anal ou oral. No entender de Any Ávila Assunção (2009, p. 135) “para que o tipo penal seja configurado em sua completude são imprescindíveis o constrangimento, a violência ou grave ameaça”. Quanto à conduta das mulheres nos processos de estupro, Saffioti (2004, p. 304) entende tratar-se da “instauração de um discurso designativo de reconhecimento” do ato do estupro. E, como tal, dar a nomeação de um indivíduo como estuprador serve para que qualquer sentido de impureza moral se instale. Para Vieira (2007, p. 36), o que permitiu articular e dar visibilidade à denúncia da violência contra as mulheres foi o “discurso da denúncia da desigualdade entre os sexos.”

No Brasil, o problema da violência doméstica veio a ser debatido somente nas décadas de 1970 e 1980, por meio do movimento feminista, que colaborou para que algumas iniciativas importantes fossem tomadas para enfrentar o problema. Algumas destas medidas foram vistas anteriormente nessa tese, tais como a implantação de Delegacias de Mulheres,

⁴ Tipo Penal é o modelo legal do comportamento proibido, compreendendo o conjunto das características objetivas e subjetivas do fato punível. “Elemento objetivo do tipo” é o que descreve uma determinada realidade concreta, sendo, pois, de âmbito material, e refere-se à materialidade do delito, concernente ao tempo, lugar, formas de execução. O elemento objetivo do crime de estupro consiste em constranger a mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça, e o de atentado ao pudor consiste em constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal. (SILVA, 2009).

criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e suas instâncias a nível estadual e municipal, além de Organizações Não-Governamentais comprometidas com a questão. Rapidamente a luta contra a impunidade do agressor nos casos de violência contra as mulheres tomou uma forma emblemática, representada na Delegacia de Proteção da Mulher, sob a responsabilidade da Polícia Civil de cada Estado e com competências judiciárias. Posteriormente, houve a criação da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Estes promovem um procedimento orientado pela “oralidade, simplicidade, caráter informal, economia processual, procurando, cada vez que, a conciliação ou a transação”, conforme o texto da lei. Essa regulamentação introduziu uma alteração no tratamento do judiciário à violência de gênero que passou a ser mais visível nas práticas dos juizados especiais criminais. Para Bandeira (1999):

A legislação sobre o estupro implica uma ética das relações sexuais que deveriam basear-se no acordo e no consentimento mútuo da prática sexual. Porém, a lei não assegura a uma das partes que, ao existir recusa, não haja ameaça ou violência. Quando isso acontece, deixa de valer a lei jurídica e o que passa a regular o ato sexual, são elementos e simbolizações da cultura. O homem, em geral, não aceita a recusa da mulher, pois a recusa tanto pode significar uma rejeição sexual como uma forma de insubmissão ou de desobediência a sua pessoa-autoridade. Mais do que isso, a recusa pode representar a sua prática de liberdade e de escolha da parceira/companheira, ou pode expressar a reivindicação da mulher pela vontade de ter prazer sexual com mais igualdade ou até mesmo, com outro parceiro. O sistema jurídico é explícito em relação a recusa de uma das partes e, ao omitir-se nesse ponto, pode inverter os papéis, fazendo com que seja a agredida que termine por responder a um processo pela prática de estupro, e não o agressor. Nada assegura o direito da mulher ou do homem de se negar ao ato. (BANDEIRA, 1999, p. 440).

Os significados do crime de estupro podiam variar, bem como a forma de julgá-lo, o que dificulta perceber quais eram os limites em relação às práticas de violência sexual. (BANDEIRA, 1999). Uma vez que a Lei nº 9.099/95 não contemplava os crimes sexuais de estupro e atentado violento ao pudor, por terem pena superior a dois anos de reclusão, esses casos eram contemplados no Código Penal e considerados de natureza privada, ou seja, dependia da vontade da vítima em dar início ao processo jurídico. Os Juizados Especiais Criminais (JECrim), criados pela referida lei, tinham competência para julgar os crimes classificados como de menor potencial ofensivo, dentre os quais foram enquadrados os de violência contra a mulher. Ainda que houvesse a regulamentação jurídica das situações de agressão contra as mulheres, esta medida não abarcava uma análise dos conflitos em sua dimensão sociológica e cultural diante da lei, colocando-os como crimes de menor importância.

Nesse panorama foi editada no Brasil a Lei nº 11.340/2006, denominada Lei da Maria da Penha, que tem por objetivo erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso, ela visa resguardar e amparar a mulher contra todo tipo de violência, seja de natureza física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Inclusive, a lei prevê aumento de pena, prisão em flagrante e preventiva para o agente ofensor, incluindo a determinação de medidas protetivas em benefício da mulher. Tal determinação tem cunho social, devendo ser interpretada para o fim a que ela se destina, e, especialmente, às condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A lei também tem como objetivo proteger àquela que está em situação culturalmente estigmatizada e, no entender de Bandeira (2014, p. 9), “uma das consequências positivas da implementação da Lei Maria da Penha têm sido a visibilidade que assume a violência praticada contra a mulher na medida em que as denúncias têm se avolumado”. Após a sua promulgação, a vítima de violência doméstica e familiar reveste-se de relevante valor probatório, capaz, inclusive, de justificar sentença condenatória, mesmo que haja demonstração da ofendida no sentido de não depor contra seu companheiro, esta é insuficiente para justificar a sua dispensa/ausência na solenidade judicial. Portanto, o peso da responsabilidade de decidir sobre a punição ou não do agressor não é mais repassado às vítimas, cabendo, ao Ministério Público a titularidade para a ação penal pública.

Passados mais de dez anos da Lei Maria da Penha, várias críticas são feitas nesse contexto, porque a erradicação da violência doméstica e familiar não ocorreu de todo, como pode-se acompanhar nos noticiários e nas mídias. Razão pela qual, para Rejane Zenir Jungbuth (2016) “não basta apenas criminalizar as condutas; são necessárias ações que enfoquem tanto as mulheres agredidas, quanto os agressores, visto que somente assim o Poder Judiciário poderá oferecer soluções adequadas ao fenômeno da violência em toda a sua complexidade”. (JUNGBUTH, 2016, p. 16-17).

Quanto a questão de assédio moral, a legislação penal ainda não contempla tal crime, mencionando somente o assédio sexual no artigo 216-A, Código Penal, Lei nº 10.224/2001. Este crime, ainda que especificado em lei, não se confunde com o de cunho moral. Para Vicente de Paula Rodrigues Maggio (2013):

No assédio sexual o constrangimento é dirigido à obtenção de vantagem ou favorecimento sexual. No assédio moral a conduta consiste em humilhar, constranger moralmente a vítima, colocá-la em situação vexatória, etc. O assédio moral não está tipificado no Direito Penal, mas esses casos são solucionados pelo Direito Civil, Direito do Trabalho, Direito Administrativo, podendo ser tratado pelo Direito Penal como constrangimento ilegal ou ameaça (Código Penal, artigos 146 e 147), conforme o caso. (MAGGIO, 2013, *online*).

Contudo, os movimentos feministas no Brasil lograram êxito em suas reivindicações com relação ao combate à violência contra a mulher, pois em decorrência de levantamento pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO, em novembro de 2015, para apurar índices de violência contra a mulher, que visava à atualização da situação de violência de gênero no Brasil, e quando de sua divulgação constatou-se um aumento de 252% de vítimas de homicídio num período entre 1980 a 2013 (WASELFIXZ, 2015), tanto que após diversas lutas conseguiram propor alterações nas leis e, em 2015, o Código Penal Brasileiro foi modificado por meio da Lei nº 13.104, que incluiu uma nova modalidade de homicídio qualificado: o feminicídio. Este é definido como um crime de homicídio contra a mulher por “razões do sexo feminino”, que devem envolver: a) violência doméstica e familiar e/ou b) menosprezo ou discriminação à condição de mulher. O feminicídio tem como agravantes que podem aumentar o tempo da pena em 1/3 se: for cometido a) durante a gravidez ou nos três meses posteriores ao parto; b) contra a pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência; c) na presença de ascendente ou descendente da vítima.

O tratamento dado ao feminicídio como um crime hediondo foi um avanço e, recentemente, no dia 24 de setembro de 2018, novamente o Código Penal foi alterado, por meio da Lei nº 13.718/2018, para definir no artigo 215-A o tipo penal da importunação sexual, resultando no acréscimo do seguinte texto: “Praticar contra alguém e sem a sua anuência, ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro: Pena - reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos se o ato não constitui crime mais grave”.

Ainda assim, havia uma dificuldade no enquadramento de determinadas condutas contra as mulheres, como nos casos de assédio em espaços públicos e nos meios de transportes. Logo, a nova legislação também acrescentou ao artigo 217-A (estupro de vulnerável) o parágrafo 5º: “As penas previstas no *caput* e nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime”. A legislação também trata como tipo penal a divulgação de cena de estupro, cena de sexo ou de pornografia ou de estupro de vulnerável no artigo 218-C:

Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática - , fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia: Pena - Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave. (BRASIL, 2018, Art. 218-C).

Na era digital as pessoas estão conectadas e se comunicam e compartilham mensagens de textos, fotos e vídeos, sendo esses terrenos férteis para a prática de atos de violência e discriminação. Nesse contexto, a violência de gênero praticada no ambiente virtual tem um alcance ainda maior do que anteriormente, quando não se dispunha desses artefatos tecnológicos. Dessa maneira, Silvia Chakian de Toledo Santos (2018) entende que a alteração da lei buscou “adequar o ordenamento à evolução da tecnologia, suprindo a dificuldade de enquadramento dos comportamentos em tipos penais de pena compatível com a gravidade de suas consequências, devastadoras, na maioria dos casos”. Também houve modificações quanto a natureza da ação penal nos casos de estupro previstos no artigo 213 do Código Penal, que até então se processavam mediante autorização da vítima (representação) e que agora passam a se processar mediante ação penal pública incondicionada.

Neste item realizei uma breve contextualização da dimensão legal em torno de violência contra as mulheres, com o objetivo de analisar, nos capítulos subsequentes, o modo de apropriação das leis e dos direitos pelos Coletivos Feministas.

3 COLETIVO FEMINISTA PAGU

No capítulo que segue apresentarei a etnografia realizada no Coletivo Feminista Pagu, da Universidade Federal de Goiás (UFG), com o objetivo de introduzir e discutir a criação, o desenvolvimento, as dinâmicas e as dificuldades enfrentadas na atuação do grupo e de suas integrantes. Enfatizarei o princípio e o desenvolvimento para, em seguida, abordar as suas pautas, atuação e organização, encerrando com os principais embates ocorridos durante o período.

A etnografia possui um recorte temporal e espacial próprio, sendo desenvolvida entre setembro de 2017 a julho de 2018, ocorrendo tanto em ambientes *off-line* quanto em ambientes digitais, já que, além dos encontros e reuniões presenciais com algumas das integrantes, também fez parte do campo postagens e comentários do e sobre o Coletivo na rede social *Facebook*, além das manifestações no aplicativo de mensagens instantâneas privadas *WhatsApp*. A importância do registro eletrônico no diário de campo foi significativa para essa etnografia por conta da ampliação do escopo de debate e repercussão das ações das mulheres, bem como pela possibilidade de registro de outras subjetividades que não são expostas publicamente em geral, como no caso da troca de mensagens privadas no grupo de estudos confidenciando problemas pessoais, como veremos adiante.

É significativo apontar a proeminência do espaço concreto da universidade e, mais especificamente, da Faculdade de Direito (FD) na constituição do Coletivo (assim como para a realização da etnografia), sendo o local palco de discussões valiosas sobre questões consideradas fundamentais nos debates feministas e que vieram a pautar algumas das demandas do grupo, como a questão das mulheres na sociedade atual, o problema do aborto, a violência contra a mulher, entre outras. Essas tensões ficarão mais explícitas no item em que abordo o processo sofrido pelas integrantes por conta da afixação de cartazes com dizeres ofensivos.

Nas observações de campo e nas interações relatadas adiante, é possível perceber com clareza o quão grandes são os obstáculos enfrentados pelas mulheres que buscam questionar e discutir os mecanismos de exclusão e violência de gênero dentro das universidades. De uma maneira particular, este capítulo apresentará parte das dificuldades e complexidades das desigualdades de gênero existentes na sociedade. Sendo assim, dedicar um olhar detalhado para essas mulheres também pode ser uma forma de resistência e luta contra essas desigualdades.

3.1 SOBRE O INGRESSO NO CAMPO

A entrada no campo de pesquisa ocorreu de maneira curiosa: enquanto aguardava a aprovação do meu projeto de qualificação, resolvi passar um final de semana em minha residência em um condomínio no município de Pirenópolis (GO), local próximo à região da universidade de Goiânia, onde atuavam as mulheres do Coletivo Feminista Pagu. Eu repousava e lia quando conheci uma moça que, aparentemente, realizava o mesmo. Ela se apresentou e logo começamos a conversar sobre o que fazíamos. Comentei sobre a minha intenção de realizar uma etnografia sobre o movimento feminista, o que despertou o interesse da minha interlocutora, que viria a ser uma de minhas principais informantes neste trabalho. Foi assim que, no início de outubro de 2017, conheci Luita, uma das fundadoras do grupo e estudante de Direito da UFG. Não demorou para que ela me contasse sobre como, com mais três colegas, fundaram a representação feminista na Faculdade onde estudavam, e que, pouco tempo depois, começaram a sofrer represálias do diretor da unidade que deu entrada em um processo administrativo contra as estudantes, em episódio que será tratado em um item a parte deste capítulo etnográfico, mais adiante no texto. Nesse primeiro contato, comuniquei à Luita o meu receio quanto ao que ela achava sobre a minha pesquisa e se as demais componentes do Coletivo seriam receptivas comigo. De pronto ela se mostrou favorável ao meu estudo, respondendo positivamente a ele, pois, segundo ela, quanto mais pessoas estudando e tratando sobre as questões de violência contra as mulheres dentro do espaço acadêmico, melhor. Sendo assim, nos despedimos com a combinação de que agendaríamos uma nova data para a apresentação e autorização de início da pesquisa. (10/09/2017, Diário de Campo, doravante DC).

Passado mais de um mês desse primeiro encontro, tornei a ver Luita, no mesmo cenário de antes. Contei a ela sobre a aprovação do meu projeto na qualificação e como eu estava ansiosa por começar o campo, mesmo tendo de realizar mais leituras antes de iniciar a etnografia. Contudo, havia o meu receio de perder o contato com a minha primeira e principal interlocutora, pois, conforme Luita me relatou, ela estava para concluir a graduação e, após, poderia mudar de cidade. Sem demora, pedi a ela que me colocasse em contato com as outras mulheres e que marcássemos uma reunião para que eu pudesse conhecê-las e pedir a autorização para iniciar o estudo.

Em pouco menos de uma semana, Luita colocou-me em contato com Ludimila, outra componente do Pagu. No mesmo dia, escrevi uma mensagem à minha nova interlocutora no aplicativo *WhatsApp* e recebi como resposta um pedido de esclarecimento sobre quais

expectativas eu tinha com um encontro presencial. Conteí que gostaria de me apresentar, introduzir o estudo que pretendia realizar com as mulheres que se reuniam na universidade e pedir autorização para iniciar a respectiva etnografia. Ludimila respondeu que a reunião poderia ser marcada para o dia 10 de novembro de 2017, às 19h30, na Faculdade de Direito da UFG, ao que acenei com a minha imediata confirmação.

Viajei com alguns dias de antecedência para Goiânia apreensiva pela primeira conversa com o grupo e comentei o fato à Luita, que se prontificou a me ajudar e prometeu também comparecer à reunião me auxiliando no contato com as demais integrantes. Grande parte do meu receio se devia ao fato de que eu havia escutado, por meio da estagiária de uma amiga próxima, sobre uma possível preocupação das meninas do Coletivo em receber pessoas desconhecidas, já que um homem havia pedido para falar com elas e, após, haveria dito uma série de inverdades das componentes. Contudo, encorajada pelo apoio de minha primeira interlocutora, resolvi deixar de lado a minha insegurança. Na data da reunião, recebo uma mensagem de Ludimila informando que não poderia estar presente no nosso encontro, mas que uma colega chamada Giulia me receberia.

Estando lá, tive dificuldades em contatar as minhas interlocutoras, já que, como haviam avisado, não tínhamos um local exato para nos reunirmos. Fiquei nervosa e tentei perguntar a outras mulheres no campus se conheciam o Pagu ou algum local de reunião; porém, não tive sucesso nesta localização. Até que avistei uma amiga de Luita, chamada Larice. Juntas, fomos até o prédio de aulas e, passado um tempo, vi a minha primeira interlocutora saindo de uma das salas. Pouco tempo depois encontramos Giulia, que também é uma das primeiras componentes do Coletivo; fomos apresentadas, e saímos à procura de uma sala na qual pudéssemos conversar. Entretanto, na ausência de uma sala disponível, tivemos de nos reunir em uma lanchonete próxima que era bastante tranquila. Inicialmente, estranhei a ausência das outras meninas ali comigo, pois, além de Giulia, somente Luita estava presente. A minha nova interlocutora disse que não poderia despender muito tempo naquele momento. Então, basicamente, contei de forma sucinta a minha trajetória acadêmica e como havia chegado ao tema, e sobre o meu interesse em ser aceita pelo Coletivo Pagu para estudar a sua respectiva atuação, pautas e dificuldades. Em um tom receptivo, Giulia informou que haveria mais duas reuniões marcadas ainda naquele ano, sendo a mais próxima nesse mesmo mês de novembro, e que certamente eu seria muito bem recebida por todas.

Passados dez dias, compareci à primeira reunião do Pagu. Cabe notar que como a organização dos encontros não é regular, os registros são realizados, em grande parte, na página do grupo no *Facebook*, assim como algumas decisões são tomadas via *WhatsApp*.

Sendo assim, concomitante com a minha participação nos encontros a partir da data mencionada, também busquei conhecer mais sobre a atuação do grupo feminista olhando para as postagens nas redes sociais, na aceção proposta pelo método de estudo de caso (YIN, 2010) como forma de me integrar mais rapidamente com aquele contexto e os seus atores.

Com o avanço progressivo dos encontros e contatos nas redes sociais, fui sendo aceita pelas mulheres, contando com uma participação mais efetiva nos debates e não mais apenas redigindo anotações no meu caderno de campo como uma observadora. Dessa maneira, fui familiarizando-me com a linguagem utilizada e os debates ali travados, já que, em alguns momentos, eu era interpelada a dar a minha opinião diante de todas sobre alguns dos temas debatidos. A participação nessas reuniões foi bastante oportuna e proporcionou uma aproximação produtiva junto ao Coletivo, possibilitando-me entender como os diálogos eram travados no grupo de estudos no aplicativo *WhatsApp*, o qual solicitei a minha inclusão para fins de pesquisa, sendo prontamente atendida, assim como autorizado o seu uso, mantendo a privacidade e não identificação das minhas interlocutoras.

Passo, no próximo item, a apresentar e debater o contexto e as motivações para que se constituísse o Coletivo, baseando-me nos relatos das integrantes registrados durante o campo e que serão apresentados a seguir.

3.2 SOBRE O SURGIMENTO DO COLETIVO FEMINISTA PAGU

A universidade brasileira é um espaço para a produção do conhecimento científico que, no entender de Boaventura de Sousa Santos (2002), se apropriou da capacidade de legitimar e deslegitimar inúmeras práticas e vivências sociais. Como o ambiente é dominado por pequenos grupos majoritários, são construídas relações de poder e hierarquia que excluem as vozes que não são consideradas legítimas, sendo, portanto, silenciadas. Esse era o sentimento experienciado por três universitárias da Faculdade de Direito da UFG no ano de 2013, e que, após um encontro promovido pela universidade na cidade de Pirenópolis, perceberam que tinham um problema em comum: eram mulheres inseridas em um curso que pode ser considerado historicamente “machista” e “tradicionalista” no qual havia um nítido predomínio de homens entre os seus professores, alunos e direção.

Diante desse cenário altamente desfavorável quanto às políticas de gênero é que o Coletivo Feminista Pagu foi fundado. Almejando criar um espaço de debates e reivindicações no meio acadêmico em que transitavam as mulheres outrora excluídas, passaram a integrar o grupo e formaram um núcleo significativo de apoio, discussão e expressão das teorias

feministas no âmbito institucional de ensino, com vistas a mobilizar a comunidade acadêmica e, até mesmo, a sociedade civil organizada, como veremos adiante. A escolha do nome é uma homenagem à escritora, jornalista e militante política Patrícia Rehder Galvão (1910-1962), considerada um símbolo de resistência feminista nos 1920. Foi uma das primeiras mulheres a lutar no Brasil contra as desigualdades de gênero, e, mesmo após mais de trinta e duas detenções, não desistiu dos seus ideais, tornando-se uma referência para as mulheres na história do feminismo.

Imbuídas no espírito de insurgência quanto à universidade ser um ambiente que acaba por perpetuar a cultura do estupro, a objetivação e a culpabilização da vítima, a vulnerabilidade das mulheres em relação aos agressores, que muitas vezes até mesmo impossibilita a permanência no campus, bem como para entender melhor os conceitos e teorias feministas, é que as fundadoras do Pagu decidiram organizar-se e trilhar uma jornada em busca de igualdade nomeio universitário. É relevante o papel de protagonismo destas estudantes que, como veremos adiante, ergueram por meio de um enorme esforço uma rede de amparo e luta sem qualquer tipo de participação ou apoio externo da universidade. Como expressou a fala de Mônica: “completamente sem apoio, só nós, por nós mesmas”. (DC, 28/06/2018).

Naquela oportunidade, as integrantes perceberam que não estavam sós e que poderiam unir forças com outras estudantes, a fim de problematizarem questões e dilemas fundamentais produzidos e reproduzidos na universidade e pela comunidade acadêmica. São inúmeros os relatos do sofrimento diário que as discentes disseram se submeter, havendo diversas citações de exposições “machistas” durante as aulas, tanto por parte dos docentes quanto dos colegas homens que desconsideravam a presença das alunas e negavam constantemente o seu espaço de fala. Assediadas e inferiorizadas, as mulheres sofrem um preconceito que se naturaliza no espaço acadêmico, ainda que ele seja ocupado também por mulheres discentes. Sobre essa questão, Mônica se manifestou:

Para as mulheres o mundo é hostil, o mundo inteiro. A Faculdade de Direito, que é um ambiente mais conservador, reitera a inferiorização do papel da mulher, com discursos misóginos muito fortes presentes nas falas dos professores. Em algumas matérias, como direito da família ou direito das sucessões, por exemplo, é muito difícil não haver comentários depreciativos às mulheres. Vários professores já assediaram meninas aqui na Faculdade, assim como colegas de sala também o fizeram, pois existem muitos relatos de trotes abusivos na universidade. (DC, 28/06/2018).

Praticado em maioria pelos colegas homens, os chamados trotes (tradicional recepção dos calouros em universidades) são repletos de narrativas que denunciam a exposição

vexatória e humilhante dos seus participantes. Nestas práticas, há uma série de abusos às calouras, até mesmo sexuais, sem que elas possam recorrer a qualquer instância de proteção dentro da universidade, tendo que, inclusive, permanecer frequentando o mesmo espaço que o “colega” abusador protegido pela institucionalização das práticas de assédio dedicadas à recepção das novas estudantes. Nessa questão, é nítida a subalternização sofrida pelas mulheres, como aponta Marco Aurélio Máximo Prado e Frederico Viana Machado (2008) ao discutirem sobre as formas institucionais de inferiorização, as quais se utilizam da deslegitimação dos grupos considerados subalternos, de forma a solapá-los dos processos de participação social.

Com este horizonte é que o sonho de entrar em uma universidade torna-se um suplício, pois, indefesas e sem terem a quem recorrer, contar ou desabafar, as mulheres são tomadas pelo desapontamento. Esse sentimento é que pode levá-las a desistir de concluir o curso e serem profissionais reconhecidas em suas respectivas áreas de atuação, por não aceitarem se submeter à degradação existente no meio acadêmico da parte destes homens. Essa forma de subalternização, na universidade, cria hierarquias e desigualdades de gênero e sexualidade, que legitimam a superioridade da experiência masculina e heterossexual, no entender de Robson Nascimento da Cruz (2010). Nessa esteira, posso situar a fala de Mônica:

Sentíamos a falta de uma rede de acolhimento e apoio, com a qual nós pudéssemos aprender mais, pois todo mundo já havia escutado sobre o feminismo, algumas meninas inclusive já tinham mais leituras, outras menos. Algumas eram militantes, principalmente de movimentos de esquerda, assim como outras compunham o NAJUP, que é o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular da Faculdade, e que presta assessoria jurídica. (DC, 28/06/2018).

Surgiu então a ideia da criação de um coletivo feminista com o cunho de solidariedade à luta das mulheres e contra a falta de segurança e omissão das instâncias oficiais, como a reitoria da universidade, que ignorava o aumento de casos de violência contra a mulher dentro do espaço acadêmico. Diante do propósito de criar visibilidade às demandas feministas e do enfrentamento ao preconceito sofrido pelas discentes é que houve a necessidade de se instaurar um processo de lutas sociais para o reconhecimento. (HONNETH, 2003; REIS, 2010).

Nesse sentido, podemos situar a fala de uma componente, Franciele, em entrevista realizada. Segundo ela:

Os meninos faziam uma oposição horrorosa nas turmas às reivindicações e demandas das mulheres, sendo essa uma das principais causas para a criação do Pagu, porque as meninas da Faculdade de Direito estavam desamparadas diante das atitudes machistas de vários homens.

Logo, as alunas acharam necessário criar um coletivo para, pelo menos, haver um grupo de mulheres a quem pudéssemos pedir socorro, literalmente. (DC, 28/06/2018).

Organizadas e dotadas de um espírito crítico e de luta, as mulheres Pagu se uniram contra as opressões sofridas e passaram a atuar de forma contundente no ambiente acadêmico, constituindo-se rapidamente em um importante polo de resistência feminista com significativas repercussões, como passarei a expor no item a seguir.

3.3 AS ATIVIDADES, INTERAÇÕES E REUNIÕES DO COLETIVO PAGU

Como mencionado quando do ingresso no campo, além das interações presenciais com as integrantes do Coletivo, não se pode negligenciar a relevância da atuação do Pagu nas redes sociais, em especial, no *Facebook* e no *WhatsApp*. Sustentar, nesse estudo, uma análise que não volte o seu olhar para o mundo virtual seria suplantiar uma importante forma de mobilização social utilizada pelo Coletivo. O compartilhamento de arquivos, fotos e mensagens contendo toda sorte de conteúdo é capaz de, em segundos, atingir milhões de pessoas, visto que o acesso aos smartphones e à Internet aumenta a cada dia. (CORREIA e MOREIRA, 2014). Com efeito, as redes sociais possibilitam um espaço de interação, mobilização e recrutamento mais abrangente, tornando-se um elemento fundamental na comunicação entre os seus membros. Como colocado por uma integrante, Franciele, os grupos são determinantes, pois “se uma colega minha do Pagu pode me ajudar, ainda que, independentemente de ser uma dúvida da área feminista acadêmica ou não, ou se é uma coisa corriqueira, do dia a dia, as meninas vão te apoiar e vão te ajudar. E isso é muito bom. Eu acho muito ótimo”. (DC, 28/06/2018).

Iniciada em 2014, a primeira página do Coletivo nas redes¹ foi criada após evento na semana de recepção dos calouros da Faculdade, com o intento de criar um espaço de fala para as discentes que se sentiam ignoradas, invisíveis e silenciadas no espaço concreto da universidade. Todas as mulheres presentes no evento foram convidadas a participar e trilhar a jornada que se iniciava em busca de uma condição melhor e mais justa para as mulheres e para as estudantes daquele espaço de ensino e aprendizagem. Assim, os eventos passaram a ser difundidos por meio da página criada, tais como reuniões, deliberações e discussões de pautas, que eram lavradas em atas por parte das coordenadoras e, posteriormente, postadas no ambiente online.

¹ Disponível em: <<https://www.Facebook.com/coletivo.pagu/>>. Todas as referências a postagens do grupo na rede social mencionada são referentes a esse endereço eletrônico.

Não tardou para que os novos canais de comunicação passassem a ter um papel de destaque para as meninas, pois se tornaram um instrumento facilitador na divulgação de eventos e reuniões, assim como para expressar manifestações de repúdio, solidariedade ou apoio entre os seus membros ou pessoas de fora do Coletivo, por exemplo. Contudo, cabe observar que a maior parte das conversas realizadas na internet pelo Coletivo são voltadas para um público interno, já “convertido”, ou para o seu provável grupo demográfico, dentro da universidade. A possibilidade de arregimentação de novas componentes é maior quando se alia o debate cara a cara com a mobilização virtual. Estratégia essa que não foi ignorada pelas mulheres do Pagu, que seguiram com as suas intervenções também no espaço concreto, com a ajuda das redes, tratando de temas pontuais e imprescindíveis nos debates feministas.

Diante desse contexto, tomei como base as informações contidas nesses ambientes virtuais de interação mencionados, desde a sua criação no ano de 2014, empreendendo uma análise da atuação do Coletivo Pagu dividida por categorias que emergiram do trabalho de campo, as quais identifiquei aqui como temáticas fundamentais para os debates feministas, a saber: o feminismo, a questão do aborto, o “machismo”, o racismo e os direitos fundamentais do ser humano. Passo, nos itens a seguir, a análise das atividades, interações e reuniões do grupo baseada nos temas mencionados, atentando para o fato de que estes são debates que incluem uma série de atravessamentos que estão interligados entre si, conforme o contexto em questão, e que não necessariamente estão presos a esses temas que delinee. Ainda, deve-se observar que as ações deste coletivo feminista também provocam deslocamentos e diálogos com outros movimentos que repercutem ou são repercutidos pelo Coletivo no mundo concreto e nos seus canais de comunicação.

3.3.1 O Feminismo, o Aborto e os Direitos Fundamentais

Principal temática abordada pelo Coletivo Pagu, igualmente foi o tema da primeira atividade, em março de 2014, quando da apresentação do grupo e de suas coordenadoras para os discentes da Universidade Federal de Goiás, em evento já relatado. Na oportunidade, as integrantes conduziram uma conversa com os presentes a respeito da importância do feminismo e da luta contra as opressões de todos os tipos. Para mediar o diálogo foi convidada Watusi Santiago, militante feminista do movimento negro e organizadora da Marcha das Vadias em Goiânia. A mediadora do encontro contou um pouco sobre a história do feminismo e a sua experiência no movimento.

Na sequência do evento, foi exibido o curta-metragem francês *Majorité Opprimée* (2010), dirigido por Eléonore Pourriat. Após, houve uma oficina na qual foram feitas observações, opiniões, colocações e exposições quanto às inquietações que perpassavam as pessoas presentes. Outros títulos cinematográficos foram objeto de debate nos encontros, ocorrendo a exibição dos filmes pelo Coletivo ou a participação das discentes em eventos do tipo. Um exemplo é o Cine Codorna II, quando foram exibidos dois curtas: *Virou o jogo, a história de pintadas* (2015), de Marcelo Villanova, e o francês *Supervenues* (2013), de Frédéric Doazan, e promovido um debate sobre questões de gênero com as convidadas Juliana Cândido e Camila Vinhas Itavo. O preconceito foi debatido por meio do debate da campanha brasileira *A gente ama fazer diferença* (2018), das ONGs MEL e Maria Quitéria em parceria com a agência Sin Comunicação. No vídeo, temos a relação de duas mulheres lésbicas que sofrem discriminação e medo, precisando esconder o sentimento mútuo. O cinema teve espaço com a exibição de filmes quando o Pagu realizou, em parceria com a Escola de Direitos Humanos, a exibição e o debate dos filmes *As virgens Suicidas* (1999), longa-metragem dos Estados Unidos de Sofia Coppola, e *Elena* (2012), longa-metragem brasileiro de Petra Costa. A motivação para a atividade foi a necessidade de debaterem a questão do preconceito sob o ponto de vista do conservadorismo e do extremismo religioso como formas de opressão da sexualidade na adolescência. A crítica aos longas também esteve presente quando a temática foi a misoginia explícita na refilmagem do filme, agora estrelado por mulheres, *Caça-fantasmas* (2016), do diretor Paul Feig.

Outro ponto forte do grupo feminista foi a realização e participação em eventos com temáticas pertinentes aos movimentos e mobilizações com as quais as meninas se identificam. A presença Pagu foi uma constante desde a sua fundação nas redes, quando foi organizado o 2º Encontro do Grupo de Estudos Feministas do Coletivo. A temática do encontro foi “A história do(s) feminismo(s)”, discutindo o artigo *O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política*, de Ana Alice Alcântara Costa (2005). Nos debates, foi feita uma reflexão sobre a trajetória dos movimentos feministas brasileiros, sua relação com os feminismos latino-americanos e a sua atuação e importância na sociedade atual. Outra discussão relevante foi quanto à visibilidade lésbica e bissexual no contexto feminino. Para tanto, as coordenadoras marcaram uma roda de conversa para debater o assunto, que é intimamente ligado ao feminismo interseccional, com o intuito de evidenciar a necessidade do reconhecimento da luta feminista como um combate aos diversos padrões culturais de opressão.

Outros eventos de temática feminista que contaram com a divulgação ou participação do Coletivo ocorreram no período do trabalho de campo, como uma roda de conversa sobre a criminalização das mulheres no Brasil; a 1ª Semana Feminista, realizada pela Faculdade de Enfermagem da UFG; o 1º Ato Contra as Formas de Violência na Universidade, com o lema “Assédio não é elogio”. Estiveram também no evento sobre empreendedorismo feminino e a sua potencialidade como ferramenta de emancipação e empoderamento social, realizado em parceria como site “Mulheres Empreendedoras” e a empresa Ex Lege Júnior. Participaram do evento “Precisamos falar sobre feminismo(s)”, no qual o grupo externou em sua página no *Facebook* “a necessidade de se diversificar, de transformar mais, sair das regras e dos rótulos, formando um colorido de pessoas e orientações, tod@sjunt@s(sic) nessa luta diária”; também participaram da oficina de discussão sobre “A Mulher nos Espaços Públicos” mais recentemente.

O Pagu publicou em suas redes algumas notas de repúdio, principalmente no que toca a falta de segurança para as mulheres dentro das universidades. Em apoio às discentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), publicaram uma nota denunciando a insegurança que viviam e a omissão da reitoria em relação ao aumento de casos de estupro nas unidades. A mensagem chama a atenção para o descaso por parte das instituições de ensino superior brasileiro por deixar as alunas mais vulneráveis aos agressores, o que levaria à dificuldade de permanecer no campus, assim como à objetificação e à culpabilização da vítima. Deixaram registrado na nota a necessidade de se unirem pela luta pelos seus direitos e de terem um espaço sem a prática dessas violências contra as mulheres.

Também foi divulgada uma postagem no *Facebook* de um aluno em repúdio à atitude praticada por um dos professores do curso de psicologia da UFG. Na mensagem, o estudante se sensibilizava com aqueles que sofrem com piadas misóginas e LGBTfóbicas, o que foi problematizado por toda a sua turma, majoritariamente indignada com o ocorrido. Já diante de uma denúncia de estupro que teria ocorrido no campus Samambaia (dentro da UFG), o Coletivo denunciou a falta de uma postura efetiva da reitoria e o fato de não terem sido adotadas medidas cabíveis, tais como mais segurança, melhoria na estruturação do site da ouvidoria, garantia do anonimato às vítimas, providências quanto às denúncias feitas e, ainda, que:

A universidade se posicione no combate à cultura do estupro. Pois os professores e alunos reproduzem discursos misóginos, machistas, transfóbicos, racistas e homofóbicos. Aliás, não são só discursos, mas também condutas que insultam, oprimem, agridem e violentam inúmeras identidades do meio acadêmico. Em algumas unidades, intervenções feitas por coletivos de combate a esses discursos são questionadas e, até mesmo, criminalizadas. O atual quadro de perseguição dos que lutam pra questionar a ordem patriarcal imposta é sintomático da conduta da universidade. É preciso que a UFG defenda esses alunos que tentam desconstruir os

preconceitos. Além disso, é necessário que a própria instituição realize intervenções nesse sentido.
Não vamos tolerar o silêncio de uma universidade que tem o dever de desconstruir toda forma de opressão.
PELO FIM DA CULTURA DO ESTUPRO!
NAJUP GO e Coletivo Feminista Pagu.

As discentes expressaram o seu apoio com relação ao ato pela segurança estudantil e da mulher, organizado pelo Centro Acadêmico Professor Marinho Lino de Araújo, por entenderem ser necessário repensar e reelaborar as políticas de segurança pública e criminais vigentes no Brasil. Criticam, mais especificamente, a sociedade goianiense, sobre a qual argumentam que historicamente possui uma tradição autoritária, coronelista e militarista da gestão de segurança pública, o que resultou no agravamento da vulnerabilidade de minorias enquanto categoria política. O que se estende para pessoas como mulheres, negros e demais não-brancas, assim como deficientes, idosos, crianças, a comunidade LGBT e a população pobre. O suporte ao evento se deu pelas integrantes acreditarem que é necessária a união de esforços para que ocorram transformações sociais significativas, pois só assim direitos e garantias fundamentais podem ser assegurados. Por fim, salientaram a necessidade de “lutar por uma realidade mais justa, igualitária e, inclusive, com a plena integração das mulheres em sua diversidade e em todos os espaços”.

Houve ainda outras intervenções relevantes do grupo relacionadas a datas comemorativas, como o Outubro Rosa, na qual participaram na campanha de prevenção e combate ao câncer de mama em parceria com a Secretaria de Saúde de Goiânia e o Hospital Araújo Jorge. Igualmente, o Coletivo marcou presença na Marcha das Vadias, um protesto organizado por diversas entidades ligadas aos movimentos de igualdade de gênero, entre outras bandeiras importantes. Diante do Plano de Lei (PL) nº 5069/2013, que trata da atenção às vítimas de abuso sexual, as integrantes divulgaram uma nota de repúdio se posicionando contra o genocídio das mulheres negras, cis e trans, e de pessoas LGBT. Em apoio à outra marcha, desta vez contra o chamado Estatuto da Família, as integrantes do Coletivo Pagu se manifestaram opostas ao antigo líder da Câmara Federal, o deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), e às leis que retiram a autonomia e a liberdade das mulheres e dos seus corpos.

Além dessas atividades, as integrantes realizaram intervenções em escolas, como no Colégio Santo Agostinho, onde foi ministrada uma oficina com o tema “Introdução ao feminismo”, que superou as expectativas das integrantes, que externaram o seu entusiasmo no *Facebook* afirmando que "se hoje está ficando ruim para machistas, pode ficar muito pior! O feminismo já está nas escolas!". Em março de 2018, o Coletivo esteve presente na Escola

Rosamarques e trabalhou os seguintes assuntos com os jovens: feminismo, papéis de gênero, igualdade, valorização da mulher, entre outros. Diante da experiência vivenciada, registraram no *Facebook* a importância de continuarem ativas, pois reconhecem a notabilidade das suas ações conscientizadoras e a colaboração dos debates para que o futuro possa ser mais igualitário.

O Coletivo Feminista Pagu discutiu a legalização do aborto no país com a realização de um seminário que coloca as problemáticas da prática, principalmente para as mulheres em piores condições socioeconômicas. Também é debatida a questão sob o viés da ONU que, em 2016, lançou na imprensa mundial manifestações favoráveis à descriminalização do aborto, assim como um apelo à revogação das medidas punitivas e barreiras impostas pelos governos, pois considera que as proibições não ajudariam a reduzir a necessidade e o número de abortos realizados ilegalmente. Com relação aos direitos fundamentais, o Pagu se posicionou contra as prisões de estudantes determinadas pela justiça do estado em uma ação chamada de Operação R\$2,80, por as considerarem arbitrárias e abusivas, além de possuírem caráter político. Asseveraram que em um estado democrático de direito é inadmissível esse tipo de acontecimento. Clamaram pela mobilização, articulação e manifestação pública em defesa dos direitos e interesses da população, bem como repudiaram absolutamente qualquer iniciativa do Estado que restringia esses e outros direitos fundamentais.

As integrantes se posicionaram contra a instalação de banheiros *unissex* na universidade: “Nós, do Coletivo Pagu, entendemos que isso [a colocação dos banheiros] poderia ocasionar, além de desconforto, abusos e assédios sexuais, em razão da cultura do estupro, altamente difundida na sociedade e, inclusive, em âmbito acadêmico”, afirmava a postagem no *Facebook* anexada à notícia compartilhada que foi veiculada no jornal *O Popular*.

Em parceria com a Defensoria Pública do Estado, a Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Faculdade de Direito, o grupo realizou uma audiência pública sobre a questão da maternidade no cárcere e a aplicação do marco legal da primeira infância. A intenção do evento foi promover reflexões, debates e encaminhamentos práticos, a partir da necessidade de visibilização das demandas e dificuldades específicas da população feminina que experimenta a maternagem durante o cumprimento de penas privativas de liberdade.

3.3.2 Sexismo e o Racismo

Além do feminismo e do direito ao aborto, o combate aos preconceitos e, principalmente, o sexismo, também esteve na agenda de discussões empreendidas pelo Pagu, tanto nas redes quanto no contexto da universidade. Para tanto, as estudantes organizaram

uma roda de debates sobre relacionamentos abusivos. O intuito era aprender mais sobre o abuso físico, emocional e sexual nas relações, e as possíveis formas de as mulheres se empoderarem diante desse problema, prevenindo a violência. Ainda, buscavam auxiliá-las a saberem identificar sinais de uma relação abusiva e a conhecerem os mecanismos jurídicos de garantia dos seus direitos, rompendo com a reprodução das opressões, tendo em vista as relações de poder.

O Coletivo parabenizou e divulgou o projeto de lei da deputada Adriana Accorsi (PT/GO) cuja proposta era de que as empresas que prestam serviços ao estado de Goiás reservassem 5% das vagas de emprego para mulheres vítimas de violência doméstica. As integrantes do Pagu chamaram a atenção para a problemática da discrepância entre a quantidade de homens e mulheres atuantes no poder legislativo e que, por esse motivo, os parlamentares costumam deixar os direitos das mulheres em segundo plano.

Compartilharam, no *Facebook*, uma publicação sobre o estupro de uma mulher ocorrido em maio de 2016 e a preocupação de que enquanto as mulheres denunciam, os homens buscam o vídeo do ocorrido na internet para assistirem e repassarem a outros, aproveitando-se e perpetuando a exposição da vítima e o ciclo de violência. No evento chamado “Precisamos falar sobre”, as discentes realizaram uma roda de conversa com o tema pornografia e prostituição, catalisado a partir de uma entrevista da prostituta e ativista Monique Prada à revista *Carta Capital*. O debate abordou as dificuldades das trabalhadoras dos mercados do sexo e a possibilidade de ativismo nas redes sociais.

Em relação ao “machismo”, o grupo divulgou fotos de uma campanha veiculada pelos direitos humanos no Brasil na qual eram dispostas quatro artes quadradas, com fundo roxo, enquadrando diferentes partes do corpo de mulheres em cada uma delas, seguidas de textos explicativos relacionados aos abusos sofridos. Na primeira imagem há o olho de uma mulher e o texto da legenda da foto diz: “Você é louca! disse o homem à mulher durante uma discussão; *gaslighting*: violência emocional por meio de manipulação psicológica, que leva a mulher e todos ao seu redor a acharem que ela enlouqueceu ou que é incapaz”. A segunda imagem apresenta metade do rosto de uma mulher com uma coroa de flores na cabeça e na frase que acompanha a imagem, lê-se: “Deixa eu desenhar pra você querida, disse o homem à mulher durante uma reunião familiar; *mansplaining*: é quando um homem dedica o seu tempo para explicar algo óbvio a você, como se você não fosse capaz de compreender, afinal, você é uma mulher”. Já a terceira imagem segue o ouvido de uma mulher e no texto apresenta o seguinte trecho: “É exatamente como eu tinha dito, disse o homem à mulher durante uma apresentação; *bropropriating*: quando um homem se apropria da ideia de uma mulher e leva o

crédito por ela”. E, finalmente, a quarta imagem mostra a boca de uma mulher e, abaixo, o texto: “Então, como eu ia dizendo, disse o homem interrompendo a mulher durante uma reunião; *manterrupting*: quando uma mulher não consegue concluir a sua frase porque é constantemente interrompida pelos homens ao redor”.

No que concerne o tema do racismo, o Coletivo divulgou e apoiou o seminário Gênero, Etnia, e Invisibilidade Social em parceria com o Centro Acadêmico 21 de Maio (CAXIM) e a Secretaria Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de Goiânia. No intuito de ressaltar a questão do racismo e da misoginia compartilharam a história da senadora Regina Sousa, conhecida como a “tia do café”, e expressaram o seu apoio solidarizando-se com a parlamentar. No dia 21 de março divulgaram o dia internacional pela eliminação da discriminação racial, criado pela ONU em memória ao massacre de Sharpeville ocorrido em 1960, na África do Sul. Também lembraram a importância do dia da consciência negra, compartilhando uma nota de autoria de Jarid Arraes sobre o não esquecimento das mulheres negras, tanto do passado quanto do presente, e a necessidade de serem ouvidas e representadas. O combate ao racismo pode ser vislumbrado ao chamarem a atenção para o problema das empregadas domésticas, divulgando um trabalho feito pelas blogueiras negras, em que se lê: “O quarto da empregada ainda é uma infusão, tem vasilha, tem roupa suja e bujão”.

3.3.3 As Interações Via *WhatsApp* do Coletivo Pagu

Nesse tópico, passo a discorrer sobre as interações entre as integrantes por meio do *WhatsApp*, que é um aplicativo de mensageiro instantâneo para smartphones altamente popular no Brasil, e que permite aos seus usuários criarem grupos privados com temas e participantes variados, conforme a necessidade. Diferentemente do que vimos anteriormente, os debates aqui não ocorrem de forma pública nem ficam expostos em postagens no *Facebook*, o que acrescenta um caráter de espontaneidade e efemeridade do conteúdo, que não pode ser recuperado por quem entrou depois da criação do grupo, por exemplo. Isso ocorre porque o grupo é fechado, sendo permitida somente a entrada de pessoas autorizadas pelas administradoras, logo, existe uma privacidade teoricamente garantida no aplicativo, além de uma cumplicidade maior na troca de mensagens entre os componentes.

Solicitei a minha inclusão às administradoras no chamado Grupo de Estudos composto pelas integrantes e ex-integrantes do Coletivo Pagu e fui atendida em 26 de março de 2018. A partir dessa data, pude perceber rapidamente as diferenças entre os canais utilizados pelas

meninas, já que, via *WhatsApp*, a comunicação das componentes é participativa e ativa, enquanto no *Facebook* a atividade se mostrou menos intensa. Em geral, elas se utilizam do mensageiro instantâneo quando necessitam de algum auxílio mais imediato, solicitando conselhos ou indicações de profissionais para problemas específicos e pessoais.

É perceptível que as temáticas são muito variadas, dificultando algum tipo de padronização dos assuntos de forma mais sistemática, pois se tratam de conselhos e indicações diversas que constituem uma rede de amparo e escuta para as suas integrantes. No grupo debatem temas delicados sobre si e seu corpo, quando tratam sobre o trabalho das profissionais de obstetrícia, por exemplo.

Juntas, as discentes formam uma rede de apoio, acolhimento e ajuda entre si, amparando umas às outras sobre variadas questões, desde as mais técnicas até as mais corriqueiras do dia a dia. Logo, cabem nesse espaço convites para eventos, indicações de leituras ou deliberações sobre os encontros presenciais do grupo.

Um dos diálogos que mais chamou a atenção durante o período do campo foi sobre a questão do aborto, que contou com a participação de várias componentes nas discussões.

[12:21, 28/04/2018] Bella: Meninas.

[12:21, 28/04/2018] Bella: Eu queria saber a opinião de vocês sobre o aborto.

[12:23, 28/04/2018] Celina: Sobre a legalização?

[12:23, 28/04/2018] Bella: Não, sobre o aborto em si mesmo.

[12:24, 28/04/2018] Bella: Se acham certo ou errado.

[12:36, 28/04/2018] Cloe: Bom, eu não faria (mas, graças à deus, eu sou infértil). Respeito e entendo quem faria, e acho que é uma questão que não dá pra ser ignorada. Gente rica aborta com muito mais facilidade e conforto que gente pobre, independentemente se é descriminalizado ou não. Então acaba que a criminalização recai só sobre a mulher pobre. A rica vai no consultório, compra o remédio e pronto. A pobre tenta dar um jeito, vai parar no SUS (com sorte) e acaba morta ou presa. Então acho que vai muito além de uma ideologia ou escolha pessoal, é questão de empatia. Enquanto não for feito da maneira correta, as mulheres vão continuar morrendo e vivendo à margem da lei.

[12:41, 28/04/2018] Betina: Bella, eu não faria o aborto. Seja por questões religiosas, seja pela agressividade do procedimento que, como a Cloe falou, passa por uma questão de classe. Mas, nunca julgo uma mulher que o faz. Acho que cada pessoa sabe o peso que uma gravidez traz pra si. Então, prefiro pensar nisso como uma escolha de cada um, do que cada acha melhor pra si. Não acho que ninguém tenha o direito de apontar para uma mulher e acusá-la do que quer que seja. Ela tem todo direito e toda autonomia sobre si e sobre seu corpo. Mas eu não aconselho nenhuma amiga minha a abortar. Não pela minha perspectiva moral, mas por uma questão de saúde mesmo. Aborto clandestino é a maior causa de morte materna. Corre-se o risco de cair nas mãos de uma pessoa com nenhum preparo e as consequências podem ser bem ruins. A questão é bem complexa, mas acho que é tudo a escolha de cada mulher e não cabe julgamento. (DC, 28/04/2018).²

² Esta e as demais menções aos grupos do *WhatsApp* serão referenciadas como parte do diário de campo da pesquisa.

Além do tema do aborto, recorrente no debate feminista, outras questões éticas perpassam o diálogo travado pelas integrantes do Coletivo, como a religião, que justifica e motiva a discussão aqui apresentada:

[12:55, 28/04/2018] Bella: Eu sempre levantei a bandeira do aborto, nos casos em que o casal se protegeu e/ou não têm condições de criar, ou mesmo, a mulher não quer ser mãe. Aí, a minha avó falou que eu posso ser punida por Deus por conta da minha opinião sobre o assunto. Segunda ela, como essa é a “vontade de Deus”, eu seria "castigada" por defender o aborto, e acabaria engravidando. Minha mãe também já falou o mesmo.

[13:02, 28/04/2018] Betina: Bella, acho, de coração, que Deus não pode punir ninguém por ter uma opinião diferente, pelo menos na minha perspectiva. Eu acho que a gravidez não pode ser um castigo divino, pois é algo muito delicado e não deveria ser um fardo. Uma gravidez não vai vir para te forçar a aceitar uma coisa supostamente natural. Então, de verdade, não deixe ninguém dizer que você não tem razão em não querer ter filho.

[13:03, 28/04/2018] Felipa: Eu não acho que possa ser castigo divino, não. Até porque aborto é um procedimento que mexe muito com o emocional e o psicológico da pessoa.

[13:03, 28/04/2018] Felipa: Gravidez também.

[13:08, 28/04/2018] Charlotte: Felipa, as visões da sua mãe e da sua avó são muito religiosas. Eu te entendo, porque minha família também é assim. Então, não reprima a sua vontade sexual, se proteja ao máximo e tente lidar com isso. Procure ajuda terapêutica pra te auxiliar nesse processo. Eu mesma tive minha sexualidade muito podada, porque na minha família se tem a ideia de que a mulher tem que casar virgem. Então, eu me senti muito reprimida. Mas, isso mudou. Hoje eu consigo separar a opinião deles e seguir a minha vida e a minha sexualidade como eu quero. (DC, 28/04/2018).

Os diálogos aqui reproduzidos apontam para a existência de conflitos e interseções entre os padrões normatizadores dos comportamentos sociais e os valores e normas compartilhados pelas mulheres em suas vivências cotidianas e nas relações interpessoais. Acerca disso, o sociólogo alemão Georg Simmel (1987) afirma que as grandes cidades chamaram os indivíduos a se libertarem da moral, da religião e de outras esferas, dando mais liberdade de ação aos sujeitos. Nesse sentido, cabe lembrar, também, que uma das diferenciações mais destacadas entre o movimento feminista e o movimento de mulheres é a agenda política pelo direito ao aborto e o livre exercício da sua sexualidade, tendo como premissa o mote “nosso corpo nos pertence”. (PIMENTEL E VILLELA, 2012).

Cabe notar a importância do grupo criado pelo Coletivo no *WhatsApp*, pois muitas das interações ocorridas não seriam possíveis em outros espaços. O mundo virtual e privado do aplicativo proporciona às mulheres uma segurança da qual podem usufruir em um canal de apoio e escuta, do qual se utilizam para expressar diversas questões pertinentes ao seu universo, ou mesmo indicações ou debates sobre temas determinantes no feminismo.

3.3.4 As Reuniões do Grupo de Estudos Feministas

Durante o período de campo, tive a oportunidade de comparecer a duas reuniões do mencionado grupo de estudos feministas do Pagu. A primeira delas ocorreu no dia 29 de novembro de 2017, enquanto a segunda foi realizada em 26 de abril do ano seguinte. As reuniões eram marcadas previamente via redes sociais, como já comentado, e consistiam em encontros de grande duração por conta das muitas pautas debatidas pelas integrantes. As discussões tratavam de temas pertinentes ao campo feminista, como o próprio movimento, o machismo, o direito ao aborto, além de também servirem os encontros para os estudos de textos indicados pelas próprias integrantes, como visto nas conversas do aplicativo *WhatsApp* no item anterior. Passo, a seguir, a descrever as duas oportunidades em que estive em campo acompanhando os estudos feministas do Pagu.

Na data mencionada, 27 de novembro, dirigi-me ao prédio da Faculdade de Direito da UFG, local da reunião com o propósito de discutir produções teóricas feministas. Na oportunidade, o encontro teve como foco o livro *Um teto todo seu* (1929), de Virgínia Woolf. Ao chegar ao local, deparei-me com três mulheres dispostas em círculo. Sentei-me no círculo que havia e fiquei observando as três discentes. Elas me perguntaram quem eu era e nos apresentamos. Pude saber que as meninas não eram da UFG, mas sim da Pontifícia Universidade Católica (PUC), mais especificamente do curso de Direito. Contei a elas o que eu fazia no local, ao passo que as minhas recentes interlocutoras me contaram como passaram a participar e integrar o Coletivo Feminista Pagu. Logo as outras integrantes chegaram e a reunião foi iniciada. Pedi a palavra para explicar às outras componentes o objetivo da minha presença no local e fui prontamente atendida, sendo autorizada a realizar anotações, bem como a participar intervindo na reunião com as minhas opiniões.

Milena começou o encontro explicando às meninas que haviam conseguido tornar as reuniões do Pagu um projeto de extensão junto à reitoria, o que possibilita que elas emitam certificados resultantes das atividades e das reuniões, permitindo que mais estudantes de outras universidades possam comparecer. O encontro seguiu com a discussão do livro de Virgínia Woolf, na qual as participantes trouxeram como pontos principais do texto o poder da expressão do pensamento, a independência financeira e a questão da liberdade intelectual. Na reflexão, o grupo evidenciou o apelo da escritora de que as mulheres devem escrever, o que levou à mediadora a questionar as outras colegas se essas escreviam. Diante da negativa, também fui questionada e respondi que sim, que possuía o hábito de escrever.

Foi retomado o debate sobre o livro, tendo sido proporcionada uma abertura para outras questões que as participantes achassem pertinentes e/ou relacionadas à leitura, podendo-se tecer comentários a cada trecho lido. As discentes discutiam o fato de que antes de conhecerem o Coletivo só haviam lido autores homens. Da mesma forma, elas expressaram que percebiam esse mesmo cenário quando se tratava da pesquisa acadêmica, pois muitas vezes a autoria masculina predominava sobre a das mulheres, suplantadas naquele meio. As componentes relataram ainda as mudanças que a leitura das teorias feministas proporcionou nas suas vidas, inclusive nas suas relações interpessoais e que, com o tempo, mesmo as pessoas mais resistentes nos seus respectivos convívios começaram a respeitar a nova posição ocupada e até a mudar algumas atitudes. Ressaltaram que nas rodas de amigos, por vezes, elas tentavam apontar um problema ou uma situação vivenciada pelas mulheres, mas que mesmo outras meninas não atentas ao feminismo que as olhavam de modo crítico e sarcástico, não dando o devido crédito às suas problematizações, passaram a se comportar diferentemente a partir da convivência com o grupo. No final da apresentação do livro, Milena chorou com o final do texto e parabenizou a autora pelo que ela representou e segue representando para as mulheres.

Em seguida há uma nova rodada de discussões sobre os problemas relacionados ao tratamento diferenciado dos alunos para com as professoras e a necessidade de que, tanto as docentes quanto as discentes possam se impor no meio acadêmico, seja discutindo a questão do feminismo ou intervindo no meio ao vestir a roupa que bem entender, sem se abater com os preconceitos. Por fim, discutiram as experiências familiares e pessoais e as suas dificuldades por conta dos problemas de gênero, intergeracional, religioso, dentre outros. Conclui-se, ao final desse momento, que a reunião é um espaço de escuta e trocas sobre as relações e os problemas sofridos dentro e fora da universidade, e a necessidade de se assumir feminista e de se fortalecerem como um todo para que mudanças ocorram.

O segundo encontro que participei ocorreu em 26 de abril do ano seguinte, também teve como foco um livro de Virginia Woolf. Dessa vez, o título foi *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*, publicado em 1942. Como ocorrido anteriormente, uma das componentes estuda o texto indicado para a discussão e faz os apontamentos iniciais podendo ser interrompida em alguns momentos pelas demais componentes, que fazem intervenções e colocações diversas pertinentes ao texto. Assim, a reunião se inicia com a apresentação das mulheres que ali estão presentes e, antes de se discutir o texto, foram feitos relatos dos problemas pessoais sofridos e das incertezas sobre o período do curso por algumas das estudantes mais novas. As discentes mais antigas na Faculdade auxiliam normalmente as mais

novas com as suas dúvidas, seja com relação às disciplinas, aos professores, entre outros. Uma caloura comenta da dificuldade em lidar com um professor em específico, que incentiva os alunos a perguntarem, mas, quando o fazem, o docente acha que os discentes problematizam demais o conteúdo, impedindo o aluno de pensar.

Retomando a leitura indicada, a reunião segue com o debate sobre a autoria das professoras na universidade. As mulheres presentes criticaram a questão do tratamento diferenciado dado por discentes homens às professoras que são consideradas mais bonitas e mais novas. Discutem sobre a maternidade compulsória e mencionam que o diálogo deve existir onde há diálogo. Tratam da heteronormatividade, que é um problema de gênero, e da importância de antes de se criticar o outro, olhar para o seu próprio privilégio. É mencionado o problema de que todas as denúncias feitas na reitoria “não dão em nada”. Que, inclusive, os casos ficam parados, como ocorreu, por exemplo, com as denúncias feitas sobre a festa dos calouros, e que não há providências por parte da reitoria para proibi-las. A reunião é encerrada após várias colocações de problemas pessoais e das dificuldades sofridas dentro da universidade por questões de gênero. Esse tipo de atuação fortalece as relações e amplia as discussões das teorias feministas, além de ser um momento fundamental de acolhimento dentro do ambiente acadêmico.

3.4 DIFICULDADES E O PROCESSO SOFRIDO PELAS COMPONENTES DO COLETIVO PAGU

Ao traçar a trajetória do Coletivo Feminista Pagu, busquei elencar os principais eventos que colaboraram para o surgimento e o desenvolvimento do grupo, deixando de lado alguns dos principais conflitos enfrentados pelas discentes. Assim, passo, neste item, a apresentar e discutir alguns dos problemas que as integrantes sofreram durante o período em que estive em campo.

A atuação do Coletivo foi vista desde o seu princípio com ressalvas no ambiente da universidade, pois alguns docentes e discentes não concordavam com as bandeiras do Coletivo, relacionadas à agenda feminista. Sendo assim, em 29 de dezembro de 2015, foi aberto um processo disciplinar contra as integrantes do Paguem uma denúncia de intolerância religiosa, requerendo a apuração dos responsáveis pela possível conduta irregular no âmbito da UFG, tendo como interessado a Faculdade de Direito, por conta da divulgação de cartazes apócrifos afixados em 17 de dezembro daquele ano nos murais da instituição. Para ilustrar

melhor o processo de perseguição sofrido pelas componentes, obtive cópia do processo administrativo e da ocorrência policial e judicial, que passo a analisar a seguir.

O requerimento de denúncia foi solicitado por duas professoras, dois técnicos administrativos e um aluno do curso de direito, informando que os cartazes afixados na unidade continham mensagens de supostos militantes dos movimentos LGBT e feministas. A denúncia pontuava que as mensagens, além de disseminarem “ideologia de gênero”, manifestavam ofensas aos membros da comunidade acadêmica adeptos da religião cristã. O cartaz em questão possuía a seguinte frase, em letras maiúsculas, negrito e sublinhado: “Tirem seus rosários dos meus ovários”. No documento do processo, os requerentes afirmaram que jamais atacaram qualquer grupo ou pessoa em razão do credo ou ideologia e que, por outro lado, não aceitavam que os objetos de culto cristão fossem alvo de escárnio público. Ressaltaram o significado do Santo Rosário para os católicos, exigindo que os fatos fossem apurados e os seus autores responsabilizados nos termos da lei. Junto ao requerimento anexaram o cartaz em questão.

Em janeiro de 2016, foi instaurado um processo administrativo de sindicância para a apuração dos fatos, sendo os denunciantes intimados pela comissão de sindicância para prestarem depoimento em datas e horários previamente marcados. Todos os denunciantes foram arguidos se haviam visto quem colocou os cartazes, mas foram unânimes em responder que não. Uma professora em depoimento argumentou que:

Mesmo não tendo visto e não tendo como identificar quem colocou os cartazes, informa que no ano de 2014, cartazes com o mesmo teor foram afixados e assinados pelo Coletivo Pagu; arguida sobre o conteúdo dos cartazes mencionados, informa que ambos, apesar de possuírem arte diferente, têm conteúdo idênticos. Ainda, que a arguida se estas pessoas pertencem à Faculdade de Direito, a denunciante declarou que os cartazes de 2014 foram afixados pelo Coletivo Pagu, que é um coletivo feminista composto por alunas da Faculdade de Direito.

Outra professora denunciante informou que “mesmo não tendo visto ou como confirmar, ouviu que quem colocou os cartazes foram integrantes do Coletivo”, porém, completa que: “há uma confluência entre as posições do Pague os dizeres dos cartazes, mas que daí a concluir a autoria vai uma distância”. O aluno denunciante em seu depoimento manifestou:

É sabido em toda a Faculdade de Direito (e o comentário geral naquela unidade) é de que a autoria dos cartazes é do Coletivo Pagu. Disse também que houve episódios semelhantes no início de 2015 e, pelo que ficou sabendo, houve uma conversa entre o diretor da unidade e integrantes do grupo, na qual as discentes se comprometeram a não fixar mais aquele tipo de cartaz. Afirmou que o Coletivo está pleiteando, junto ao conselho diretor da universidade, tornar-se um grupo de extensão; ainda, que no dia em que protocolaram o processo, ouviu do diretor que seriam abertas

duas frentes de investigação, uma comissão de sindicância na UFG e uma investigação no âmbito da Polícia Federal, que foi chamada para colher provas.

Um professor foi intimado a prestar informações como testemunha e informou que “há mais ou menos um ano e meio ou dois, cartazes semelhantes foram colocados nas dependências da Faculdade”, e que já naquela época os dizeres impressos haviam ofendido as pessoas de diferentes grupos religiosos que procuraram a direção da unidade. Segundo o professor, em seu depoimento: “os cartazes com ofensas religiosas foram retirados e os demais ficaram. A colocação de cartazes com o mesmo teor ocorreu novamente na última semana de aulas de 2015, porém, não havia identificação de autoria da colocação”. Outro docente, que seria o responsável pelo projeto de tornar o Coletivo Pagu em um núcleo de extensão, foi intimado a prestar depoimento perante a comissão de sindicância e se manifestou da seguinte forma:

Explicou que [o Coletivo] seria um grupo de meninas que tratam de questões feministas, que fazem eventos acadêmicos e intervenções artísticas; afirmou o professor que protocolou um projeto na Faculdade de Direito para tornar esse Coletivo em um projeto de extensão, tendo, até então, dificuldades com a sua efetivação, sofrendo resistência da docente (XXX), que seria muito religiosa, e do docente (YYY), diretor da unidade. Disse ainda que achou alguns cartazes realmente desnecessários, porém, acredita que a represália se deve à intolerância religiosa do diretor da Faculdade de Direito e dos professores denunciadores, e que o referido diretor está instrumentalizando o cargo para acobertar a sua discordância quanto ao Coletivo, convocando a Polícia Federal e Civil; por fim, diz que extraiu da internet um artigo assinado pelo diretor em que ataca a OAB por ter criado uma comissão LGBT e, com isso, a entidade estaria incentivando a “ditadura gay”, e que o projeto do diretor é tolher a liberdade de expressão das vozes dissonantes na Faculdade.

Diante do explicitado pelo professor em seu depoimento, denunciando a arbitrariedade do diretor, foi protocolado um requerimento do docente junto ao reitor da UFG questionando à desproporção do ato administrativo. Acrescentou que os alunos não concordam e não aceitam que a ideologia religiosa e política do diretor e de alguns professores da unidade se imponham sobre os princípios constitucionais, administrativos e regimentais. Ressaltou que “se a universidade não for o lugar da crítica (legal), do pensamento, do desafio intelectual, da oposição aos dogmatismos, qual seria o lugar institucional reservado em nossa sociedade para tal fim?”. O professor registrou no seu requerimento:

O desconsolo, a indignação e o repúdio à tão deplorável ação, que nos faz pensar: em que universidade do mundo nós precisamos convocar a polícia para mediar um problema pedagógico, para executar uma tarefa que é só nossa? Essa é a maior declaração de incompetência profissional já assumida publicamente de que temos notícia. Como nós, educadores, podemos explicar aos pais e à sociedade que estamos tentando levar nossos jovens universitários aos tribunais, antes mesmo de seus professores terem compreendido os princípios mais elementares de nossa Constituição e dos fins institucionais da universidade? Esta universidade quer formar que tipo de profissional e cidadão? Diante de um panorama político que se fecha em nosso país, com

a supressão crescente de direitos, tal atitude é ratificadora de um regime de exceção, é assim que a universidade quer ser apresentada nos jornais?

A comissão de sindicância concluiu o seu trabalho apontando algumas questões: que na denúncia apresentada não constou todos os dizeres do cartaz, ou seja, a frase completa seria “Tirem seus rosários dos meus ovários. Religião e Direito não se confundem!”. Logo, a denúncia só se embasou na primeira parte da frase sendo que o conteúdo era mais amplo do que tão somente a ofensa religiosa. Concluíram pelo arquivamento do processo, uma vez que não havia indícios suficientes para caracterizar alguma infração disciplinar por parte de algum discente ou servidor da instituição.

Insatisfeita, a direção da Faculdade de Direito entrou com uma ação na Justiça Federal contra algumas das participantes do Pagu, porém o processo foi arquivado, pois aquele Tribunal entendeu não ser competente para julgar a demanda. Diante da nova ocorrência, algumas participantes do Coletivo Feminista Pagu foram intimadas a comparecer à Delegacia de Polícia de Goiânia para prestar esclarecimentos, sob pena de responderem pelo crime de desobediência e condução coercitiva. A fim de evitar o comparecimento das discentes, uma professora deu entrada em um habeas corpus para impedir os depoimentos, obtendo êxito. Mesmo com todo esse processo sofrido, o Coletivo não esmoreceu e continuou com as suas atividades. Em entrevista, uma das componentes comentou que os processos deram visibilidade ao grupo, “tanto que teve um caso muito sério de assédio na agronomia e as meninas vieram até a gente pra falar sobre isso e pedir auxílio, pedir socorro”. (DC, 28/06/2018).

Apesar do susto e das dificuldades para as discentes com o processo é importante perceber que o evento causou transformações e deu maior espaço para a questão do feminismo na universidade, despertando curiosidade dentro do ambiente acadêmico, inclusive com repercussão a nível nacional. Para Mônica: “aí todo mundo viu que uma articulação de mulheres pode fazer dar certo”. (DC, 28/06/2018).

A atuação do Coletivo nas redes sociais se fez ser notada e, infelizmente, atacada por uma “fraternidade hétero” da Faculdade de Direito da UFG, que criou no *Facebook* uma página denominada Bacanal 229, escrito em caixa alta. Em 13 de maio, um post foi compartilhado com a música *Ela quer meu pau*, do MC Pikachu (2014), com a seguinte legenda: “Estava na FD(Faculdade de Direito), avistei as Pagu no grau” em uma espécie de paródia da música em questão. Um dos curtidores da página e discente da Faculdade de Direito comentou: “sabe o que ela quer?”, ao passo que o administrador da página respondeu, em caixa alta: “Pau, pau, pau”. Não bastasse o conteúdo ofensivo divulgado, foi postado um

texto em seguida de cunho sexista e homofóbico, igualmente em caixa alta, com os dizeres: “Se te chamarem de machista, apenas responda: Sou mesmo, obrigado!”. Em resposta, o Coletivo escreveu em sua página na rede social *Facebook* uma nota de repúdio, nos seguintes termos:

O Coletivo Pagu, como coletivo feminista atuante e criado em 2014 por estudantes da Faculdade de Direito da UFG, repudia veementemente a criação da página e seu conteúdo altamente sexista, homofóbico e misógino. É absurdo que alunos de uma instituição pública de ensino (ou seja, ensino também pago por contribuintes mulheres cis/trans lésbicas, héteros e homens cis/trans, gays) façam ofensas a esses grupos, ironizem suas lutas quando deveriam usar o Direito como instrumento para garantir os seus direitos. Nota-se que o uso da expressão "minorias hétero" na descrição da página é uma forma de ironizar os grupos marginalizados. Homens héteros não são minoria e seus direitos nunca foram negados por serem heterossexuais: nunca foram xingados, mortos, proibidos de beijar em público, expulsos de lugares por sua orientação sexual ou proibidos de casar. Novela brasileira nenhuma já foi boicotada porque um homem beijou uma mulher.

A ofensa direta ao Coletivo Pagu só mostra o que já sabemos: estamos incomodando. A Faculdade de Direito é marcada pelo conservadorismo, tanto de docentes como de discentes, e ver algum grupo historicamente marginalizado realizando seminários, grupos de estudos e intervenções, sempre com apoio de pessoas da Faculdade de Direito e de outras instituições de ensino, sendo da Universidade Federal de Goiás ou não, pode mesmo ser incômodo. E, mais ainda, deve mesmo ser incômodo saber que as mulheres não aceitam mais serem silenciadas. E que nenhuma mulher precisa do seu falo. Mulher que está bebendo e de roupa curta não está necessariamente querendo sexo com você. Mulher que dança como bem entende não necessariamente quer sexo com você. Mulher só quer sexo com você se ela disser que quer. A ideia de que feminista precisa do falo é uma tentativa de demonstrar superioridade masculina, e que o pênis representa o valor significativo e fundamental. Estamos no ano de 2015, acreditamos que não é mais aceitável qualquer tentativa de subjugação de nós mulheres.

A respeito do texto "Se te chamarem de machista, apenas responda: "sou mesmo, obrigado!" é estarrecedor o grau de misoginia. É assustador que alguém tenha orgulho de ser machista, quando por causa dele, cinco de nós mulheres são espancadas a cada dois minutos no Brasil. O administrador da página e seus seguidores são bem-vindos nas reuniões do Coletivo Pagu para debater o feminismo como deve ser debatido: seriamente.

A nota tem a intenção não só de repudiar o comportamento preconceituoso por meio da criação da página, mas também de demonstrar que o Coletivo Pagu está presente e que não nos calaremos!

Após a referida nota no *Facebook*, muitos alunos e alunas externaram os seus sentimentos apoiando o posicionamento do grupo. O Coletivo Pagu se fez presente nas redes ao escrever uma nota de repúdio à página denominada “Antes e Depois da Federal” que compartilhou fotos de estudantes da UFG sem a autorização deles, no intento de ridicularizarem sua aparência e identidade, no que as mulheres entenderam se tratar de um ataque e uma afronta às lutas identitárias. Logo, uniram-se aos movimentos sociais e estudantil, aos coletivos feministas e de diversidade de gênero e sexualidade, para registrar a sua repulsa à exposição das fotos com conteúdo misógino e LGBTfóbicas. O grupo

argumentou que o que parecia cômico tratava-se, na verdade, de uma violência que provocava, além da exclusão, dor e sofrimento. Ainda na nota esclarecem que o intuito da referida página “é difamar, discriminar, desdenhar e menosprezar pessoas que todos os dias reafirmam sua identidade sem se sujeitar cis-heteronormatividade”. A manifestação também denuncia o intuito de debochar das mudanças ocorridas, da estética, da construção identitária do indivíduo e dos contextos os quais o sujeito escolheu pertencer. As discentes ressaltaram que a questão do direito de imagem encontra previsão na Constituição Federal e que a atitude daqueles que compactuam com os criadores da página, curtindo, seguindo e/ou comentando, incorrem na mesma deturpação moral e social dos agressores ao se juntarem ao escárnio das vítimas ali expostas. Por fim, repudiaram as condutas e se solidarizaram com as pessoas retratadas maldosamente, reforçando que estão juntos na luta para que os direitos das mulheres, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais, gays, lésbicas, bissexuais e pansexuais sejam respeitados.

Outra nota de repúdio divulgada no *Facebook* pelo grupo feminista se deu por conta do ato do Desembargador do Tribunal do Trabalho da 18ª Região Eugênio Cesário, que impossibilitou uma advogada de promover a sua sustentação oral, pois considerava a vestimenta da profissional inadequada para as exigências do decoro forense. O Coletivo Pagu demonstrou solidariedade à advogada e ressaltou a crítica a atitude do magistrado que, além de opressora e machista, revelava um tom de superioridade e um caráter exclusivista que deve ser combatido na sociedade.

Além da atuação nas redes o Coletivo teve um importante papel ao intervir repudiando uma palestra que ocorreria no salão nobre da Faculdade de Direito da UFG, com o título Desmascarando o Feminismo. Procurando se inteirar sobre a palestrante e o teor da sua fala, o grupo buscou informações por meio do *Facebook*, ao passo que com as informações que coletaram entenderam que se trataria de uma palestra com um discurso de ódio. Assim, compareceram à palestra a fim de identificar se haveria violação aos direitos humanos, discriminação e intolerância, e perceberam que o formato da palestra não previa debate ou discussão. Constatou-se que havia um total desconhecimento por parte da palestrante a respeito das pautas e reivindicações feministas defendidas pelas mulheres na universidade.

Sendo assim, as discentes entenderam que a fala que seria apresentada representaria um desserviço à construção coletiva de conhecimento, pois as críticas da palestrante ao feminismo eram pautadas em práticas como a ridicularização de pessoas gordas, lésbicas e vítimas de violência doméstica, por exemplo. Logo, o Coletivo agiu nas vias administrativas,

mas sem êxito. Assim, unidas com outros grupos decidiram realizar um evento próprio no mesmo dia da palestra, com música, dança e arte, realizando uma festa feminista.

Conforme relato do Coletivo, durante a referida palestra, alguns alunos questionaram a palestrante, que não concordava com as perguntas feitas e frisou que não queria qualquer interrupção, chegando a falar para um rapaz na platéia que era para “calar a boca e sair da palestra” caso estivesse insatisfeito. Várias pessoas se posicionaram com indignação e, a fim de impedir o discurso de ódio, entoaram canções e dançaram, fazendo com que a palestrante se retirasse. O Pagu deixou registrado a sua não intervenção ou organização prévia para que a ação ocorresse, e o fato de que a ação ocorreu de maneira espontânea pelos ouvintes que estavam presentes. Ressaltaram que não identificaram qualquer ato de vandalismo ou violência na manifestação, muito menos agressão à palestrante. Por fim, registraram o repúdio a todas as ações pautadas em agressão e abuso da força.

3.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Pode-se dizer que o processo de atuação do Coletivo Feminista Pagu foi e ainda é transformador, no sentido de questionar normatividades de gênero. Além das discussões teóricas feministas, também há a questão dos projetos integradores nas escolas para tratar de questões de gênero, o espaço de fala, escuta e apoio propiciado pelo Coletivo. Para a entrevistada Mônica:

Eu não saberia dizer qual é a extensão do impacto que o Pagu causou sobre essa gestão. Eu vejo que, a cada dia, como o Coletivo faz diferença para quem estuda aqui. A pessoa pensa, olha isso todo dia, cartazes desses, de orgulho LGBT, quando que o dia do orgulho gay teria sido tratado abertamente assim antes. Quando eu saí daqui a gestão era eminentemente católica. O diretor falava que queria calar a boca das meninas daqui. (DC, 28/06/2018).

De uma forma geral, as componentes, mesmo com outras responsabilidades e outros compromissos, concluindo o curso ou já graduadas, continuam fazendo parte do Coletivo feminista e colaboram com a continuidade dos encontros, principalmente na rede de apoio (envolvendo desde aconselhamentos, informações, orientações até encaminhamento a especialistas), se mostrou mais ativa nos anos de 2014 a 2016. Após, ocorreu um esvaziamento do grupo e, de alguma forma, as mulheres ainda se esforçam para manter o Coletivo e dar continuidade às reuniões. Nesse sentido, a entrevistada Franciele manifestou:

Eu acho que o Pagu já foi um grupo mais ativo. A gente está no momento passando por uma transição que a gente está tentando, as mais antigas estão tentando também. Não é abandonar o Coletivo, mas passar ele para a frente, mas a gente não vê tanta resposta assim das novatas. Às

vezes, elas vêm, entram e saem, talvez porque elas não acham ativas suficientes, mas eu acho que muita gente espera que a outra faça e, querendo ou não, a gente está saindo da universidade, seguindo e tem muita coisa pra fazer. E tem muita menina que é da formação original que já saiu da Faculdade. (DC, 28/06/2018).

O Pagu teve e tem um papel atuante dentro da Universidade Federal de Goiás, com sementes que foram lançadas e frutos que já foram colhidos, tanto que, dentro de um departamento tradicional, ocorreram mudanças significativas por causa da atuação dessas estudantes. Como podemos observar, elas se uniram e fizeram toda a diferença “elas por elas”.

Uma das mudanças significativas introduzida pelo Coletivo Pagu foi trazer os debates sobre feminismo para dentro da universidade, bem como a promoção de um debate crítico sobre direitos humanos, principalmente sobre a questão de gênero, raça e sexualidade, uma vez que até então, no entender de Mônica, a Direção da Faculdade de Direito era composta por uma “presença da ala conservadora da Igreja Católica fortíssima”. (DC, 28/06/2018). E, com a atuação – realização de seminários, grupos de estudos, discussões de teorias, rodas de conversas, e outros, do Coletivo Pagu dentro da Faculdade de Direito, propiciaram uma crítica às convenções de gênero e hierarquias estabelecidas.

O ambiente da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás é mais conservador e reitera discursos misóginos nas falas dos professores, quando da exemplificação de algumas matérias, inclusive com comentários depreciativos sobre o papel da mulher e onde ela deve ficar, além do assédio tanto de professores e colegas de sala de aula, e casos de trotes abusivos. (Mônica, DC, 28/06/2018). É perceptível na atuação do Coletivo Pagu a pauta para eliminação e a “superação da desigualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”, questionando a reprodução de padrões hierárquicos de gênero pela direção da Faculdade de Direito.

A forma depreciativa por parte da direção da Faculdade de Direito sobre qualquer tentativa do Coletivo Pagu de se fortalecer e se institucionalizar demonstra a desigualdade de gênero presente no ambiente acadêmico. (Danusa, DC 28/06/2018). À época as componentes do Coletivo Pagu necessitavam indicar alguém do Conselho Diretor para que fosse institucionalizado, mas como não havia mulheres ocupando o cargo tiveram que indicar um homem, o que por si só foi motivo de manter o conservadorismo e coibir o avanço dos direitos dessas mulheres de ocuparem outros espaços dentro da universidade.

A violência sofrida pelas mulheres docentes dentro da Faculdade de Direito tinha várias frentes, inclusive os professores do Curso de Direito utilizavam de exemplos depreciativos sobre mulheres, além de não dar ouvido aos seus questionamentos, às vezes

ridicularizá-las, a todo tempo demonstra a objetificação da mulher, bem como a intenção de manter a questão dos direitos dessas mulheres ignorados.

Nos depoimentos de diversas mulheres entrevistadas, tais como de Afrodite, Danusa, Roberta, dentre outras (DC, 28/06/2018) demonstram que havia uma confluência no sentido de desconstruir os direitos dessas mulheres, ao ponto de mostrarem vídeos de feministas se masturbando com um crucifixo, além de distorção sobre o feminismo e sua história, inclusive que o “feminismo era uma ideologia financiada por grupos, por grupos violentos, que queriam promover o aborto”. (Afrodite, DC, 28/06/2018).

É perceptível nas falas das mulheres entrevistadas que a violência praticada pelos professores caminhava na contramão dos direitos humanos, mesmo se tratando de uma Faculdade de Direito, pois os exemplos eram sempre para desconstruir a mulher, e as tratavam sempre de forma a banalizá-las e constrangê-las.

Essas mulheres não tinham voz e passaram através do Coletivo Pagu a tê-la dentro do espaço acadêmico, tanto que na atual gestão da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, que após 150 anos, dirigida por homens, atualmente a diretoria é ocupada por uma mulher, e a fala das mulheres passou a ter outro tratamento, inclusive porque tem ciência das atividades do Coletivo Pagu, e conhecia todo o processo sofrido, então “a voz” passou a ser ouvida, ainda aquém do reivindicado, conforme mencionou Roberta (DC, 28/06/2018) que denunciou alguns professores, mas ainda assim se sente amedrontada, por causa de sua exposição, e uma perseguição por parte dos professores, e a falta de providências no sentido de coibir tais atos. Nessa questão inclusive alguns colegas, tanto mulheres, quanto homens criticaram, por achar que “não era bem assim”. (Roberta, DC, 28/06/2018).

Com a mudança de Direção nos diversos Departamentos da Universidade Federal de Goiás, e mais atuação dos Coletivos Feministas, com movimentos para coibir violências sofridas não só por alunatos, mas também por parte de professores, com a atuação do Coletivo Pagu que acabou ganhando uma visibilidade maior por causa da divulgação do processo sofrido, alguns Coletivos foram formados, inclusive diante de um caso de assédio no curso de Agronomia, após trocas de ideias, ocorreu a denúncia do professor assediador, e acabou sendo demitido dos quadros de pessoal da Universidade.

Por sua vez também a atuação do Coletivo Pagu é tensionada dentro das lutas feministas interseccionais, nos debates em torno de agendas políticas, uma vez que o privilégio de uma da agenda acaba por reproduzir discriminações de outro lado, inclusive pela ausência de reconhecimento de agenda LGBT.

Quando da criação do Coletivo Pagu, a característica dos alunos da Faculdade de Direito era, até então, composta por um determinado padrão de mulheres – “maior parte de meninas de classe média, brancas, que correspondiam mais ou menos a um padrão de beleza pouquíssimas negras, lésbicas ou bissexuais”. (Mônica, DC, 28/06/2018). Após a entrada do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como método de ingresso por cotas, a composição da Faculdade modificou. Pela percepção das entrevistadas o ambiente era "muito hostil para pessoas LGBTQs, pessoas negras, pessoas gordas, pessoas deficientes", tanto que quando fizeram uma palestra para tratar a questão dos transexuais, com presença de pessoas trans para ocupar o espaço e falar sobre o assunto, o que surpreendeu muitos, e causou grande impacto na percepção de Afrodite (DC, 28/06/2018), principalmente por causa do conservadorismo e que antes “só homens que falavam nas palestras do curso de Direito”.

Demonstrando assim que as mulheres negras, e os da agenda LGBTQ sofrem duplamente em uma sociedade marcada pela discriminação de gênero e de raça. E, com a atuação do Coletivo Pagu, tais pautas passaram a fazer parte das lutas políticas dentro do espaço acadêmico, tanto que uma das minhas entrevistadas, percussora da criação do Coletivo, que hoje está formada, e retornou à Faculdade para me conceder a entrevista, quando se deparou com cartazes afixados nos murais sobre o “Dia do Orgulho Gay”, externou: “nunca tinha visto um negócio daquele, fiquei emocionada, com vontade até de chorar ali, eu nunca vi um negócio daqueles, porque pode ser né, eu nem tinha pensado que pode ser alguma contribuição do PAGU”. (Mônica, DC, 28/06/2018).

Durante a pesquisa observamos que, de um modo geral, as mulheres calouras adentram no espaço acadêmico totalmente despreparadas para aquele ambiente, e também sem conhecimento do que se trata o “feminismo” ou “feminismos”. Como o Coletivo Pagu faz uma recepção na primeira semana de aula, com realização de palestras, rodas de conversas, utilizando uma dinâmica de explicar sobre a atuação do Coletivo, e suas pautas, algumas participantes despertam para o tema, e se interessam em participar nas reuniões do grupo de estudos, no grupo de *WhatsApp*.

4 DESENVOLVIMENTO E ATUAÇÃO DO COLETIVO FEMINISTA AFETADAS

Neste capítulo apresento uma etnografia do Coletivo Feminista Afetadas com o objetivo de focar a sua criação e desenvolvimento, bem como as dinâmicas, atuações e pautas de autoria das suas integrantes e as dificuldades enfrentadas por estas durante o período em que as acompanhei em trabalho de campo. Primeiramente, enfatizarei a sua gênese e constituição para, em seguida, abordar as demais atividades e interações. Na tentativa de atingir os objetivos enunciados na introdução desta tese, esta parte foi estruturada em dois tópicos centrais: no primeiro será apresentada as composições e a trajetória do coletivo, no recorte temporal delimitado para este trabalho (2014-2018). O segundo foco central será em torno das principais ações desenvolvidas pelo grupo neste período, sendo intercaladas as falas mais significativas das componentes que foram entrevistadas como forma de relacionar os seus pensamentos, ações e atitudes diante dos desafios de ser feminista em uma universidade federal. Passo, antes disso, a relatar sobre a minha aproximação com o Coletivo no item a seguir para, em seguida, cumprir com o descrito acima.

4.1 SOBRE A INSERÇÃO NO CAMPO

Com o objetivo de delimitar o problema de pesquisa desta tese, realizei um campo preliminar junto ao Núcleo Especial de Pesquisa sobre a Mulher (NEPeM) da UnB, coordenado pela Dra. Lourdes Maria Bandeira, durante o período de agosto de 2016 a janeiro de 2017. Este Núcleo realiza diversos estudos com o intuito de fornecer elementos conceituais relevantes para os debates referentes às temáticas voltadas às mulheres. Também realiza parcerias com diversos órgãos públicos com vistas a desenvolver trabalhos que contribuam para a formulação de novas políticas de estado. Por meio deste campo inicial obtive a informação de que haveria reuniões de articulação que poderiam colaborar diretamente com a proposta deste estudo, já que seria realizada uma Audiência Pública, para tratar sobre violência contra mulher dentro do espaço acadêmico, na cidade de Brasília, no final do ano de 2016, dentro da Universidade de Brasília, sob a iniciativa do Ministério Público do Distrito Federal, em parceria com os diversos Departamentos da UnB, Ministério Público Federal, Procuradoria Federal, Procuradoria Estadual, Membros do Ministério da Justiça, Juízes, Defensorias Públicas Federais e Estaduais, e que poderia dar-me acesso a questões instigantes para a pesquisa.

Em 29 de setembro de 2016 ocorreu uma reunião com a presença de diversas entidades e grupos para o debate sobre a necessidade de ser realizado um mapeamento dos coletivos feministas existentes nos departamentos (e fora deles) da Universidade de Brasília, para que houvesse uma divulgação da Audiência Pública que trataria sobre a violência contra a mulher dentro do espaço acadêmico, e que fosse feito um convite formal para todos participarem do evento que seria realizado no mês de novembro de 2016. A reunião contou com a participação de pessoas ligadas ao tema – violência contra as mulheres dentro do espaço acadêmico, como as professoras do Departamento de Sociologia e pesquisadoras no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPeM); também esteve presente a representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); bem como o Grupo Iedas, o Grupo de Pesquisa sobre Femicídio (FEMIVIDA); o Coletivo Afetadas; a Procuradora Geral Federal, e a Juíza de Direito da Vara de Violência Doméstica da Seção Judiciária de Sobradinho.

Diversos tópicos foram debatidos no encontro em questão, porém, chamou a atenção das reunidas que havia um problema grave na universidade ao praticamente não existirem denúncias ou formalização de processos administrativos de violências praticadas tanto entre os discentes, como também de docentes e discentes ou entre chefes e funcionárias, inclusive com as que são terceirizadas. Também percebi na fala das participantes que as agressões sofridas não redundavam em queixas formalizadas porque a instituição não possui critérios claros para a vítima dar prosseguimento aos trâmites. Além disso, há uma reclamação quanto ao papel desinteressado da ouvidoria da UnB nas denúncias e sobre a falta de um acolhimento às vítimas de violência dentro do campus.

A partir desse momento a participação nas reuniões me aproximou dos Coletivos Feministas que, conforme vimos em tópico anterior nesta tese são oriundos dos anos 1970 e herdam uma longa trajetória de ativismo feminista na atualidade. A organização de estudos feministas nas universidades aponta para a novidade dos coletivos, pois, para além dos estudos há uma militância feminista que denuncia a opressão e busca formas de visibilidade e igualdade na sociedade. Desde o primeiro encontro que participei como ouvinte, aproveitando para colher material para a pesquisa e observando todos os participantes e as suas falas, realizei uma sondagem para verificar a viabilidade de se fazer um estudo de caso com o grupo. Naquele momento ocorreu a primeira incursão com as participantes do Coletivo Afetadas no intuito de verificar a possibilidade de se obter uma abertura para o meu trabalho. Nos encontros seguintes, inclusive na data da audiência pública, foi colhido material para a tese, pois as discussões foram amplas.

Passado esse período relatado, iniciei a elaboração do meu projeto de qualificação e não mantive mais contato com as componentes do Coletivo. Entre o final do ano de 2017 e início de 2018, tentei me comunicar com as minhas interlocutoras, porém com certa dificuldade, porque as pessoas com quem eu havia estabelecido diálogo se graduaram e saíram da universidade, logo, tive que iniciar novas tratativas para ser inserida no grupo. Por não haver uma aproximação presencial da minha parte junto ao Afetadas, percebi que as suas integrantes ficaram desconfiadas das minhas intenções de pesquisa, pois não obtinha retorno algum das minhas potenciais interlocutoras. Decidi insistir e enviar uma mensagem via *Facebook* explicando sobre a minha tese e o meu estudo de caso, ao passo que uma das integrantes finalmente me retornou e pude informar que intentava fazer uma etnografia sobre coletivos feministas dentro da universidade, com o objetivo de conhecer e compreender as pautas, dinâmicas e demais atividades relacionadas à organização do Coletivo. Então, a minha nova interlocutora prontificou-se a conversar com as demais e a dar um retorno sobre o meu pedido.

Contudo, já havia transcorrido mais de um mês desde o contato no *Facebook* e eu seguia apreensiva e sem retorno algum. Como possuía o contato da interlocutora salvo no meu celular, insisti, via *WhatsApp*, se havia alguma novidade sobre a viabilidade de realizar o estudo e ser inserida no grupo. Pensando em atribuir maior credibilidade ao meu pedido, mencionei na mensagem enviada que já estava fazendo trabalho de campo com o Coletivo Pagu, da UFG. Finalmente, no início do mês de maio de 2018 fui aceita no grupo e convidada a participar de uma reunião que ocorreria no dia dez daquele mesmo mês, no Centro de Convivência de Mulheres (CCM) da UnB, espaço conquistado pelas alunas dentro do campus da universidade, com o seguinte objetivo:

Desde o princípio, lutamos por esse espaço para que ele pudesse ser justamente um ponto físico de articulação entre todas as mulheres da UnB, ou seja, que seja utilizado para qualquer tipo de atividade que envolva apenas mulheres, como reunião de coletivo ou entre coletivos, algum tipo de curso ou cine-debate, para descanso, para jogar o papo fora, estudar... Enfim, para todo e qualquer encontro entre mulheres. Nós que organizamos o funcionamento da estrutura do CCM convidamos vocês, mulheres da UnB, terceirizadas, servidoras, professoras e estudantes da universidade para ocupar esse espaço que já é seu! (Disponível em: <<https://www.Facebook.com/centrodeconvivenciademulheresunb/>>.).

Na oportunidade da reunião, que se constituiu como uma roda de conversa sobre o tema “Ser mulher militante na UnB”, pude conversar pessoalmente com algumas das componentes do Coletivo Afetadas. Também estavam presentes no encontro diversas mulheres de outros coletivos que atuam nos departamentos da universidade e alunas que não

conheciam o trabalho das feministas e o espaço conquistado por elas. Passadas as apresentações, o encontro iniciou com uma dinâmica que consistia na divisão das presentes em grupos, com cada um deles devendo materializar as principais discussões e criar uma pauta de reivindicações sobre os seguintes tópicos: as dificuldades de participação nos movimentos de greve, a questão do medo da polícia, o espaço ocupado nesses momentos por homens e sobre a questão da cultura da mulher, vista como uma cuidadora. Nesse ínterim, cada conjunto de pessoas deveria discutir e escrever a sua pauta e, depois, apresentar aos demais com o respectivo debate e conclusões. No grupo em que estava integrada, foram feitas as seguintes considerações: 1) há o silenciamento por parte dos homens, estudantes, servidores e professores quanto as violências sofridas dentro da universidade; 2) as mulheres falam menos em reuniões, convenções, manifestações estudantis, assembleias estudantis, dentre outros; 3) a difícil questão da convivência das vítimas com os agressores, que inclusive participam em atividades da militância; 4) a criação de denominações pejorativas na militância para definir as mulheres como “A mina feminista”, “a chata”, entre outras; 5) é considerado arriscado falar, discordarem citar nomes e, por consequência, as mulheres se sentem envergonhadas ou com receio de falar; 6) o lado positivo da militância é conversar com pessoas que sofrem os mesmos problemas e a oportunidade de fazer amizades com outras mulheres, o que aumenta a confiança e as deixam mais confortáveis; 7) ter paciência com quem está iniciando a militância; 8) buscar afastar-se de pessoas que não ouvem, pois é cansativo repetir tantas vezes a questão de fala e violência; 9) a importância de se ter alguém para falar por nós - nós mesmas -, pois ocupar espaços todos os dias é o problema da mulher.

Na roda de conversa sobre diversidade foi discutida a realização de oficinas que pudessem servir para agregar e complementar os conhecimentos e teorias das discentes. Também se abordou a questão do espaço da mulher, que é frequentemente negado e silenciado. Destacaram as vantagens que hoje as estudantes possuem, proporcionadas por um espaço seguro para discutir e conversar, e que todas elas deveriam ocupar o Centro de Convivência de Mulheres, visando o fortalecimento do movimento no âmbito acadêmico. Além disso, preocupadas com a autodefesa das alunas, houve uma proposta para o ensino de lutas para as mulheres, com o objetivo de desenvolver estratégias de defesa. Várias componentes utilizaram o momento para desabafar e confidenciar entre si os abusos sofridos e a decepção de estudarem em um local cheio de violências. Uma aluna da área de exatas relatou ao grupo o quão grande é a pressão sobre elas, não só por parte de colegas, mas também dos professores, que desmotivam as discentes frequentemente, levando-as a desistirem do sonho de seguirem a profissão desejada e mudando de curso. Todas as que

estavam presentes se sensibilizaram com o relato e houve muita comoção. Foi um momento bastante triste, mas que comprova como esse espaço de fala foi importante para a participante que foi escutada pelas demais companheiras. Sobre essa questão, a entrevistada Clara (DC, 05/07/2018) comentou que “o problema desses lugares é que o departamento é majoritariamente masculino. O próprio instituto em que elas estão é totalmente masculino. Daí é difícil pra elas terem uma correspondência institucional mais próxima, porque o universo em volta dela é masculino”. Clara completa que ter mais professoras é vantajoso e o mesmo valeria se houvesse um maior equilíbrio entre os gêneros no universo acadêmico:

Você ter aulas com mulheres é uma diferença muito grande, você está sendo respaldada por mulheres que estão na carreira. Só isso já é um respaldo e, a partir do momento que elas lutam, não deixam que dentro da sua sala perpassse um discurso de misoginia. Então acho que isso muda sim a característica do instituto, quando você tem mulheres que estão atuando e que não querem mais sofrer abusos, tanto em nível de representação quanto no nível de interromper o machismo que acontece lá. (DC, 05/07/2018).

Ao finalizarem a roda de conversa, o CCM encerrou a reunião com as seguintes propostas para deliberação: 1) mesa pública; 2) oficina de projeção corporal e de voz; 3) roda com as terceirizadas; 4) oficina de autocuidado; 5) exibição de filmes sobre a questão da violência sexual; 6) projeto de atividade física; 7) levar as propostas para outras mulheres; 8) criar uma divulgação maior das ações dos Coletivos; 9) compartilhar experiências; 10) haver outra reunião para discutir estratégias. Após este encontro, no qual foram contatadas algumas das componentes do Coletivo Afetadas, passei a fazer parte do grupo, o qual apresentarei a sua criação e, a seguir, as principais interações, atividades e dificuldades destas no contexto da universidade e fora dele.

4.2 O COLETIVO AFETADAS

A criação do grupo feminista na Universidade de Brasília ocorreu no ano de 2014, a partir da indignação e revolta de estudantes que sofriam constantemente com todo tipo de discriminação, misoginia e assédio na instituição. Diante desse contexto, decidiram formar um coletivo a fim de denunciar e compartilhar as violências sofridas e que as faziam se sentirem fracas e impotentes diante do descaso e invisibilização das agressões. Assim, decidiram fundar o Coletivo Feminista Fiu-Fiu – UnB. No mês de fevereiro daquele ano criaram uma página no *Facebook* e postaram uma convocação no seguinte teor: “[esta] é uma página destinada à todas nós, mulheres, que somos vítimas de desconcertos com as cantadas e galanteios, de assédio e, também, de agressão verbal e física”, e completa que “essa página foi

feita para que todas compartilhem experiência e casos que vivemos (...) recebemos o seu relato e postamos anonimamente, pode confiar. Se quiser postar diretamente no mural da página, sintase à vontade também”. (Disponível em: <<https://www.Facebook.com/fiufiu.unb/>>; ver nota 8). Por fim, a manifestação indicava que o grupo é vinculado ao Centro Acadêmico de Ciência Política da Universidade de Brasília e que se espelhou em outra iniciativa semelhante, chamada Cantada de Rua. Não demorou para que a página tivesse uma enorme adesão, o que foi comemorado por suas integrantes em postagem que agradecia os *likes* recebidos e ressaltava como “a criação e o desenvolvimento da página vem nos tocando e nos enchendo de alegria ao ver cada relato compartilhado, cada comentário de solidariedade, de força e, principalmente, de apoio a nós mulheres”, e reforça o objetivo de “nos fortalecermos enquanto grupo, enquanto mulheres, ressignificando as relações humanas e buscando reconstruir a sociedade a partir de uma perspectiva igualitária”. Os relatos compartilhados pelas discentes na rede social chamaram a atenção e mostraram a necessidade de existir um espaço para desamordaçar, desabafar e expulsar os gritos sufocados destas que sofrem diariamente agressões.

Apesar do êxito do grupo no *Facebook*, houve uma divergência entre as suas componentes que levou a sua posterior fragmentação, já que parte do Coletivo acreditava que deveria ser permitida a participação de homens no movimento. As que discordaram decidiram constituir outro grupo feminista, que passou a ser o Afetadas, enquanto algumas permaneceram atuando pelo Fiu-Fiu. Como extrapola o escopo do nosso trabalho essa divisão, ao sair do nosso objeto empírico, deixo de comentar sobre a atuação do primeiro coletivo e passo a relatar sobre o Afetadas somente. As atividades iniciais foram desenvolvidas em conjunto com professoras do curso do Departamento de Sociologia e de Antropologia no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPeM), vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM). O grupo pesquisava sobre violência contra as mulheres dentro das universidades. Estas discentes e docentes, após uma denúncia de estupro de uma estudante de Ciências Sociais ao Centro Acadêmico de Sociologia, decidiram se mobilizar e buscar a formalização da denúncia, bem como demandaram um posicionamento dos departamentos de Sociologia e Antropologia ao qual são ligadas. Tendo em vista o silenciamento quanto ao ocorrido, elas decidiram se unir para que não fossem esquecidas. No entender de uma entrevistada, o Coletivo Feminista Afetadas:

Nasceu mais informalmente, acredito eu. As meninas ficaram bastante tempo sem institucionalizar um projeto de extensão, somente o coletivo, que nasceu depois de um caso de estupro no curso de ciências sociais. Depois, as meninas se organizaram e fizeram o coletivo e, assim, elas faziam

algumas ações, mas também não tinham uma diretoria institucional, e todas essas coisas burocráticas. São mais um grupo informal de apoio. As Afetadas é um grupo bem informal nascido de um processo de indignação das meninas que aconteceu em 2012, salvo engano. (DC, 05/07/2018).

No trabalho de conclusão de curso de Isabela Livingstone dos Santos (2018), uma das componentes do Coletivo, a pesquisadora esclarece o motivo do nome escolhido, que teve origem em um artigo de Jeanne Favret-Saada (2005, p. 159) que afirma que “ser afetada, deixar-se afetar, não se trata de apenas identificar-se com o ponto de vista do outro, mas de experienciar as intensidades de um lugar, de um evento a partir de suas próprias imagens e percepções”. Nesse sentido, para Santos (2018, p. 40), “as Afetadas retiraram seu nome, utilizando uma crítica ao método etnográfico, como uma crítica à sociedade brasileira e à Universidade por não se afetar e não reagir perante as situações de violência contra mulheres”.

Constituído e organizado sem qualquer apoio financeiro e institucional, o Coletivo Afetadas não é um grupo vertical, pois não possui qualquer comando centralizado ou hierarquia, já que a entrada e saída das integrantes é livre. Os motivos para o fluxo constante destas são vários, seja porque se formam ou procuram outro coletivo, seja porque não se interessam em permanecer no grupo ou discordam quanto à outras questões, como a racial, por exemplo. Algumas das discentes têm mais experiência no ativismo do que outras que não integram estas atividades há tanto tempo, nas quais a participação é espontânea e não impositiva. Para a entrevistada Clara (DC, 05/07/2018) são muitas as dificuldades encontradas pelas estudantes ao conciliarem as suas responsabilidades pessoais com as do Coletivo, sendo elas muitas vezes cobradas quanto a uma presença maior ou menor no grupo, o que dependendo do julgamento das demais pode ser vista como uma atitude oportunista:

Como as meninas lidam com isso da participação? Cada uma vai do jeito que pode. Ah! Eu estou fazendo mais, você está fazendo menos. Então, acho que querendo ou não, por mais que a gente tenta evitar há uma certa cobrança, porque acontece disso, de alguma participar mais que outra, entendeu? Acho que é uma experiência que ocorre em qualquer grupo coletivo, essa questão de pessoas que fazem e aquelas pessoas que estão só na hora boa, aquelas meninas que atuam só na hora boa, que na hora ruim se ausentam, entendeu? Então há todo um questionamento, às vezes que não aparece muito, mas às vezes, em uma crise maior, como as meninas que fecharam o coletivo ou, que se desintegraram, talvez tenha acontecido isso, pois pode ser que umas vão atuar mais, outras vão atuar menos, outras vão depender de como está a vida delas. Tem uma pressão uma com a outra, nem sempre é o que acontece, mas acho que tem muito disso. (DC 05/07/2018).

Como já mencionado, o Coletivo possuiu uma participação exclusiva de mulheres, cuja adesão é voluntária e espontânea e não há uma hierarquia. As integrantes são ativas, mas o fluxo é bem variável, pelos mais diversos motivos. Nas entrevistas realizadas em campo e

na participação no grupo de *WhatsApp*, notei que algumas componentes são mais atuantes e que há uma dificuldade em conciliar as pautas e a participação em eventos, pois o Coletivo passou a ser mais requisitado à medida que adquiriu maior visibilidade. Com o tempo, o Afetadas passou a se institucionalizar e criou o projeto Gênero nas Escolas. Nesse percurso, a participação do grupo passou a ter outra configuração, pois se tornou um projeto que garante créditos no currículo acadêmico e, com isto, criou-se um desconforto entre as participantes por questões de comprometimento e responsabilidades assumidas umas com as outras. Apesar de o Coletivo ter em um certo momento se distanciado das docentes por questões de choques intergeracionais e também por causa de compromissos profissionais, as estudantes continuaram a participar das pesquisas sobre o tema no Núcleo de Estudos Avançados sobre Mulheres, vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB. No entanto, passaram a se reunir de forma independente e menos formal, e em eventos também, em um movimento que para a entrevistada Mila (DC, 08/07/2018) significou que “o coletivo passou a ser mais um coletivo de estudantes do que um grupo de estudos”.

4.3 SOBRE AS ATIVIDADES, INTERAÇÕES E REUNIÕES DO COLETIVO FEMINISTA AFETADAS

Como forma de manifestação e divulgação da sua atuação, o Coletivo Afetadas se utiliza das redes sociais, um expediente bastante comum neste tipo de grupo, especificamente por meio do *WhatsApp* ou *Facebook*. Como iniciei esta pesquisa durante a preparação do projeto de qualificação de tese em 2015, passei a acompanhar as atividades do Coletivo nas mídias no período de agosto de 2016 a julho de 2018, o qual será considerado para a análise que segue. Dentre as manifestações mais comuns das integrantes na página e no grupo estão as ligadas à política, seja demonstrando apoio a bordões que se tornaram populares no momento, como “Fora Temer!”, seja realizando atividades como o cine-debate. Estas ações quase sempre tratam de questões relacionadas à violência de gênero, ao “machismo”, dentre outras, buscando convidar especialistas sempre que possível para debaterem os temas em pauta.

Nessa esteira, o Coletivo postou em sua página uma chamada para a exibição do documentário mexicano *Señorita Extraviada* (2001), dirigido por Lourdes Portillo, que trata da história de duzentas mulheres raptadas, violadas e assassinadas na cidade de Juárez, no México, na década de 90. A produção teve grande destaque à época do seu lançamento e foi apresentada no festival anual de cinema da organização *Human Rights Watch*. Após a

apresentação do documentário as discentes convidaram para o debate a Dra. Livia Dias Pinto Vitenti, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Montreal.

Além do cinema, outro foco das atividades do Coletivo Afetadas foi o Projeto Gênero nas Escolas, que possui o propósito de dialogar com as instituições de ensino médio públicas do Distrito Federal e entorno, com o intuito de trabalhar as questões de gênero em sala de aula com os adolescentes. A ação foi divulgada na página do grupo e, em junho de 2016 foi realizada uma oficina no Colégio Paulo Freire e Setor Oeste. As integrantes usaram a rede social para relatar a experiência de construir e compartilhar percepções por meio de rodas de debate. Ainda, ressaltaram a importância de a escola ser um espaço de intervenção, construção e transformação, e de como é fundamental ampliar e nutrir o debate sobre gênero nesse âmbito, dando voz às experiências e trocas coletivas. Mesmo com o sucesso dessas atividades, foi notável a dificuldade das integrantes em viabilizarem uma data para seguirem como o projeto, já que nem todas dispunham da mesma quantidade de tempo para tal, sendo que, neste ínterim, há diversas postagens sobre outros temas relevantes, como uma votação para a produção de um minidocumentário sobre assédio na UnB, o *Nós por Nós* (2017), para que este pudesse participar no 13º Festival Taguatinga de Cinema, por exemplo.

O Coletivo também atua como uma rede de acolhimento e apoio a outras mulheres, mesmo as que não são componentes, principalmente àquelas que sofrem violência doméstica e precisam de apoio. Em uma discussão no *WhatsApp* foi levantado o questionamento sobre o fato de as componentes se considerarem feministas ou não, e se achavam que o coletivo é feminista ou se é parte do movimento de mulheres. Esta questão surgiu porque uma das participantes do grupo decidiu estudar coletivos feministas e fazer o seu trabalho de conclusão de curso sobre o referido tema. Transcrevo abaixo trecho do diálogo mencionado:

[10:42, 24/05/2018] Carolina: Eu me considero feminista.

[10:43, 24/05/2018] Carolina: Mas acho que a segunda pergunta parte de um consenso de todas.

[10:43, 24/05/2018] Carolina: Não sei como cada uma se identifica.

[10:44, 24/05/2018] Marina: Eu me considero feminista.

[10:44, 24/05/2018] Marina: E, de fato, a segunda [pergunta] depende de consenso.

[10:46, 24/05/2018] Andreia: Acho que o Coletivo é feminista sim.

[10:47, 24/05/2018] Andreia: E que o uso desse termo deve ser estratégico.

[10:47, 24/05/2018] Andreia: Em que grupo ou que espaços o deixar claro.

[11:04, 24/05/2018] Regina: Também acho. Até por conta das nossas pautas e ideologia.

[11:21, 24/05/2018] Marina: Sou feminista. E considero o coletivo feminista. Mas como a A4 disse, o uso do termo tem que ser estratégico. Porque a gente não consegue entrar em alguns espaços falando a palavra gênero e feminismo. (DC, 24/05/2018).

Outra manifestação na página do Coletivo foi quando da saída da Dra. Ela Wiecko, Procuradora da República, que sempre esteve presente nos eventos da universidade apoiando a atuação dos coletivos feministas existentes na UnB, ao que parece se tratar de uma heroína para as feministas locais. Sensibilizadas pela dificuldade da atuação do movimento feminista negro, divulgaram uma postagem no *Facebook*, no dia 12 de setembro de 2016, com o seguinte teor:

Quando a gente não pensa nessas diferenças entre nós, deixamos um grupo grande de mulheres de fora desse diálogo. O movimento feminista, durante muito tempo foi um movimento de mulheres brancas da classe média que estavam preocupadas com as opressões que atingiam somente a elas, ignorando as opressões que as outras mulheres, numa posição ainda mais vulnerável, sofriam. Não ter esse entendimento de que somos diferentes faz com que muitas vezes as mulheres que têm algum privilégio fiquem reproduzindo opressões sobre as que estão numa posição mais vulnerável. Essa é a discussão que o movimento feminista negro traz. A gente também quer ser representada. A gente não pode pensar somente naquilo que nos atinge, senão vamos perpetuar o mesmo poder que queremos combater. Então, é preciso que as mulheres que têm algum privilégio se abram para o debate. Não vejam isso como uma afronta ou como briga.

Neste ponto acredito ser possível compreender a relevância das redes sociais para o grupo Afetadas, assim como o foi para o Coletivo Pagu, discutido no capítulo anterior desta tese. Grande parte da mobilização e dinâmica desses grupos passa pelas suas respectivas atuações tanto nos espaços físicos quanto virtuais. Diante das dificuldades que já se apresentavam e das que passaram a surgir, irei relatar um episódio que abalou a participação das integrantes e da pesquisadora no trabalho de campo.

4.4 SOBRE AS DIFICULDADES DO COLETIVO FEMINISTA AFETADAS

Ao ser inserida no grupo de estudos do Coletivo Afetadas no *WhatsApp*, passei a acompanhar a dinâmica das discussões e pautas construídas pelas suas componentes, além de conhecê-las um pouco melhor por meio destas interações, visando criar os vínculos necessários para o desenvolvimento deste estudo. Foi perceptível que, diante da dificuldade de se reunir presencialmente, o grupo se articula utilizando a rede social, porém, mesmo se comunicando em tempo real, nem sempre as agendas coincidem. Sendo assim, decorridos mais de quinze dias, desde a data da convocação para reunião, que ocorreu por volta do início do mês de maio, e de tentativas para marcar uma reunião para discutir sobre o Projeto Gênero nas Escolas, chamou-me a atenção a mensagem de uma das integrantes, chamada Marta:

[20:29, 14/05/2018] Marta: Meninas.

[20:29, 14/05/2018] Marta: Não vou ter mais acesso ao celular nem acesso à internet porque não tenho computador em casa. Então vou desaparecer um pouco.

[20:30, 14/05/2018] Carolina: Tudo bem Marta.

[20:31, 14/05/2018] Marta: Inclusive, se alguém tiver algum celular sobrando (velho mesmo) que funcione o *WhatsApp* e puder me doar, vou ficar agradecida. É urgente. A Biblioteca Central não está funcionando. Não tenho computador. Não tenho dinheiro para xerox. E agora vou ficar sem celular também.

[20:33, 14/05/2018] Marta: Estar numa universidade sem acesso à internet. Legal demais. Eu odeio minha vida. (DC, 14/05/2018).

Naquele momento, sensibilizada com a situação de Marta, fiquei bastante apreensiva e cheguei a comentar o caso com o meu marido e sobre a dificuldade vivenciada por essa integrante do Coletivo. Estranhamente me senti preocupada com Marta, que externou a sua dificuldade de maneira consternada e revoltada com a sua situação. Ciente de que as redes sociais norteiam a vida não só de jovens, mas de toda uma população já engajada e inserida no referido mecanismo, me envolvi com a situação da discente, e, resolvemos, meu marido e eu, doar um aparelho celular antigo, mas com condições de uso. Entretanto, mesmo preocupada com a posição da jovem, acabei envolvida em outras demandas e deixei a questão de lado temporariamente, principalmente porque achei que poderia magoar ou ofender Marta com a doação de um aparelho ultrapassado. A colocação dela no grupo em relação à vida por causa das dificuldades materiais me assustou, apesar de desconfiar, ou melhor, pressentir que a infelicidade poderia ter outras causas, e a externalidade de Marta ser algo bem mais complexo do que se poderia imaginar. Nesse tempo, após, decorridos seis dias, dessa data, Marta retorna para o grupo bastante entusiasmada, com a seguinte mensagem: “Voltei. Meu celular voltou a funcionar. Amém”. (DC, 18/05/2018). No entanto, surpreendentemente, alguns dias após o retorno ao grupo, uma postagem de Marta deixou a todas estarecidas:

[12:18, 04/06/2018] Marta: Meninas, foi muito bom ter participado desse coletivo. Sei que estou aqui há pouco tempo, mas foi tempo suficiente para ter criado um amor por vocês.

Porém

Informo aqui que comprei passagem só de ida para um lugar muito longe. E nesse lugar não há conexão com a internet. Obrigada por me receberem e fazerem eu me sentir viva por alguns instantes.

Gratidão 🌸

- Marta. (DC, 04/06/2018).

A partir dessa mensagem, todas as participantes do grupo de estudos e componentes do *WhatsApp* passaram a vivenciar uma angústia e um desespero porque a mensagem nos pareceu estranha, fazendo com que todas começassem a se mobilizar na tentativa de falar com Marta. Faço aqui a ressalva de que, antes de escrever o que foi experienciado nesse episódio, fiquei alguns dias paralisada, embargada e sem querer discorrer sobre o fato, pois as vezes

procuramos ignorar, ou deixar escondido no fundo dos nossos pensamentos questões que não conseguimos alcançar, dimensionar ou entender. Essa situação que trago ao conhecimento dos leitores remete a um problema que é recorrente não apenas na atualidade, mas há muito tempo, e sobre o qual eu não poderia deixar de escrever, porque é importante falar, discutir e debatê-lo. Retornando ao ocorrido, as componentes do Coletivo, apreensivas por não conseguirem contatar Marta, trocaram as seguintes mensagens:

[12:28, 04/06/2018] Carolina: Gente!
 [12:28, 04/06/2018] Regina: Puxa vida!
 [12:28, 04/06/2018] Regina: Tem alguma amiga próxima?
 [12:28, 04/06/2018] Carolina: Eu estou muito preocupada.
 [12:28, 04/06/2018] Camila: Não quero me desesperar, mas isso são sintomas de quem parece querer se suicidar.
 [12:28, 04/06/2018] Carolina: Vou falar com uma amiga em comum.
 [12:29, 04/06/2018] Regina: Sim, nitidamente [parecem sinais de suicídio iminente]
 [12:24, 04/06/2018] Camila: Precisamos falar com ela.
 [12:29, 04/06/2018] Regina: E há uma onda forte de suicídios.
 [12:29, 04/06/2018] Camila: Sim.
 [12:24, 04/06/2018] Regina: Ela respondeu?
 [12:24, 04/06/2018] Ravena: Não.
 [12:25, 04/06/2018] Regina: Alguém tem contato com familiares dela?
 [12:25, 04/06/2018] Regina: Ou alguém mais próximo?
 [12:30, 04/06/2018] Marina: Gente do céu! [em caixa alta].
 [12:30, 04/06/2018] Carolina: Estou mandando mensagem para a galera.
 [12:25,04/06/2018] Ravena: Ela postou uma foto [no *Facebook*] com uma legenda estranha também.
 [12:30, 04/06/2018] Regina: Qual o *Facebook* dela? Alguém me passa? (DC, 04/06/2018).

À medida que o tempo passava, ficava mais nítido que algo bastante sério estava acontecendo com Marta, principalmente quando vimos um print do perfil do *Facebook* dela, que dizia: “Me arrumando para o evento mais importante da minha vida. Não dá para perceber, mas estou feliz!”. Todas as integrantes do Coletivo se mobilizaram, inclusive eu, na tentativa de localizar parentes ou alguém próximo à discente. Por volta das 12h32, Marta postou a seguinte mensagem: “Não há culpados/Há eu/Eu sou fraca/Parabéns pra vocês que ficam, só os fortes sobrevivem aqui. Se sintam vitoriosos todos os dias”. Minutos depois dessa manifestação, Camila informa ao grupo que Marta está na UnB. Relata que a encontrou, pois Marta já havia tentado se suicidar na universidade, no final do ano passado. Questionada sobre onde e como Marta havia tentado se matar anteriormente, Camila não soube informar maiores detalhes.

Logo as componentes começaram a postar em outros grupos nas redes sociais a foto de Marta na tentativa de localizá-la e contataram uma professora que a conhecia para informar a recente preocupação e serem orientadas como proceder. A mobilização resultou em uma resposta de uma amiga de Marta, que escreveu no *Facebook*: “Ela me disse que tinha tentado se jogar de uma caixa d’água. Lá na UnB. Mas aí encontraram ela e ajudaram”. O grupo

começou a tentar lembrar onde poderia haver uma caixa d'água nas proximidades da universidade e foram informadas que havia uma menina em cima da torre do BSA Norte. Imediatamente pediram para alguém ligar para os bombeiros. A professora contatada pelo grupo informou que estavam providenciando apoio psicológico emergencial para ela. Marina estava no local e disse que era Marta que ameaçava atirar-se e que ela estava irredutível em seu intento, mesmo que no local houvesse dois psicólogos para ampará-la.

As integrantes do Coletivo que não estavam no local começaram a orar e pediram que acolhessem Marta com carinho. Também iniciaram uma rede de pensamento positivo para enviar amor a ela. A angústia e o desespero vivenciados por todo grupo foi registrado nas postagens subsequentes.

[13:46, 04/06/2018] Carolina: Gente, ela tá quase pulando!
 [13:47, 04/06/2018] Ravena: Meu deus!
 [13:47, 04/06/2018] Regina: A5!
 [13:47, 04/06/2018] Regina: Não olha!
 [13:47, 04/06/2018] Regina: Se rolar.
 [13:58, 04/06/2018] Regina: Gente.
 [13:58, 04/06/2018] Regina: Ela pulou!
 [13:59, 04/06/2018] Andreia: E ai?!
 [13:59, 04/06/2018] Regina: Caramba!
 [14:00, 04/06/2018] Petrina: Como ela tá?
 [14:01, 04/06/2018] Ravena: Não colocaram nada embaixo?
 [14:01, 04/06/2018] Petrina: Gente!
 [14:01, 04/06/2018] Petrina: Como ela tá? (DC, 04/06/2018).

O inevitável abalo pela situação vivenciada, inclusive presencialmente por algumas, deixou o Coletivo em choque. Ainda assim, as Afetadas nutriam esperança de que Marta sobrevivesse, já que foi removida com vida para o hospital. Sabendo do ocorrido, as integrantes decidiram se concentrar no Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP), a fim de aguardarem notícias sobre o estado de saúde da estudante, bem como para ter apoio psicológico para elas mesmas também. Carolina, arrasada, sentiu-se culpada pelo ocorrido por considerar não ter tido mais tempo para dar apoio e acolhimento. Percebi que todas estavam desamparadas e apreensivas por notícias, abaladas na expectativa de que Marta estivesse viva. Naquele momento me ofereci para ir até o hospital e obter notícias ao invés de ficar no local, e também para tranquilizar um pouco àquelas que estavam desnorteadas.

Durante o episódio relatado senti algo que me deixou bastante decepcionada, pois esperava que as discentes fossem ter um suporte mais próximo e amplo por parte da direção da UnB e de seus professores que haviam sido contatados. Ainda assim, as senti só, desalentadas e sem qualquer apoio. Naquele lapso de tempo percebi a carga de sentimento vivenciada há décadas pelas mulheres e o quanto o Coletivo faz diferença naquele universo.

Não é só a luta feminista, o sonho da igualdade de gênero, do empoderamento, do não calar e não silenciar, mas a acolhida, a amizade, a força e a união em prol de uma conquista que ainda hoje é invisibilizada. Voltando ao trânsito até o hospital, duas meninas decidiram me acompanhar para obter notícias e, chegando lá, agentes policiais solicitaram que elas prestassem depoimento sobre o ocorrido, e me prontifiquei a acompanhá-las neste procedimento. Em seguida, uma psicóloga do hospital solicitou que a acompanhássemos, e prontamente a seguimos para uma sala separada. Ali encontramos duas representantes da direção da universidade, dois professores que ministraram aulas para a vítima, além da irmã, uma amiga e o ex-namorado de Marta. Neste momento nos foi comunicado o óbito de Marta. Consternadas, avisamos as demais componentes do grupo que aguardavam notícias e permanecemos no local para dar apoio aos mais próximos de Marta, principalmente o ex-namorado, que se sentia culpado por não a ter ajudado e ficado com ela.

Uma nova sensação de estranheza tomou conta de mim, porque as representantes da direção da UnB, apesar de presentes no local, em momento algum se preocuparam com a situação das meninas do Coletivo. A meu ver, os diretores desconhecem totalmente a atuação dos Coletivos Feministas dentro do campus, bem como a sua importância, o seu ativismo e a luta diária contra as violências sofridas.

Nesse meio tempo, Carolina, ainda muito abalada, nos pediu para nos desculparmos com a mãe de Marta, e que a informássemos de que “a gente tentou de verdade”. Também informou que durante a negociação dos bombeiros, psicólogas e uma das componentes do Coletivo com Marta para esta não se jogar, Marta pediu para avisar à irmã que ela havia deixado uma carta na bolsa. Assim, informamos a familiar sobre a carta e permanecemos por mais algum tempo, até que decidirmos ir embora e deixar tão somente os familiares com suas dores e perda. No caminho de volta para a UnB, aquele sentimento de fracasso e vazio ficou entre nós. Deixei as discentes com a promessa de auxiliá-las no que necessitassem.

Após o episódio traumático, senti que as energias do Coletivo haviam se dissipado. Apesar do acompanhamento psicológico que a direção da universidade disponibilizou, o grupo estava enfraquecido e sem energia para prosseguir com a responsabilidade não só a de discutir teorias feministas, mas também sobre acolhimento e suporte emocional, às quais, até pela vivência direta com Marta enquanto componentes do grupo, seria inevitavelmente impossível. Infelizmente, muitas integrantes do Afetadas passaram a ter um sentimento de culpa diante do suicídio de Marta, por vários motivos: omissão, falta de tempo, questões pessoais, dentre outros. O vazio e os questionamentos se fizeram presentes nas conversas, tais como os “porquês” (sic) do ocorrido com Marta, sobre a vida dela, e se poderiam ter feito

mais ou ter mais tempo para ouvir mais, ter amado mais, ter sonhado mais, como externa a música *Epitáfio*, da autoria de Sérgio Britto e gravada pelo grupo Titãs (2001).

Algumas professoras de diversos departamentos da universidade, preocupadas com a saúde mental dentro do campus, decidiram por iniciativa própria trabalhar com rodas de conversa sobre a questão do suicídio, inclusive com as alunas do Coletivo que, preocupadas com essa questão, chegaram a postar no grupo: “não podemos mais deixar esses suicídios passarem batidos”. (DC, 04/06/2018). Para Carolina, a situação foi bastante impactante, tanto no que toca a solidariedade, quanto a questão psicológica, pois além do sentimento de impotência, ainda houve o inconveniente de ser assediada por repórteres querendo entrevistas e detalhes do ocorrido, inclusive com insinuações homofóbicas, no intuito de achar uma justificativa para a tragédia. Como Carolina postou nos diversos grupos a sua suspeita do que Marta pretendia fazer, o número de seu telefone acabou vindo a público. Em decorrência disso, várias pessoas e jornalistas começaram a ligar para ela, sem qualquer preocupação quanto ao sofrido e experienciado. O abalo emocional fez com que ela saísse do grupo e, conseqüentemente, as demais componentes desativaram o grupo de *WhatsApp*. Já o *Facebook* não foi mais alimentado pelas pautas das atividades. A promessa era de que “dariam um tempo”, e que se encontrariam mais tarde e, nesses encontros, quem sabe, achariam novos rumos. Uma a uma foram se excluindo do grupo, enquanto eu observava os últimos movimentos do Coletivo.

Durante a leitura da obra *As boas mulheres da China: vozes ocultas* (1958), da escritora chinesa Xinram, deparei-me com histórias de mulheres que sofreram violências de todas as formas. Em um dos trechos, a autora narra que havia escrito um livro, e que, em algum momento, teve roubada a bolsa que tinha dentro todo o material que escrevera. Entretanto, apesar de ter em mente o que escrevera, por suas lembranças, reescrever o que foi lembrando, e ter colocado em letras outra vez o sentimento vivenciado não trazia as mesmas emoções do que foi escrito anteriormente. Assim, deixo aqui registrado os meus sentimentos para as protagonistas e heroínas dessa história triste e sem culpados.

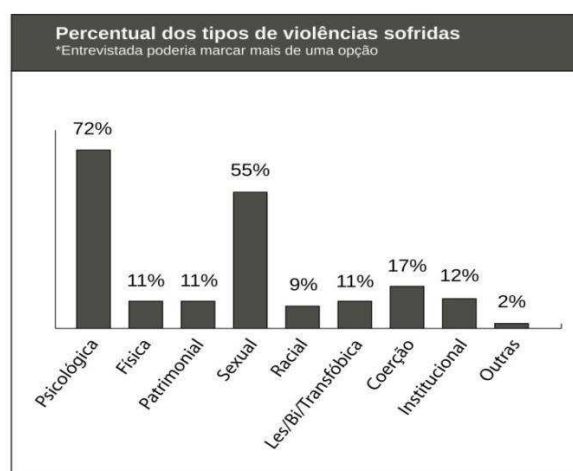
4.5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O COLETIVO

Diferentemente do Coletivo Pagu, o Coletivo Afetadas quando da sua constituição foi formado com apoio de professoras da Universidade de Brasília, que vinham trabalhando com estudos sobre violência contra a mulher, e como já dispunham de um Projeto de Pesquisa sobre Violência contra a Mulher, e vinham de um Departamento de Ciências Sociais, não sofreram dificuldades como o Coletivo Pagu.

O Coletivo Afetadas possui um “reconhecimento social” dentro da UnB, inclusive são convidadas para realização e participação em diversos eventos, tais como Semana da Mulher, Audiências Públicas, dentre outros eventos, mas esse reconhecimento não se estende até a Reitoria da Universidade, que apesar de hoje ser ocupada por uma mulher, não abre espaço para o diálogo.

Após o surgimento dos Coletivos Feministas dentro da Universidade, e as constantes atuações para dar visibilidade à violência sofrida, acabou despertando em alguns Departamentos dentro da Universidade de Brasília, a necessidade de se fazer uma pesquisa sobre o tema no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília. A pesquisa foi realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPeM/CEAM), no período de setembro de 2017 e janeiro de 2018, e chegou-se às seguintes conclusões:

Gráfico 1 – Percentual dos tipos de violências sofridas



Dados: *Percepção da violência contra as mulheres no campus Darcy Ribeiro*

(Nepem/Ceam/UnB) | Arte: Secom UnB

Para a pesquisadora e estudante Fernanda Mendes Dias (2018), que participou do referido projeto de pesquisa, em entrevista fornecida no dia 12 de março de 2018, a Vanessa Vieira, manifestou que: "A violência psicológica precede a outros tipos de violência. É a agressão mais permeada nas entrelinhas da convivência social", ainda acrescentou que esse tipo de violação englobou violência psicológica, moral e emocional, incluindo situações de desqualificação intelectual, ofensa, humilhação e uso indevido de imagem. A violência física, por sua vez englobou assédio, tentativa de estupro e estupro.

A pesquisa realizada demonstra que ainda não há uma política de enfrentamento das situações de violência e garantia de equidade de gênero dentro da universidade, mas com o resultado dela a Universidade de Brasília passou a trabalhar na construção de uma política

institucional de mulheres. E, concluíram que “o marcador de gênero está oculto, não percebido nas interações em sala de aula, invisibilizado”. No campo, foram identificadas situações muito sutis de diferença de comportamento e postura entre homens e mulheres. Essas diferenças estão ocultas e refletem um cenário de muitas subjetividades, o que torna difícil que atores e atrizes envolvidos nesse campo percebam o problema da discriminação de gênero na sala de aula e o enfrentem. Quando um problema está oculto, torna-se muito mais complexo criar uma consciência a respeito dele, o que é fundamental para diagnosticar e identificar formas de superação de obstáculos, especialmente quando há uma construção relacional dos significados de gênero, permeados por ambiguidades.

Quando identificamos no ambiente da universidade e, mais especificamente, no ensino do direito, os padrões, comportamentos e as nuances das interações sociais de gênero que estão escondidos, descortinamos a existência de um “currículo oculto”, que compreende padrões de comportamentos, normas sociais, expectativas e visões de mundo que impactam o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, observamos que o ensino está permeado por conteúdos informais que sistematicamente reproduzem relações de poder e reforçam estereótipos e dinâmicas de gênero socialmente estabelecidas. O ambiente da sala de aula, portanto, acaba sendo construído por valores que não refletem inclusão e respeito às mulheres – sendo um agravante o fato disso não estar necessariamente explícito nas ações, falas e conteúdos programáticos.

Assim, essa pesquisa revela o cenário de desigualdade de gênero nas salas de aula, dando oportunidade para a reflexão e potencial reconstrução das relações sociais afetadas por este problema. A identificação deste fenômeno é ainda mais relevante no contexto das faculdades de direito, responsáveis pela formação de profissionais que podem assumir posições-chave na escala de poder e tomada de decisão, capazes de influenciar e modificar a construção das relações sociais. (CEREZETTI e OUTROS, 2019, p. 115).

A atuação e o ativismo dos Coletivos feministas é que deram essa visibilidade das violências sofridas pelas mulheres dentro da universidade, que antes era ignorada.

No início do Coletivo Afetadas havia a participação de diversas mulheres brancas e negras, mas conforme uma entrevistada pontuou – Mila (DC, 05/06/2018), com o passar do tempo o coletivo passou a ser integrado por mulheres brancas, acreditando que as negras calouras quando iniciam o curso participam, mas com o passar dos semestres elas não se identificam mais com o grupo, e preferem encontrar um grupo de estudos de mulheres negras.

É perceptível a não participação de mulheres negras na atuação do Coletivo Afetadas não por não darem abertura, inclusive há uma certa preocupação de como agir ou manter essa mulher dentro do coletivo, mas por causa das origens de lutas dessas mulheres, não conseguem atingi-las, talvez por não vivenciarem os seus problemas, trazendo aqui a importância da experiência e do modo como o corpo é político.

Outra questão interessante observada é a relação de amizade que as componentes do Coletivo Afetadas mantinham, daí de uma certa forma as mulheres novas que tentam adentrar no

grupo encontram dificuldades, pois as interações delas acaba criando um barreira para fazer amizade com suas componentes, o que também pode ser um fator das mulheres negras não interagirem. Para a entrevistada Mila (DC, 05/07/20108) “somos muito amigas, acho que isso acaba afetando até entrada de novas pessoas, porque elas tinham que fazer esse esforço para se tornarem amigas de todo mundo também”. Entendem as mulheres do coletivo que há desigualdades sociais e reconhecem a multiplicidade dos sistemas de opressão que se opera a partir dessas categorias, mas não conseguem romper com essa estrutura. No entender de Djamila Ribeiro (2016):

Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável. (RIBEIRO, 2016, *online*).

As mulheres do Coletivo Afetadas pensam em como criar meios de pautar discussões e inserir essas questões de interseccionalidade de modo a tratar dessa diversidade, e excluir essas formas de distinções, e atingir grupos mais vulneráveis, e unir forças para impedir que os movimentos feministas sejam invisibilizados. O intuito é lutar para que todas mulheres tenham equidade, para que sejam tratadas como seres humanos, e viver numa sociedade igualitária e justa. Essa é uma das pautas discutidas internamente entre o grupo.

O Coletivo Afetadas através de oficinas e do Projeto Gênero nas Escolas tem a proposta voltada para as formas de violência contra mulheres, discussões sobre temas que envolvem diferentes discriminações raciais, LGBTQIfóbicas, construção dos papéis sociais de gênero, e interseccionalidade.

É interessante notar que as mulheres a partir do conhecimento que adquirem quando participam ou atuam dentro do Coletivo passam a entender os processos e as relações de exploração e dominação além dos discursos feministas, e percebem as relações raciais e de classe de uma forma diferente. Passam a conhecer outras realidades e percebem aspectos da sociedade que antes não constatavam, inclusive sentem-se "indignadas"/"afetadas" quando estão perante violências físicas ou morais não só dentro do espaço acadêmico, mas também fora dele.

Uma das ferramentas utilizada pelo Coletivo Afetadas para propagar e disseminar a sua atuação na atualidade é a internet, Para Manuel Castells (2012) a internet muda e estimula novos debates sociais, políticos ou culturais, e:

Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que chamei de auto comunicação - o uso da internet e das redes sem fio como plataforma de comunicação digital. É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de

receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. (CASTELLS, 2012, p. 15)

E, no intuito de criar uma rede social específica para o Grupo Coletivo Afetadas, foi criada uma página no *Facebook* para expor ideias, ideologias, crenças, compartilhar e interagir com outras mulheres, além de divulgar o feminismo, e a militância.

Em contrapartida para discutir pautas, apoiar suas componentes de forma mais ágil e em tempo mais real o Coletivo Afetadas utiliza o *WhatsApp*, sendo um grupo mais fechado que somente participam aquelas que são incluídas no grupo. Nessa forma de comunicação as componentes decidem pautas que serão tratadas em reuniões, acolhem e apoiam, orientam, tomam decisões, e organização as ações do grupo para comunicar com outros atores sociais - outros coletivos, diversos departamento da UnB, e outros. A conexão nas redes sociais é bem ativa, como apontou Santos. (2018, p. 57).

A internet também serve para constituir redes de apoio e preservação entre as mulheres, ao ser utilizada para circular denúncias e relatos de violências. Por exemplo, durante um semestre, alguns homens estavam entrando nos banheiros femininos para espiar as mulheres. Assim, várias mensagens de estudantes relatando o assédio foram repassadas em vários grupos (de vários coletivos de mulheres) informando os banheiros onde isso ocorreu e solicitando cautela ao usar os locais. Ao mesmo tempo em que permite a circulação de denúncias, não há como confirmar a veracidade de todas as denúncias, pois, as autoras das mensagens se perdem durante a divulgação, dificultando qualquer tentativa de denúncia à instituição por outras pessoas que tenham acesso aos relatos.

As pautas do Coletivo Afetadas são no sentido de que o movimento deve atuar na tentativa de união das diversas lutas e demandas, para convergir em um movimento de inclusão de diversas pautas, ou seja, de mulheres negras, mulheres trans, mulheres LGBTQs, dentre outras. É interessante salientar que, para essas estudantes, a participação do Coletivo em várias rodas de conversas, palestras, cine debates, agendas políticas, outros demonstra a tentativa e de interseccionalizar as demandas de diversos grupos em prol de uma superação de obstáculos e discriminações de gênero. Com essas atuações e engajamentos do Coletivo Afetadas algumas mudanças já são percebidas dentro da universidade, pois são convidadas a compor mesas, a palestrar, a organizar eventos, e outros.

Quando da participação nas reuniões, e das entrevistas podemos perceber que em sua grande parte as mulheres geralmente chegam a vida universitária sem o conhecimento de "teorias feministas", e quando do contato com os Coletivos passam a tomar ciência do movimento feminista, da sua atuação, das suas lutas, da conscientização das desigualdades de

gênero, sobre questões identitárias, e assim por diante. Com o engajamento nesses grupos as mulheres passam a ser ativistas, inclusive fora do espaço acadêmico, em seus lares, ambientes de trabalho, ambientes de lazer, e outros. Aos poucos essas mulheres se tornam militantes, passam a atuar politicamente em relação à condição das mulheres.

Segundo algumas entrevistadas, a participação das mulheres no Coletivo faz com passem a ter uma convergência de ideias, de vontade de fazer as coisas, de mudar as coisas, e uma das formas encontrada foi levar a questão do direito das mulheres para dentro das escolas com o Projeto Gênero nas Escolas, e a confirmação de que não só elas sofriam violências dentro do espaço acadêmico, confirmaram durante as rodas de conversas nas escolas que as estudantes sofrem violência como assédio, como abuso, e como estupro. No intuito de encontrar um norte para essas estudantes, do tema de violência contra as mulheres passaram para outros temas como relacionamento abusivo, masculinidade, papéis de gênero, outros conteúdos inclusive para envolver os meninos nos debates.

Nas falas das entrevistadas é visível que o ativismo as empoderou dando um norte para suas vidas, pois cria-se um espaço para interação e fortalecimento como pode ser percebido na fala de Clara:

Quando você vem pra universidade do ensino médio você não sabe nem o que você quer da vida, então é complicado você aqui na UnB, tem várias coisas, é difícil. É um momento assim e pode ser muito tóxico pra você, quando você não sabe o que você quer, você fica perdida, e o ativismo ele faz isso, ele faz você encontrar novas mulheres. Faz você tipo encontrar espaços que antes você não encontraria. Dividir experiências que antes você não fazia. (DC, 04/07/2018).

A rede de apoio fornecida e encontrada pelas mulheres com a criação dos coletivos é refletida em um trabalho de base que fortalece esses grupos, inclusive dentro da universidade por conta do significativo nível de representação, tanto que essa ajuda e auxílio, por causa das redes sociais, é imediata, quanto para denunciar assediadores, abusadores, e violências outras sofridas.

Nas rodas de conversas e trocas de mensagens de *WhatsApp* é nítido o "afetamento" por parte dessas mulheres por causa de violências sofridas e praticadas tanto por discentes e docentes dentro da universidade, inclusive porque mesmo denunciando os processos administrativos não chegam a uma decisão de desligamento, e sim um afastamento, que como alega a entrevistada Clara (DC, 04/07/2018), no máximo é aplicada uma penalidade que considera como "férias remuneradas" ou "férias letivas".

5 ENTENDENDO A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS COLETIVOS E AS SUAS NECESSIDADES

O objetivo deste capítulo é pontuar as reflexões sobre como as componentes dos coletivos percebem a si mesmas e o ativismo nos coletivos feministas. Intento refletir sobre a participação dessas mulheres nos coletivos e fora deles, estabelecendo uma relação entre as ações e as vivências das suas integrantes. Ao apontar para a relevância dessa mobilização coletiva para a manutenção e organização dos grupos estudados, procurarei demonstrar como estes são fundamentais para a visibilização das violências sofridas no espaço acadêmico. Este papel pode ser compreendido, entre outras formas, como uma forma de participação no *locus* público, que possibilita a emancipação e o empoderamento dessas mulheres, como será apresentado e discutido a seguir.

5.1 SOBRE AS SUBJETIVIDADES PRESENTES NOS COLETIVOS

O estudo de coletivos feministas no contexto apresentado por esta tese nos permite estabelecer uma relação entre a formação de um espaço para o debate sobre as opressões vivenciadas por mulheres e a violência perpetuada por uma sociedade machista, representada aqui no universo da universidade, respectivamente em Goiânia e Brasília. Ainda que os coletivos feministas possuam trajetórias próprias, ambos obtiveram apoio institucional em momentos diferentes da sua ascensão: o Coletivo Afetadas contou com o apoio de professoras do NEPEM no começo da sua caminhada, passando a se tornar independente com a sua evolução, enquanto o Coletivo Pagu foi organizado de maneira autônoma no início, passando a ter um apoio institucionalizado após ser reconhecido como um projeto de extensão mais adiante no seu percurso.

Em comum, ambos os grupos procuraram propiciar uma rede de proteção para as mulheres, em um ambiente que se tornara hostil a elas, já que a violência passou a ser perpetrada dentro da universidade tanto por alunos, professores e funcionários. Nesse sentido, a entrevistada Monica, do Coletivo Pagu, comenta sobre a inexistência desses espaços de proteção para as discentes, ao colocar que:

“A gente sentia falta de uma rede de acolhimento, uma rede de apoio, com a qual a gente pudesse aprender mais e, assim, ir conhecendo o feminismo. A gente já tinha ouvido falar sobre isso. Algumas meninas tinham mais leitura, outras menos. Algumas já eram militantes, principalmente de movimentos de esquerda”. (DC, 28/06/2018).

A violência sofrida no âmbito acadêmico e a conseqüente omissão das instituições criou nas mulheres uma necessidade destas se inserirem em grupos, uma vez que estavam cada vez mais privadas das condições objetivas e subjetivas de sobrevivência. Logo, se organizar em um movimento feminista teve o intuito de que as suas integrantes pudessem se inserir definitivamente no espaço acadêmico, criando ações para prevenir e coibir a prática de violência contra elas.

Os desdobramentos das desigualdades se refletem nas relações estabelecidas no âmbito acadêmico. Assim, o espaço criado por e para as mulheres possibilita uma igualdade que parece cada vez mais rara na universidade, ao abordarem essas situações traumáticas vivenciadas, criando condições para o empoderamento, que é um componente fundamental de apoio psicológico nos seus esforços por mudanças. Essa forma de organização traz uma nova experiência para a luta feminista, já que pode contribuir na construção de uma coletividade destas mulheres e auxiliar como uma estratégia de reivindicação do espaço ocupado de forma igualitária, livre de opressão. Telma Gurgel (2011, p. 44) menciona que a categoria de coletivo total “é a compreensão do feminismo como um sujeito político de ação, construído nas totalidades parciais da opressão das mulheres em vinculação com a totalidade social na qual sua atuação política auto reflexiva tem um sentido de práxis”.

Com o objetivo de unir forças em ações internas conjuntas, as discentes se organizam em torno da criação de um espaço de fala para elas próprias que, ao integrarem um coletivo, também passam a se inteirar sobre as teorias feministas em atividades criadas pelas discentes, como os grupos de discussão de textos fundamentais para o feminismo. Contudo, o começo do movimento apresentou grandes dificuldades para as suas idealizadoras, como relata Afrodite, do Coletivo Pagu: “quando o coletivo surgiu, muita gente olhava para nós de forma preconceituosa. As feministas eram vistas ainda como feminazis ou histéricas. Logo, as pessoas não viam um motivo para se unirem contra esse ambiente”, e completa que este era “homofóbico e machista” (DC, 28/06/2018), o que acentuava a resistência de alunos e professores para com a atuação do coletivo feminista. Para Susana Bornéo Funck (2014, p. 23), todos os movimentos que enfrentam e questionam “estruturas e crenças naturalizadas pelo senso comum e adotadas pelo *status quo*” enfrentam desafios de várias ordens. As universitárias interlocutoras desta pesquisa relataram em diversos momentos que além das dificuldades enfrentadas por ser mulher, ainda têm que enfrentar uma violência psicológica advinda de uma série de pessoas e instituições ligadas ao contexto universitário.

Afrodite em entrevista relatou que até mesmo os docentes “riam da forma como a gente se portava” e em geral se comportavam como “machistas, [que] fazem piadas,

discriminam e diminuem alguns alunos”. A relação com os colegas homens e as instâncias de representação discentes também é problemática, já que o centro acadêmico era “dominado por esses grupos machistas da faculdade”, os quais promoviam os trotes de recepção dos calouros e se utilizavam destes momentos para praticar uma série de abusos e humilhações direcionados às mulheres. Não é incomum encontrar relatos como o de Afrodite, que disse ter a sua blusa cortada arbitrariamente no trote por um estudante veterano: “Ele cortou bem no lugar do seio”. Enquanto Danusa, que também disse ter passado o mesmo constrangimento que a colega, teve ainda que “pagar cinco reais para devolverem a minha sapatilha que eles haviam pego” como parte do ritual do trote acadêmico, referendado pela direção da faculdade. Esta mesma direção que moveu um processo administrativo e, depois, judicial contra um dos coletivos e o levou até as últimas instâncias, por conta de um cartaz. Sobre a postura do diretor da unidade, Afrodite contou que “ele tentou prejudicar a gente em todas as vias”, já que “enquanto corria o processo administrativo, o diretor mal aguardava o resultado e já foi buscar as outras vias, como a federal e, depois, a estadual”. A perseguição deliberada do docente às alunas participantes do coletivo foi altamente desgastante para Afrodite, que disse ter sofrido muito com a “pressão, a gente ficava dias sem dormir e a gente chorava”, ocasionada principalmente pelo absurdo de serem “processadas pela própria faculdade!”. E até mesmo a relação com as colegas das integrantes do coletivo era delicada, pois aquelas “não queriam mesmo se misturar com nada que viesse de nosso grupo, [pois] nosso contexto de vida era muito diferente”.

Nesse contexto vivenciado pelas alunas é notável o papel omissivo das instituições universitárias que não visualizam ou não querem visualizar a violência praticada contra as mulheres no campus, como ressaltou Almeida (2017, p. 386) “A desigualdade e a discriminação de gênero no ensino superior brasileiro se recolocam constantemente e sob diversas formas, explícita e sub-repticiamente”. A solução encontrada por estas mulheres foi uma associação nos diversos departamentos da instituição com a finalidade de realizarem discussões e reivindicações com relação aos problemas relatados, uma vez que as discentes não possuíam um apoio institucional como desejariam que fosse. A mobilização dessas mulheres diante do medo, da invisibilidade, da falta de segurança, da exclusão, dentre outros problemas no espaço acadêmico, culminou com a criação de coletivos feministas que transformaram o ambiente universitário, uma vez que ao ser fundado um coletivo, este poderá dar suporte a outros coletivos que venham a surgir em outros departamentos, faculdades ou instituições. Nesse sentido, Clara, integrante do Coletivo Afetadas, lembrou que “o [coletivo] Ipê Rosa começou com a ajuda das meninas do Afetadas”, e que esse movimento é positivo,

já que “é um ajudando outro [...] um coletivo apoia o começo de outro coletivo, porque o começo é muito difícil, você não tem muito apoio” e completa afirmando que “qualquer coletivo que for começar, por exemplo, vai ter o apoio que não havia há dois anos atrás, isso é certeza”, mesmo que isso ocorra em unidades que não possuem um histórico de mobilizações, como os da área de “exatas”.

Como visto, ambos os Coletivos pesquisados passaram por dificuldades e sofreram em alguma medida com a falta de apoio institucional no decorrer dos anos. Durante esse mesmo período, foi relatado pelas interlocutoras e verificado nas redes que vários outros Coletivos passaram a existir nos espaços acadêmicos diante da propagação das atividades e da atuação desses primeiros grupos feministas. Nota-se, a partir das falas transcritas, que a visibilidade quanto às violências praticadas contra as mulheres nestes locais aumentou, muito por conta da existência destes movimentos compostos pelas alunas. A importância da reflexão sobre a violência foi analisada por Maria Stela Grossi Porto (2010, p.40), que afirma que “a dinâmica da inclusão e exclusão são categorias integrantes de uma mesma dinâmica, na qual atores sociais podem vivenciar alternadamente formas de inclusão/exclusão decorrentes de processos sociais fragmentados, diferenciados e plurais”.

É relevante nos depoimentos de campo a coragem das primeiras mulheres que ingressaram na militância para mostrar à comunidade acadêmica e para a sociedade aquilo que era invisibilizado pela instituição. Tal atuação teve a sua repercussão, a ponto de ter sido realizada uma audiência pública dentro da Universidade de Brasília para tratar de políticas públicas sobre violência contra mulher dentro daquele espaço. Para Manuel Castells (1999), o entrelaçamento de indivíduos e organizações atuando em rede é o que torna o movimento feminista vital, flexível e diversificado. A forma encontrada por essas mulheres foi criar uma rede de combate aos modelos culturais que as excluem, silenciam, ou distorcem as suas identidades no espaço acadêmico, o qual apresenta uma trajetória permeada por impasses, dificuldades e muita luta. Além disso, as integrantes entrevistadas também comentaram sobre as dificuldades que experienciaram para conscientizar outras mulheres sobre o “machismo” existente no campus da universidade, já que a violência praticada contra as discentes causa medo e assusta, impedindo algumas delas de reagirem. No entanto, a associação dessas mulheres que resolveram estudar e discutir teorias feministas colaborou para que houvesse um impulso para o conhecimento do que é o feminismo e a necessidade de reivindicação de seus direitos. A procura por novas formas de militância marca estes grupos, fato que é explicado por Lia Zanotta Machado (2010):

As socialidades construídas são sempre estabelecidas de laços sociais e de conflitualidades. Assim, sempre estão em jogo processos sociais de consideração e desconsideração, e de circulação desigual de prestígios. Se esta circulação se dá num campo interacional com definidos estoques simbólicos de valor e definições hegemônicas do que seria ou não legítimo, as leituras subjetivas são múltiplas, dependendo especialmente das posições diferenciadas de sujeito. (MACHADO, 2010, p. 132).

Corroborando esta afirmação, a entrevistada Franciele, componente do Coletivo Pagu, assim se manifestou:

Antes [do Pagu] eu não sabia nem que haviam tipos de feminismo. Foi ele [o coletivo] que me ensinou e as meninas que me ajudaram a descobrir nos livros que a gente leu que haviam outras causas, como o feminismo negro, trans, seccional, radial, marxista e com isso cada uma vai formando o seu “eu feminista”. (DC, 28/06/2018).

O enfrentamento de situações adversas e o não esmorecimento frente a elas são narrativas comuns no ativismo feminista. A coragem e o destemor destas mulheres possibilitam uma maior inserção nos espaços sociais e, por sua vez, aumenta as chances de estas fazerem reivindicações junto às instituições. Essa nova forma de promover mudanças, que visa garantir a igualdade de oportunidades para as discentes dentro do espaço acadêmico, aponta para uma configuração particular das relações entre os seus atores, ou seja, é válida tanto para estudantes, funcionários, direção e demais funcionários e comunidade acadêmica. As articulações estabelecidas por esses Coletivos Feministas colaboram para se pressionar a instituição a criar ambientes voltados para a garantia dos direitos das mulheres. Um exemplo que ocorreu durante o período do campo na Universidade Federal de Goiás, que passou a colocar placas orientando sobre violência praticada contra as alunas em volta do campus (DC, 27/07/2018), enquanto na Universidade de Brasília, mais tardiamente, diante da falta de segurança foram instaladas câmeras de vigilância em diversos locais e departamentos do campus.

O campo temático dos estudos de gênero foi uma referência em comum para ambos os Coletivos estudados, com um amplo espectro de discursos sobre as relações de poder na sociedade. De forma compartilhada, as integrantes debateram e contestaram estas relações até tornar visíveis os problemas denunciados. É assim que esses sujeitos individuais sentem solidariedade, sendo a visibilidade da problemática o que possibilita a difusão de reivindicações dentro dos espaços sociais aos quais pertencem. Para Manuel Castells (1999), a conscientização global das mulheres contra a opressão, com a atuação de movimentos sociais, causa um impacto profundo nas instituições da sociedade e, sobretudo, na conscientização das mulheres. A entrevistada Gisele, do Coletivo Feminista Pagu, fala sobre como se deu esse

processo para si na sua experiência pessoal e o quanto o reconhecimento dessa trajetória é importante para a compreensão da abrangência e alcance do movimento:

Eu passei por mudanças significativas desde cinco anos pra cá, mas eu creio que ainda falta muita coisa, sabe? Falta muita coisa. A gente mudou. Mudou, mas não é só isso que eu almejo. E o Pagu é um combustível pra essas mudanças, sabe? Eu considero isso um combustível para a mudança social e para uma evolução como pessoa, porque é isso que eu creio que a coletividade nesse campo me traz. (DC, 28/06/2018).

Por sua vez, a entrevistada Mila, do Coletivo Feminista Afetadas, também refletiu sobre esta questão, colocando que “o reconhecimento que a gente tem é social” e, mesmo com o apoio da universidade e a participação em eventos dentro e fora do campus, “não é exatamente a mesma coisa”, pois ela diz que “não sei se a gente tem o reconhecimento da Universidade, da Reitoria”. A trajetória dessas mulheres dentro do espaço acadêmico lutando por direitos e pela visibilização da violência de gênero demonstra que essas atuações possibilitam a constituição de novas subjetividades, desconstruindo maneiras de ser e possibilitando a construção de novos olhares sobre si mesmas e seus corpos, seus desejos ou seus afetos. Esse é um movimento que, ao voltar esse olhar para as relações cotidianas destas mulheres, estas fortalecem a crítica sobre as relações patriarcais e misóginas. Em entrevista, uma das componentes do Coletivo Pagu, Gisele ponderou sobre as mudanças no seu olhar e de seu companheiro: “eu converso muito com meu namorado sobre isso [de interromper a fala de mulheres] e é algo que ele não sabia, simplesmente”, porém, como conta, simplesmente acabava por reproduzir aquilo que outros homens da sua família também o faziam, pois “é uma coisa que eu vejo que o pai dele também faz”. A interlocutora relatou ainda que esse era um problema com o qual ela já havia se deparado em outros relacionamentos: “eu tive um relacionamento anterior e ele não me escutava. Eu falava: olha é assim e ele dizia que não, não existe isso, não existe esse negócio de feminismo, não existe! Por isso, eu, como sujeito, estou falando da minha experiência”.

Nesse estudo foi perceptível que é cada vez maior o número de mulheres que estão construindo e descobrindo novas formas de engajamento com a qual se identifiquem, fugindo dos canais tradicionais. Por meio da prática feminista da autoconsciência as discentes vão desenvolvendo a sua formação política como um processo de ruptura da naturalização das condições de opressão até então vivenciadas. Ao se reunirem, estas mulheres criam forças para modificar estas instâncias de dominação sofrida não somente no espaço acadêmico, como também fora dele. A troca de experiências dessas mulheres a partir desses espaços de fala leva a um reconhecimento coletivo da força de mobilização que estas possuem, passando

assim a postularem por um maior reconhecimento dentro da universidade. Sobre essa questão, a entrevistada Roberta, do Coletivo Pagu, reflete que:

A priori o Pagu é um grupo para discutir feminismo, mas, as vezes se transforma em uma roda de terapia, porque a gente vai contando algumas das injustiças que a gente sofreu por ser mulher e tudo o mais eu acho também que é um grupo de empoderamento das mulheres, para a gente ser mais consciente da nossa situação, do valor simbólico de algumas coisas, por que existem alguns discursos que são só para a mulher, outros para o homem, e isso já não nos serve mais atualmente.(DC, 28/06/2018).

Já a entrevistada Mila, do Coletivo Afetadas, relata ter ocorrido um processo semelhante no grupo do qual participava, já que as integrantes naquele contexto “se sentem acolhidas, e com vontade de falar, de quebrar o silêncio”, e que esses momentos são importantes para que as mulheres possam “falar sobre isso [como] uma forma de se curar, de você superar uma situação de violência que você viveu”. (DC, 28/07/2018).

Diante da perspectiva social e feminista e a prática de ajudar esses Coletivos Feministas, delinhamos o que Taube (2002, p. 179) entende por “coletivização dos problemas”, e a possibilidade de se construírem relações menos desiguais entre homens e mulheres nesses espaços visando a redução da violência contra as discentes dentro e fora da universidade é uma conquista importante dos coletivos estudados. Ao buscarem visibilizar as diversas agressões que sofriam no espaço acadêmico, estas alunas enfrentaram uma série de resistências que as colocaram em momentos difíceis e delicados, nos quais se buscou construir uma outra forma de relação das mulheres para com a sociedade machista que denunciavam. E nesse processo, vimos que as subjetividades sofreram mudanças significativas, assim como a vida dessas jovens feministas que acompanhamos até aqui.

Os Coletivos quebraram o silêncio que havia em torno da violência nesses espaços e delinhamos para a sociedade a gravidade do problema, e como as denúncias que eram privadas passaram a ser públicas tornando visível o fenômeno.

5.2 SOBRE AS PERCEPÇÕES DAS COMPONENTES DOS COLETIVOS

A construção de espaços reivindicados e organizados por e para as mulheres nas universidades se mostrou uma ação determinante para o objetivo de se constituírem locais onde estas estudantes pudessem se reunir e trocar experiências livremente. Logo, os coletivos foram fundados a partir de uma percepção e uma consciência da desigualdade nas relações de gênero no âmbito acadêmico, procurando denunciar e dar visibilidade para as constantes agressões sofridas pelas discentes, dentro e fora da universidade. Assim, compreender as

formas de organização e atividade destes grupos feministas foi o foco do trabalho de campo desta tese, na qual busquei salientar as subjetividades presentes nos coletivos a partir da análise das falas e do debate empreendido até aqui. Cabe destacar a importância da construção da relação de sororidade entre estas mulheres etnografadas nos contextos acadêmicos, e que podem ser vislumbradas nas concepções de solidariedade, de afeto, de ajuda mútua e de companheirismo presentes nas manifestações apresentadas. Ao analisar esses elementos coloca-se em destaque a ação e as mudanças que a militância e o feminismo provocaram nas integrantes dos coletivos e o quanto estas modificações influenciaram diferentes dimensões das suas vidas.

Além das profundas modificações provocadas pela atuação das mulheres em coletivos, na percepção de Clara, do Coletivo Afetadas, houve mesmo uma espécie de “trabalho de base” que pode servir de referência para futuras profissionais que estejam em sintonia com os debates empreendidos no coletivo. Já outra componente do mesmo Coletivo, Mila, ressaltou que “mesmo quando o coletivo acaba morrendo ou sumindo, ele ainda foi válido” por ter conseguido juntar as mulheres em torno de causas tão relevantes e que ainda espera que surjam mais coletivos ao longo dos anos. Nestas colocações é possível observar que existe um trânsito na participação das integrantes dos coletivos, as quais se envolvem em diversas demandas necessárias para a manutenção do movimento. Essas ações políticas propiciam o empoderamento dessas mulheres e lhes garante uma nova percepção enquanto sujeito político, como aponta Ana Alice Alcântara Costa (2006), que afirma que o sujeito político se constitui como componente político do empoderamento. O engajamento em atividades e ações dos Coletivos tem possibilitado uma participação mais ativa das discentes e a superação de condições desprivilegiadas.

Outra percepção importante existente nas subjetividades das falas obtidas em campo se dá no sentido de que há, nos coletivos estudados, um espaço de acolhimento e solidariedade que se reflete no sentimento de pertencimento das integrantes em um grupo com objetivos comuns com visibilidade social e política dentro do espaço acadêmico. As ações empreendidas tanto dentro quanto fora da universidade como a realização de projetos nas escolas, mostraram a integração dessas mulheres enquanto grupo nos coletivos feministas, decorrente também dos sentimentos de exclusão e invisibilidade que a desigualdade entre homens e mulheres na universidade expôs. A entrevistada Mila, do Coletivo Afetadas, destaca que desde o seu ingresso na graduação teve “essa sensação de que havia alguma coisa errada, [e de que] a gente precisa fazer alguma coisa”, e completa:

Quando entrei no coletivo isso explodiu, eu fiquei bem ligada nas coisas, no ativismo, e as meninas me motivaram muito. Era uma troca muito boa, era uma convergência de ideias, vontade de fazer as coisas, de fazer as coisas mudarem. A gente não estudava muito teorias feministas no coletivo, a gente tentava tocar algumas coisas para os projetos das escolas.(DC, 28/07/2018).

Na visão da entrevistada Giseli, do Coletivo Pagu, “a pauta do Pagu é feminista. Nós discutimos o feminismo como um todo e todo e tudo o que o envolve”.Esse envolvimento revela o interesse no fortalecimento da formação nos estudos de gênero, além das conquistas no espaço do campus, como a de visibilizar a opressão sofrida dentro no universo acadêmico. As mudanças foram diversas nesses contextos, desde o surgimento dos coletivos, o que pode ser corroborado na percepção de Mila, do Coletivo Afetadas:

Eu sou uma pessoa muito diferente de quem eu era desde que entrei na universidade. E o coletivo me proporcionou isso, porque eu tive experiências como a de falar com pessoas que não conhecia, de estar em ambientes que me desafiavam muito, de falar em público (eu tenho pavor de falar em público). Além disso, presenciar falas que me deixam emocionada, que me deixam afetada, que me motivam, que me deixam triste, é isso, me dá um fogo, uma coisa pela qual viver.(DC, 28/07/2018).

Nas falas apresentadas até aqui revela-se uma mudança da condição inicial destas mulheres ao ingressarem nos coletivos e que demonstra o quanto é relevante a conscientização e o debate sobre os estudos de gênero na universidade. Este processo pode ser percebido na realização de inúmeras atividades que envolvem ações ligadas à denúncia das opressões sofridas pelas discentes que hoje se tornaram feministas e defendem os seus direitos nos espaços acadêmicos. A questão do crescimento pessoal destas mulheres está diretamente ligada também ao empoderamento que lhes foi permitido nesses grupos, na medida em que as estudantes se sentem saindo de uma posição de subordinação para a atuação liberta das amarras do machismo. Tal processo se deu não só a partir de mudanças individuais, mas por tomarem decisões coletivas e obterem o êxito desejado. Nesse sentido, a entrevistada Afrodite, do Coletivo Pagu, chama a atenção para o fato de que “havia muito diálogo sobre inclusão [...] e foi isso que me fez erguer a cabeça e enfrentar essas pessoas que antes eu tinha vergonha, receio”, e completa afirmando que “foi esse o motivo pelo qual eu consegui me aproximar de algumas pessoas do outro lado da sala e a gente foi se entendendo”.

A necessidade de conquistar espaço dentro da universidade por parte dessas mulheres continua mesmo após a criação de muitos outros coletivos feministas, uma vez que a compreensão da violência sofrida desencadeia um processo de autoavaliação. Logo, na garantia de ocupar o espaço acadêmico com igualdade de direitos por meio da participação política as estudantes puderam e ainda podem conquistar maior igualdade e,

consequentemente, maior empoderamento. Percebe-se esse movimento ao analisar-se o depoimento de Afrodite do Coletivo Pagu:

Antigamente a gente via que existiam certos limites de discussões, certos limites de eventos. Antes, na faculdade, havia um jeito de ser, né? E a partir do Pagu nós começamos a trazer novas metodologias, como o teatro dos oprimidos, como o cinema com debate de filmes feministas. Essas palestras tiveram sistemas diferentes. Eu acho que isso tudo fez com que as pessoas enxergassem o Direito de outra forma. Nós oferecemos uma outra lente e eu acho que isso ajudou a promover outras formas de manifestação de pensamento. Como hoje a gente percebe nos murais, nos cartazes que as pessoas pregam.(DC, 28/06/2018).

Cabe ressaltar que para as alunas que participam dos coletivos a inserção na luta pela igualdade para as mulheres dentro do âmbito acadêmico pode ser também entendida como uma possibilidade de se inserir na luta para suprir as necessidades da falta de escuta, de políticas públicas ou de reconhecimento por parte da instituição das violências sofridas, já que as discentes deixam a condição inicial de desconhecimento e de invisibilidade a partir de suas ações pela ocupação de espaços em movimentos feministas. A atuação dessas mulheres dentro e fora dos coletivos gera mudanças e transformações sociais significativas, pois implica na transformação do sujeito individual, uma vez que este desenvolve um poder de si.

Sendo assim, o grau de empoderamento e a construção de uma consciência política dessas mulheres dos Coletivos Universitários Femininos são fundamentais para que as suas integrantes conquistem autoconfiança e emancipação, desencadeando visibilidade e empoderamento frente às violências praticadas contra elas.

5.2.1 Olhando para as Mulheres do Coletivo e para as suas Atuações

Mesmo que possuam características específicas diferenciadas entre si, procurei observar e descrever nesta tese o desempenho das atividades das componentes dos dois coletivos estudados em conjunto, por acreditar que tanto as suas ações quanto a tomada de decisões em um movimento feminista reivindicatório no espaço acadêmico significam uma construção de sujeitos de direitos. Nesse sentido, uma característica em comum nos dois grupos foi a de que a sua respectiva organização jamais foi verticalizada, sendo as participações horizontais e espontâneas, ocorrendo de maneira informal e sem estrutura. Logo, as decisões também são horizontalizadas nestes coletivos. Como a participação é voluntária, a sua atuação ocorre sobremaneira de forma diferenciada, apesar de todas interlocutoras manifestarem o desejo de participar mais, havendo até mesmo uma sutil cobrança sobre participação, como revelado em algumas falas ao longo da etnografia.

O debate sobre a relação de assiduidade de suas integrantes nos coletivos gera certo desconforto e, apesar do entendimento, existe um ressentimento por parte de algumas entrevistadas, pois tal questão incide diretamente no funcionamento e nas possibilidades de atuação do Coletivo. Para Afrodite, do Pagu, a falta de dedicação e organização internas, bem como de comprometimento de algumas das participantes afeta sobremaneira as atividades do conjunto. Ainda, para ela, o coletivo acabou se tornando um grupo de estudos, perdendo a sua prática mais efetiva e adquirindo um teor teórico, se tornando mais fragilizado e deixando o seu “lado ativista” a desejar. A existência de uma descontinuidade está por vezes ligada à questão da vida pessoal das discentes, que concorre com as suas necessidades e compromissos dentro e fora da universidade. Além disso, algumas das estudantes encontradas não possuíam ainda as ferramentas ou conhecimentos necessários para lidar com diversos problemas que chegam aos coletivos, por se tratarem de mulheres jovens, sem muita experiência, logo, as dificuldades são maiores.

O número de mulheres que se engaja nas decisões, nas atividades e nas atuações do grupo é inconstante e pode acarretar além de um descontentamento em um esvaziamento do Coletivo. Uma das estratégias encontradas diante do reduzido comparecimento de integrantes nos encontros foi a criação de uma página na rede social *Facebook* e um grupo no aplicativo *WhatsApp*. Este último, como se pode perceber, adquiriu um papel mais determinante na relação entre as discentes, caracterizando-se pela agilidade das respostas e na facilidade com que outras mulheres ali se reportavam e buscavam auxílio e acolhimento. Sendo assim, a atuação dessas mulheres observadas é realmente dinâmica, mesmo que sob uma grande pressão, pois elas são procuradas diariamente e sempre houve uma prontidão em ajudar não somente as suas integrantes, mas também familiares, amigos e conhecidos que sofrem com a violência. A solidariedade que esses Coletivos possuem fortalece as suas participantes não só individualmente, mas também como grupo, pois se cria uma rede de apoio, acolhimento e parceria que as ajuda a lidar com as questões relativas à opressão e dominação machista expressa nas diversas violências sofridas.

Outro aspecto importante a ser notada na etnografia é que um grupo reduzido de mulheres sempre toma a frente nas decisões do coletivo e por isso o mesmo acaba se sobrecarregando. Ainda assim, as ideias são debatidas no grande grupo, como relata a entrevistada Mila, do Coletivo Afetadas, ao colocar que, quando alguma das discentes possui uma ideia para contribuir, “a gente começa a conversar” e que “nunca teve brigas [...] sempre foi na base da conversa”, mesmo que algumas das integrantes não concordassem necessariamente com a forma como o grupo se estruturava.

Não somos um grupo só de amigas, cada uma tem pessoas com quem vivem a vida. Mas quando a gente se une nós somos únicas, temos uma sintonia muito diferente que às vezes as outras pessoas não sentiam, não queriam acaba que algumas pessoas saíram por causa disso. Porque a experiência de grupos de mulheres é um pouco isso, de estar lá, de se apoiar, de conversar, algo que as vezes as outras meninas não queriam. Talvez pudesse mudar a dinâmica. Enfim, eu pessoalmente tenho várias críticas ao Coletivo, ao formato dele, mas em relação a isso, eu acho que atrapalha um pouco. Mas ele vai se moldando. É bom ele ter essa dinamicidade. (DC, 28/07/2018).

Essa constante renovação das participantes do Coletivo pode ser utilizada como uma estratégia adotada pelas integrantes no sentido de garantir o espaço conquistado, já que algumas delas acabam por se afastar a medida em que se graduam enquanto outras futuras alunas ingressam todo ano na universidade. Nesta dinâmica, os coletivos se apoiam e se solidarizam com outras mulheres, pois além de se sensibilizarem com a situação vivenciada por outras alunas, as integrantes se dispõem a auxiliar e a orientar nos procedimentos a serem tomados para as que buscam ajuda com profissionais. Como os Coletivos são compostos por mulheres feministas, estes possuem uma ligação direta com o movimento e a militância feminista, como define a entrevistada Mila, do Coletivo Afetadas: “O Coletivo é uma ramificação do movimento feminista, só que uma forma mais dinâmica, pois é muito fluido, por isso que o Coletivo não tem estrutura, não tem um processo seletivo”. (DC, 28/07/2018). Ao não possuírem um formalismo na sua organização, os grupos possuem autonomia e liberdade para debater as questões que entendem ser pertinentes naquele momento. A importância desse trabalho não necessariamente é percebida por grande parte das suas componentes, pois estas não dimensionam as conquistas presentes nas atividades já realizadas.

As participantes dos Coletivos buscam garantir um espaço de discussão sobre aspectos referentes à condição das mulheres no âmbito acadêmico, refletindo sobre gênero, opressão, patriarcado e a violência contra a mulher, inclusive em outros espaços da sociedade civil, com projetos de rodas de conversa nas escolas, por exemplo. A militância para essas mulheres se articula entre o mundo político e o mundo privado e esse processo de participação feminina constrói novos mecanismos de responsabilidade coletiva, de tomada de decisões e crescimento individual, tornando-as assim empoderadas.

Os depoimentos obtidos em pesquisa de campo nos revelam diversos fatos e aspectos importantes para pensar a atuação das mulheres nos coletivos feministas. A participação assume diferentes formatos nesta dinâmica e de alguma forma disseminam as teorias feministas. As vozes dessas mulheres evidenciam, portanto, um processo de luta pela igualdade de gênero dentro da universidade e fora dele. Essas discentes possuem participação,

compreensão e histórias de vidas distintas, mas, diante das dificuldades enfrentadas nos mais diversos contextos elas se unem, mesmo que tenham pensamentos às vezes divergentes. Assim, contribuem e fazem o movimento ter visibilidade, alcançando seus objetivos e conquistas. A participação dessas mulheres está presente a cada dia na luta pela igualdade de gênero: são vozes que precisam ser escutadas e sujeitos sociais e políticos que precisam ser visibilizados.

5.3 SOBRE DIFERENTES EXPECTATIVAS

Analisar a participação das mulheres nessa pesquisa na perspectiva de gênero significa mergulhar em um debate no qual as relações de poder se configuram como práticas impulsionadoras na definição da condição das mulheres. A iniciativa destas discentes de modificar as condições desfavoráveis em que se encontravam impulsionou as mulheres universitárias a realizarem uma série de reuniões e atividades fundamentais para a conquista da igualdade de gênero, bem como para a criação de políticas públicas e para o reconhecimento da situação de violência vivenciada por muitas dentro da universidade.

Nos dois Coletivos estudados percebe-se a necessidade de conscientização acerca da violência de gênero perpetrada por professores, terceirizados, funcionários e colegas, e que se constitui como uma constante preocupação dessas mulheres no referido contexto da universidade. Também existe a preocupação com a violência contra a mulher e com o resgate de sua autoestima, momentos diferentes de um processo nos quais se revela a penetração de elementos politizadores sobre a questão de gênero, pois as vítimas passam a falar sobre a condição de serem mulheres. Assim, é possível apontar para a existência de um discurso que coloca a mulher como um sujeito de direito. (VIEIRA, 2011). Nessa esteira, a luta por aquilo que lhes está sendo negado e a busca por aquilo que lhes pertence serve para entender o envolvimento das mulheres na conquista de melhores condições de atuação e de direitos que possam sobrepujaras suas condições de opressão, de violência, de invisibilidade e outras que possam vir a ocorrer nos locais estudados.

Para algumas mulheres que compõem os coletivos a compreensão dessa forma de movimento feminista não é unânime, por entenderem que são complexos os entendimentos e variadas as ideias dentro de um grupo, inclusive sobre o próprio feminismo. Nesse sentido, observamos o depoimento da entrevista Clara, do Coletivo Afetadas, que coloca que “esse é um problema que todo Coletivo enfrenta [...] por que o próprio feminismo é assim, a gente tem que saber compreender isso, que cada uma tem uma visão sobre um determinado fato que

aconteceu”, e completa que “até mesmo no feminismo tem mulheres que já não se veem como feministas [...] então é muito difícil essa conversa em grupo”. (DC, 28/07/2018).

As atividades assumidas exclusivamente por essas mulheres nos coletivos garantem a existência, a manutenção e a organização do movimento feminista de forma mais célere e fluida, fazendo deste um movimento político e social. Os entraves e o empoderamento dessas mulheres dentro e fora da universidade as desafiam a transpor dificuldades enfrentadas por condições melhores de igualdade de direitos. Algumas das amarras são rompidas no espaço acadêmico por causa do ativismo desses coletivos. É notável como a compreensão da subordinação de algumas mulheres as faz romper com as amarras do patriarcado e a ultrapassar os obstáculos para o seu empoderamento na luta pela garantia de seus direitos como cidadãs.

É notório que os coletivos feministas universitários são movimentos sociais que criam possibilidades de mudanças e construções de outras maneiras de pensar as relações de poder, se tornando importantes núcleos de discussão e debate nestes espaços. Por fim, concluo este item com as palavras da entrevistada Mila, do Coletivo Afetadas: “eu espero que cada vez surja mais”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao adentrarmos nos momentos finais desta tese, pretendo estabelecer algumas considerações sobre os coletivos nos contextos estudados. Inicialmente, esclareço que a violência de gênero e a misoginia foram temas correntes na tese, e pode-se localizar na base da formação destes grupos. Logo, com o intuito de demarcar um local de escuta e acolhimento, bem como de visibilidade e luta, as discentes passaram a se mobilizar, inclusive nas redes sociais, não só para estudar as teorias de gênero que impulsionavam os debates feministas, mas também para reivindicar os seus direitos junto à sociedade.

A etnografia realizada permitiu que se estabelecesse uma trajetória das ações das componentes dos coletivos e também perceber como estas estavam ligadas às suas histórias pessoais de luta e discriminação. O preconceito, como foi debatido até aqui, emana das mais variadas instâncias e possui também uma história bastante longa e que remonta à opressão feminina tanto no espaço público quanto privado. Cabe notar que algumas destas humilhações sofridas historicamente pelas mulheres eram reproduzidas no contexto da universidade, como nos trotes de recepção aos calouros ou ações machistas nas redes sociais. Além disso, muitos dos atos agressivos e violentos eram referendados ou mesmo partiram das instâncias oficiais, como no caso das reitorias das instituições que se mostraram permissivas no que tange tais ações contra os coletivos.

A possibilidade de união das discentes com vistas ao enfrentamento dessas violências foi relevante para se evidenciar alguns aspectos da atuação dos coletivos nos espaços referenciados em campo. Ainda que nesses grupos de mulheres houvesse interesses que nem sempre convergissem, gerando acalorados debates, foi possível perceber a formação de pautas de resistência e combate aos preconceitos existentes dentro e fora da universidade. A construção descentralizada e horizontal dos movimentos analisados também chamou a atenção e evidenciou a efemeridade na atuação de algumas das componentes, que por vezes se desdobravam em muitas para dar conta das demandas das suas vidas pessoais e da militância feminista. Assim, foi importante para esta pesquisa olhar para a atuação dos coletivos nos espaços físicos e virtuais, como a rede social *Facebook* e o aplicativo *WhatsApp*, que potencializaram o alcance da voz dessas mulheres e permitiu que muitas outras pudessem participar ou estar cientes das ações empreendidas e pautas debatidas.

Os movimentos sociais feministas são caracterizados por laços sociais que podem ser percebidos no *WhatsApp*, pois consolidaram esse espaço como um facilitador de trocas, onde

essas mulheres se identificam, partilham e nomeiam suas experiências comuns, inclusive alertando para atitudes machistas naturalizadas no cotidiano acadêmico.

A internet quebra hegemonias na ocupação dos espaços tradicionais de debates, e empodera essas jovens mulheres no mundo digital para que, de alguma forma, elas possam se apoiar e, tanto no que diz respeito ao feminismo, como na vida dentro e fora da universidade. Destacamos aqui a diversidade dessas mulheres como produtora de uma “unidade plural”, na qual diferentes trajetórias se combinam, mas também se deixam afetar, mesmo que num espaço carregado de disputas e tensões inerentes à dimensão política de suas ações.

A perspectiva das interseccionalidades nos ajuda e evidenciar as desvantagens, opressões e desempoderamentos sofridos de forma recorrente pelas mulheres negras, inclusive dentro do espaço acadêmico, muitas vezes criando obstáculos e exclusão da participação na carreira. A conscientização de um saber coletivo sobre a real situação em que vivem as mulheres dentro da universidade não significa ainda que tenha havido processos de mudanças nas relações de gênero, mesmo com a entrada rápida e intensa de mulheres nas universidades, estes espaços tradicionalmente masculinos indicam a manutenção de construções sociais tradicionais que continuam influenciando a prática cotidiana.

O trabalho de campo dessa pesquisa nos permitiu perceber as desigualdades de gênero no espaço acadêmico, no caso em pauta, em relação às mulheres estudantes, até mesmo pelos representantes e diretores das instituições. Além disso, considerando-se que uma das características da universidade é a sua função social, é gritante a falta de apoio às estudantes, sem mencionar aqui por não ser objeto da pesquisa: as terceirizadas, as docentes¹, as funcionárias, que sofrem abusos nestes locais públicos. Tal postura das instituições deixa as alunas vulneráveis, sendo essa inclusive uma das causas relatadas por algumas interlocutoras para o abandono do curso, dado o assédio e a humilhação que sentem. Novamente, o momento de recepção a essas estudantes pode ser citado como um exemplar rico de preconceitos e estereótipos abjetos em uma cena que se repete frequentemente a cada ano nas universidades e em que vemos o exercício da relação de poder na qual a mulher é tratada como um objeto. E havendo denúncia por parte da estudante, esta sofre um “suicídio social”,

¹ Ver depoimento de Madge Porto (2017, p. 403), já mencionado anteriormente. Ver também artigo de: LEAL, Daniele Fontoura da Silva; ANTLOGA, Carla Sabrina; CARMO, Marina Maia; e MOREIRA, Rebeca dos Santos. Gênero e assédio moral no trabalho: cenário das universidades brasileiras. In STEVENS, Cristina, OLIVEIRA, Susane, ZANELLO, Valeska, SILVA, Edlene, PORTELA, Cristiane (Org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 412-422. Disponível em: geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/mulheres-e-violências-interseccionalidades.pdf. Acesso em 20 Jan. 2020.

passando a ser humilhada e estigmatizada, o que colabora para a construção de uma cultura do silêncio nestes locais.

A instituição não incentiva e não apura as denúncias de mulheres quanto às agressões sofridas e os espaços que deveriam ser de socialização passam a ser espaços de violência e medo, inclusive com a perda da sua dimensão social, sem levar em conta que o abuso sexual deixa marcas que causam muitos danos à vítima para o resto da vida. Registra-se que ainda hoje não é reconhecido pela universidade a existência de uma “cultura do estupro” dentro do campus. A falta de enfrentamento do problema tanto por docentes, como discentes e funcionários faz as estudantes se sentirem culpabilizadas, dado que muitas vezes elas são acusadas de estarem se vitimizando, o que deslegitima e nega as suas falas. Na medida em que estas mulheres vislumbram a possibilidade de socializar as suas experiências com seus pares, os problemas adquirem outra dimensão, pois descobre-se que estes são os mesmos vividos por todas.

Uma forma encontrada por estas discentes para enfrentarem esse contexto opressivo diário foi a mobilização em grupos que passaram não só a estudar as teorias feministas, mas também a lutar por uma transformação da sociedade por meio da conscientização e educação desta, sendo comum entre os dois coletivos estudados a criação de grupos de extensão ligados à universidade, ainda que de forma crítica em relação ao apoio recebido. Dessa forma, foram criados projetos educativos que visavam abordar a questão de gênero nas escolas. A exibição de filmes sobre o tema também foi outra estratégia adotada em comum por estes grupos. Os dois coletivos foram unânimes ao centrar-se no entendimento de que só por meio da educação poderiam mudar a forma como as mulheres têm sido tratadas. Uma das características principais do movimento estudado foi a criação de estratégias de luta a partir da troca de experiência e vivência das suas integrantes, proporcionando uma reflexão coletiva de que estes problemas possuem raízes sociais. Nesse aspecto, esse estudo evidencia a capacidade e a potencialidade dos coletivos para mobilizar e se mobilizarem perante à sociedade em defesa dos direitos das mulheres.

Cabe ressaltar neste ponto a importância da pressão dos coletivos diante das denúncias de as discentes e, nesse ponto, pode-se ressaltar que houve mudanças sensíveis e uma delas ocorreu recentemente, no caso que envolveu a demissão de um professor da Universidade Federal de Goiás. O docente tentou recorrer da decisão junto ao Conselho Universitário e, no dia do julgamento do recurso as estudantes se mobilizaram e se fizeram presentes a fim de garantir que o trabalho da comissão que analisou o caso de assédio sexual fosse respeitado e a demissão do professor assediador fosse mantida, o que aconteceu, pois o Conselho

Universitário manteve a demissão e a participação das estudantes foi de grande importância para se acabar com a “cultura do estupro” dentro da universidade. Essa mobilização, além de ser uma forma de ativismo, também demonstra um movimento de feministas reivindicando seus direitos dentro do espaço acadêmico.

Apesar dos Coletivos Feministas não serem institucionais, eles passaram a dialogar com a universidade, conquistas essas decorrentes da atuação dessas mulheres que enfrentam os problemas diariamente, pois expressões verbais e gestuais que menosprezam, desvalorizam, criticam de modo negativo e pejorativo as mulheres, são considerados expressões de violência simbólica e moral que podem causar prejuízos na formação acadêmica e profissional dessas mulheres, e todas e todos devem ter oportunidades iguais, inclusive no acesso ao conhecimento, independentemente de suas condições identitárias. (ALMEIDA, 2017).

Para Almeida (2017)

O espaço universitário, por se constituir duplamente como crítico e pedagógico, deve incentivar a desconstrução do senso comum de mitos e preconceitos em relação à violência contra as mulheres, promovendo, através de ações contínuas e monitoradas, mudança cultural e organizacional a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito e valorização às diversidades nas suas inúmeras instâncias institucionais e inúmeras interações sociais - inter e intra docentes, servidores/as, terceirizados/as e estudantes. (ALMEIDA, 2017, p. 397).

Muito tem se avançado, e, com as atuações dos Coletivos Feministas, hoje se evidencia o cenário de desigualdade de gênero nas salas de aula. Sheila Neder Cerezettie outras pesquisadoras (2019) em pesquisa recente intitulada “Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?”, buscaram compreender como e de que forma o processo de ensino e aprendizagem nas salas de aula da Faculdade de Direito da Universidade São Paulo é marcado por dinâmicas de gênero, demonstrando a persistência do gênero enquanto currículo oculto que reproduz desigualdades neste espaço.

Logo, pode-se perceber que a participação e atuação interna e externa dos Coletivos transformam as estudantes como sujeito político e feministas, possuem protagonismo central na luta pela inserção, permanência e boas condições de estudo e trabalho das mulheres nesses ambientes. Além disso, a multiplicação desses grupos no âmbito universitário se dá a partir da conscientização das situações de violência vivenciadas em seus respectivos cursos.

Os movimentos sociais na contemporaneidade alcançam uma dimensão mais subjetiva, uma vez que carregam ou passam para uma dimensão de afeto, ou seja, de que o uso das redes sociais possibilita uma rede de afeto, enquanto uma dimensão política dos

Coletivos analisados. Essas mulheres se encontram, conversam e dão novos significados em suas vidas, além de se articularem e criarem transformações. Existe um compartilhamento de afeto que as une na luta contra as formas de violências sofridas e vivenciadas dentro da universidade, e até fora dela. Assim, espero ter contribuído com esse trabalho para que as jovens mulheres continuem o legado de combate à violência contra as mulheres dentro da universidade.

O aumento do engajamento das estudantes em outras modalidades de ação política, conforme verificamos, demonstra o ativismo político existente nos coletivos estudados e como estes são plurais em suas formas de organização e atuação, fundamentando-se em projetos de vida para as mulheres e para a sociedade, conforme as definições clássicas sobre os movimentos sociais. Contribuem para conscientizar a comunidade acadêmica quanto à violência de gênero sofrida no campus, apresentando demandas de via prática e de mobilização. Os coletivos surgiram e se desenvolveram nestes contextos a partir de uma reflexão sobre a própria experiência dessas mulheres, ou seja, são movidos pela necessidade de mudanças e pelo fim da cultura do estupro nos espaços universitários e na sociedade como um todo.

No entender de Gohn (1997, p.247) “os movimentos são como as ondas e as marés, vão e voltam e isto ocorre não por causas naturais”. Os movimentos vão e voltam, num fluxo e refluxo, como pôde ser observado na atuação dos coletivos analisados, que se apresentaram ora mais ativos e dinâmicos, ora mais passivos ou mais reativos. Pode-se então concluir que os coletivos são fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais.

Em sintonia com estas dinâmicas, foi possível perceber que as conquistas e as derrotas dos coletivos estudados são balizas importantes para explicar seus fluxos e refluxos, pois estão intimamente associadas a questões de natureza interna. As suas articulações, formas de condução e as conquistas fortaleceram o movimento por uma igualdade de gênero dentro da universidade. E mesmo as derrotas mostraram que a semente foi disseminada e, quiçá germinada, servindo, portanto, de elemento revitalizador de energias, criando, assim, condições para o seu crescimento. Tanto é que ao encerrarmos essa tese há, hoje, diversos coletivos feministas espalhados e atuando em diferentes departamentos nas universidades brasileiras.

Diante desse cenário, compreende-se a necessidade e a relevância da organização espontânea em coletivos feministas como uma forma de resistência destas mulheres que sofrem diariamente a consequência da perpetuação do machismo nas instâncias abordadas aqui e fora delas. Essa forma de ativismo fortalece a representatividade e são uma forma de

empoderamento feminino, assim passam ter acessos e visibilidade, pois são capazes de optar por suas escolhas e não as imposições vivenciadas dentro do espaço acadêmico, uma vez que podem trazer para si o protagonismo de suas próprias vidas.

A atuação dessas mulheres universitárias demonstra que ainda não superaram todas as adversidades de violência sofrida e vivenciada dentro da universidade, mas que o seu surgimento através da criação dos coletivos intensificou os laços e criou uma rede de acolhimento, aproximando-as para levantar essa bandeira de luta.

A densidade das emoções vivenciadas durante a pesquisa nos encontros com essas mulheres, não poderia ter outro resultado: “Deixei-me Afetar”, no sentido de Jeanne Favret-Saada.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sônia. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 30, 2007. Santos. **Anais eletrônicos...** Santos: Intercom, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1977-1.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2019.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29 n. 2, p. 329-340, maio/ago. 2014.

_____. Violências contra mulheres nos espaços universitários. In STEVENS, Cristina, OLIVEIRA, Susane, ZANELLO, Valeska, SILVA, Edlene, PORTELA, Cristiane (Org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 384-399. Disponível em: geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/mulheres-e-violencias-interseccionalidades.pdf. Acesso em 20 Jan. 2020.

ARAÚJO, Denise Bastos de. Gênero e Sexualidade na escola. Denise Bastos de Araújo, Izaura Santiago da Cruz, Maria da Conceição Dantas. Salvador: UFBA. Instituto de Humanidades. Artes e ciências/ Superintendência de Educação a Distância. 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Vania/Downloads/eBook%20-%20Genero%20e%20Sexualidade%20na%20Escola%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Vania/Downloads/eBook%20-%20Genero%20e%20Sexualidade%20na%20Escola%20(2).pdf). Acesso em: 08 jan.2020.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 3.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ASSUNÇÃO, Any Ávila. **A Tutela Judicial da Violência de Gênero: do fato social negado ao ato jurídico visualizado**. 2009. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/9161>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

AZEVÊDO, Eliane S. et al. A mulher cientista no Brasil. Dados atuais sobre sua presença e contribuição. *Ciência e Cultura (Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência)*, São Paulo, 41(3), p. 275-283, mar. 1989.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Um recorrido pelas estatísticas da violência sexual no Distrito Federal. In: MIREYA Suárez; BANDEIRA, Lourdes Maria (Org.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999. p.1-282.

_____. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29 n. 2, p. 449-469, maio/ago., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008>. Acesso em: 19 maio 2015.

_____. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a20v16n1.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Misoginia, violência contra as mulheres e direitos. In: GAUDÊNCIO, Theresa Karina de Figueiredo. et al. **A mulher e a justiça: a violência doméstica sob a ótica dos direitos humanos**. Brasília: AMAGIS-DF, 2016. p.79-92.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/277>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Org.). **50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile; A construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp. 2017.p. 65-98.

BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO, Rosana R. da. A Mulher como Tema nas Disciplinas da USP. *Caderno de Pesquisa*, n. 76. São Paulo, 1991, p. 50-56. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1054/1062>. Acesso em 16 Jan. 2020.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Editora da UnB, 2004. v. 1 e 2.

BONATO, N. M. C. O fundo da federação brasileira pelo progresso feminino: uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 18, n. 1/2, p. 131-146, Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/189/189>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.645, de 23 DE ABRIL DE 2018. Institui o Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 04 nov. 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 14 jan. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, set./dez., 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008. Acesso em: 27 ago. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. Documento disponível em Kindle.

_____. O que há em comum entre a avenida Paulista e a Praça Taksim? Entrevista concedida a Alexandre Matias. **Revista Galileu**, São Paulo, Edição: Pragmatismo Político. 17 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/06/o-que-ha-em-comum-entre-a-avenida-paulista-e-a-praca-taksim.html>. Acesso em: 28 set. 2019.

CASTRO, Roberto; RIQUER, Florinda. La investigación sobre violencia contra las mujeres en América Latina: entre el empirismo ciego y la teorías indatos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 135-146, fev. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 abr. 2016.

CEREZETTI, Neder, CHRISTINA, Sheila e outros. Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto? Sheila Christina Neder Cerezetti e outros. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2019. Disponível:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367420?posInSet=1&queryId=dbce82b57-9314-42d3-b076-b43fdf424517&fbclid=IwAR2PHiSatzO3bPbciM8HwPRXOG5orxkls6lmPrMprJcmPrQoj2y aP2Rztnk>. Acesso em: 02 fev. 2020.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher 4**. São Paulo: Zahar Editores, 1985. p. 23-62.

CORREA, Mariza. Faça feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cafajeste. Pagu**, Campinas, n.16, p.13-30, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de janeiro de 2020.

CORRÊA, Sonia; VIANNA, Adriana. Teoria e práxis em gênero e sexualidade: trânsitos, avanços, dramas e pontos cegos. In: BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya (Org.). **Dossiê entre pesquisar e militar: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas**. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2007. p. 105-122.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MOREIRA, Maria Faia Rafael. Novas formas de comunicação: história do Facebook - Uma história necessariamente breve. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, v.14, n. 28, p.168-187, jan./jul., 2014. Disponível em: <<http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=9&infoid=508&sid=40>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

COSTA, Fernanda da. Quase 70% das mulheres já sofreram violência em universidades, mostra pesquisa. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 51, s/n, 3 dez. 2015. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/12/quase-70-das-mulheres-ja-sofreram-violencia-em-universidades-mostra-pesquisa-4921846.html>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. spe, p. 23-36, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000300003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 13 set. 2017.

CRESWELL. John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRUZ, Robson Nascimento da. et al. Mapa do invisível: hierarquias sociais e universidade. In: MAYORGA, Claudia (Org.). **Universidade Cindida, Universidade em Conexão: ensaios sobre a democratização da universidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 71-91.

FACHIN, Patrícia. Feminismos e o mito da sororidade: entrevista especial com Berenice Bento. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, maio 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/567252-os-multiplos-feminismos-e-as-tensoes-com-os-transgeneros-entrevista-especial-com-berenice-bento>>. Acesso em: 2 ago. de 2018.

FALCHETTI, Cristhiane. **Da institucionalização da participação à emergência do autonomismo**: tendências recentes da ação coletiva no Brasil. In: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, Lima, Peru: LASA, 2017.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 44, p. 199-228, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332015000100199&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 set. 2019.

GOHN, Maria da Glória. JOVENS NA POLÍTICA NA ATUALIDADE – uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792018000100117&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 dez. 2018.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n. 47, p. 333-361, maio-ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em 10 out. 2019.

_____. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014. Documento disponível para Kindle.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2018.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOLLANDA, Heloisa Helena Oliveira Buarque de. **Artigos, Cultura Digital, Periferia, Coletivos**. 2017. Disponível em: <<https://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/coletivos/>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

JUNGBUTH, Rejane Zenir. Ineficácia da Lei Nº 11.340/06. In: GAUDÊNCIO, Theresa Karina de Figueiredo. et al. **A mulher e a justiça**: a violência doméstica sob a ótica dos direitos humanos. Brasília: AMAGIS-DF, 2016.p. 11-20.

LEAL, Daniele Fontoura da Silva; ANTLOGA, Carla Sabrina; CARMO, Marina Maia; e MOREIRA, Rebeca dos Santos. Gênero e assédio moral no trabalho: cenário das universidades brasileiras. In STEVENS, Cristina, OLIVEIRA, Susane, ZANELLO, Valeska, SILVA, Edlene, PORTELA, Cristiane (Org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 412-422. Disponível em: geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/mulheres-e-violencias-interseccionalidades.pdf. Acesso em 20 Jan. 2020.

LIMA, Maria de Oliveira; SCHMITZ, Heribert. Como os coletivos se mobilizam desde as manifestações de junho de 2013 em Belém. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA - ADALTECH, 18, 2017. Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: ANPOCS, 2017. Disponível em: < <http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/R0725-1.html>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

LIMA, Nadia Regina Loureiro de Barros. As mulheres nas ciências: o desafio de uma passagem do privado para o público. In: COSTA, Ana Alice Alcântara e SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Organizado por Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA. et. al. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: Coleção Bahianas, 2002. p. 50-65.

LOZANO LERMA, Betty Ruth. El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. **Revista La manzana de la discordia**, Cali v. 5, n. 2, p. 7-24, jul./dez., 2010. Disponível em: <http://revistas.univalle.edu.co/index.php/la_manzana_de_la_discordia/article/view/1516/pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

MACHADO, Lia Zanotta. Sexo, estupro e purificação. In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (Org.). et al. **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 297-352.

MAGGIO, Vicente de Paula Rodrigues. O crime de assédio sexual. **Jusbrasil**, 2013. Disponível em: <<https://vicentemaggio.jusbrasil.com.br/artigos/121942480/o-crime-de-assedio-sexual>>. Acesso em 01 nov. 2019.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MARQUETTI, Flávia Regina; MARQUETTI, Fernanda Cristina. Suicídio e feminilidades. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 49, e174921, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000100508&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 15 jun. 2018.

MARTINEZ, Fabiana. Feminismos em movimento no ciberespaço. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 56, e195612, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332019000200502&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 set. 2019.

MENDONÇA, Renata. Estupros na USP expõem omissão de Universidades. **BBC Brasil**, São Paulo, 24 nov. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141120_usp_abusos_universidades_rm>. Acesso em: 21 mai. 2015.

MILL, John Stuart. Primeiros ensayos sobre matrimonio y divorcio: ensayo de John Stuart Mill. In: MILL, John Stuart; MILL, Harriet Taylor. **Ensayos sobre la igualdad sexual**. Madri: Cátedra; Valência: Universitat de Valência, 2001.

MONTORO, Tânia. Notícias de violência: uma leitura. In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (Org.). et al. **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.p. 105-120.

NASCIMENTO, Jessica; BASTOS, Alexandre. Aluna foi morta em laboratório da UNB após ser dopada com clorofórmio. **G1**, Distrito Federal, 12 mar. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/03/aluna-foi-morta-em-laboratorio-da-unb-por-afogamento-em-cloroformio.html>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PÉREZ-PEÑA, Richard. 1 in 4 Women Experience Sex Assault on Campus. **The New York Times**, New York, 21 set. 2015. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2015/09/22/us/a-third-of-college-women-experience-unwanted-sexual-contact-study-finds.html>>. Acesso em: 21 maio 2015.

PIMENTEL, Silvia; VILLELA, Wilza. Um pouco da história da luta feminista pela descriminalização do aborto no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 2, p. 20-21, jun. 2012. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2019.

PINHO, Letícia. Quanto Sofrimento de Mulheres Será Necessário para Combatemos a Violência Machista na USP? **SINASEFE**, Belém, 18 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.sinasefepa.org/index.php/comunicacao/noticias/93-ultimas-noticias/1364-quanto-sofrimento-de-mulheres-sera-necessario-para-combatermos-a-violencia-machista-na-usp-por-leticia-pinho>>. Acesso em: 21 maio 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTO, Madge. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In STEVENS, Cristina, OLIVEIRA, Susane, ZANELLO, Valeska, SILVA, Edlene, PORTELA, Cristiane (Org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 400-422. Disponível em: geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/mulheres-e-violencias-interseccionalidades.pdf. Acesso em 20 Jan. 2020.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidade: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

REIS, Roberto Alves. et al. Hierarquias e Preconceitos na Universidade Pública: interpelações enfrentamentos possíveis. In: MAYORGA, Claudia (Org.). **Universidade Cindida, Universidade em Conexão: ensaios sobre a democratização da universidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.p.181-203.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo Negro para um novo Marco Civilizatório. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, dez. de 2016. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/feminismo-negro-para-um-novo-marco-civilizatorio/>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Dilemas e desafios teóricos para a antropologia e para o feminismo referentes à violência contra as mulheres. In: Encontro Anual da ANPOCS, 31, 2007. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPOCS, 2007. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2951&Itemid=231>. Acesso em: 1 maio 2016.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, out. de 2002.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, TelAviv, v. 16, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://eial.tau.ac.il/index.php/article/view/482/446>>. Acesso em: 20 maio 2015.

SANTOS, Isabela Livingstone dos. **Feministas sem saber: uma etnografia de Coletivo de Mulheres na Universidade de Brasília**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia). Universidade Federal de Brasília, Brasília, DF.

SANTOS, Silvia Chakian de Toledo. Novos crimes sexuais, a Lei 13.718/18 e a questão de gênero na aplicação do Direito. **Consultório Jurídico**, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-out-04/silvia-chakian-novos-crimes-sexuais-lei-137182018>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

SARDENBERG, Cecília M. B. Conceituando ‘empoderamento’ na perspectiva feminista. In: Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, 2006. Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: NEIM/UFBA, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

SEGATO, Rita Laura. A estrutura de gênero e a injunção do estupro. In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (Org.). et al. **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 387-430.

SILVA, De Plácido. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

SILVA, Elizabete Rodrigues. Feminismo Radical - Pensamento e Movimento. **Revista Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/viewFile/3107/2445>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. (Org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SIMON, Vanessa Pereira, BOEIRA, Sérgio Luis. Economia Social e solidária e empoderamento feminino. **Revista Ciência Sociais Unisinos**, São Leopoldo v. 53, n. 3, 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2017.53.3.13/6453>. Acesso em: 19 dez. 2018.

SOUZA JUNIOR, Paulo Roberto. A Questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Movimento LGBTTQIS. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*. Salvador v.4, n.1, p.1-21, Jan/Jun.2018. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/327269414_A_QUESTAO_DE_GENERO_SEXUALIDADE_E_ORIENTACAO_SEXUAL_NA_ATUAL_BASE_NACIONAL_COMUM_CURRICULAR_BNCC_E_O_MOVIMENTO_LGBTTQIS. Acesso em: 07 Jan. 2020.

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. Introdução a gênero, violência e crime no Distrito Federal. In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (Org.). et al. **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.p. 13-28.

SUÁREZ, Mireya; SILVA, Ana Paula P. M. da; FRANÇA, Danielli Jatobá; WEBER, Renata. A noção de crime sexual. In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (Org.). et al. **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 29-56.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAUBE, Maria José. Quebrando silêncios, construindo mudanças: o SOS/Ação Mulher. In CORRÊA, Maria et alii. **Gênero & Cidadania**. Campinas - SP, Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero - Unicamp, 2002. p. 167-202. Disponível em: <https://www.pagu.unicamp.br/pt-br/content/colecoes-encontros>. Acesso em 15 Jan. 2002.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TOURAINÉ, Alain. **Retorno do actor**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

VARELLA, Flávia. Uma brasileira em Paris. *O Globo*, São Paulo, 02 mar. 2001a.

_____. Prêmio científico contempla mulher. *Gazeta de Alagoas (Especial)*, Maceió, 10 fev. 2001b. 64

_____. Doutora em expansão. *Veja*, São Paulo, p.84-87, 14 mar. 2001c. (Ciência).

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34 n. 121. São Paulo. Jan./abril. 2004. p. 1-14. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100005&Ing=pt&tlng=pt. Acesso em: 05 jan. 2020.

VIEIRA, Miriam Steffen. **Categorias jurídicas e violência sexual: uma negociação com múltiplos atores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

VIEIRA, Miriam Steffen. **Universo legal em ato: Acesso em a construção de categorias jurídicas em torno da violência sexual**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12531>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

VIEIRA, Vanessa. Pesquisa sobre violência contra mulheres marca o lançamento do CDHUnB. **UnB Notícias**, Brasília, 2018. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/2127-pesquisa-sobre-violencia-contra-mulheres-marca-lancamento-do-cdhunb>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

VIGARELLO, Georges. **História do estupro**: violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

XINRAN, Xue. **As boas mulheres da China**: vozes ocultas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.